



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**VILKIANE NATERCIA MALHERME BARBOSA**

**AS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA POBREZA NA RELAÇÃO ENTRE  
SENTIDO DE COMUNIDADE E DESIGUALDADES SOCIAIS DE GÊNERO NO  
PARQUE DA LIBERDADE**

**FORTALEZA**

**2020**

VILKIANE NATERCIA MALHERME BARBOSA

AS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA POBREZA NA RELAÇÃO ENTRE SENTIDO  
DE COMUNIDADE E DESIGUALDADES SOCIAIS DE GÊNERO NO PARQUE DA  
LIBERDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientador: Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- B213i Barbosa, Vilkiane Natércia Malherme.  
AS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA POBREZA NA RELAÇÃO ENTRE SENTIDO DE  
COMUNIDADE E DESIGUALDADES SOCIAIS DE GÊNERO NO PARQUE DA LIBERDADE /  
Vilkiane Natércia Malherme Barbosa. – 2020.  
170 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-  
Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2020.  
Orientação: Prof. Dr. James Ferreira Moura Junior.
1. Psicologia Comunitária. 2. Sentido de Comunidade. 3. Pobreza Multidimensional. 4. Gênero. 5.  
Interseccionalidade. I. Título.

CDD 150

---

VILKIANE NATERCIA MALHERME BARBOSA

AS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA POBREZA NA RELAÇÃO ENTRE SENTIDO  
DE COMUNIDADE E DESIGUALDADES SOCIAIS DE GÊNERO NO PARQUE DA  
LIBERDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Aprovada em: 03/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior (Orientador)  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Brasileira (UNILAB)/ Universidade  
Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Verônica Morais Ximenes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Candida Maria Bezerra Dantas  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

A Deus.

E aos meus, pois eu não ando só, sou banhada  
de coletividade e ancestralidade.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, por ser alicerce, e estar comigo em cada milésimo de vida, ora ao meu lado, ora me carregando.

À minha mãe e meu pai (Vilma e Renato) por serem suportes familiares, por estarem ao meu lado e por acreditarem que eu poderia andar com as minhas próprias pernas, mesmo que elas a levassem para longe de vocês (mesmo que só fisicamente).

À minha irmã Renata, porque o teu amor me faz maior e melhor. Porque tu me chegas com o olhar mais bondoso e admirado do mundo e me faz ser melhor e maior. Ubuntu

À minha grande, calorosa, e amorosa família, por reconhecer a ancestralidade em mim de cada um e cada uma. E por simplesmente existirem em minha vida, tornando mais sólidas as minhas raízes. Especialmente, os que carregam nosso sobrenome pela proximidade que nos une, em quaisquer distancias.

Às minhas tias e os tios Françoise, Diva, Zeza, Madrinha Maria, Padrinho José, Antonio, José Francisco, Cleyde, Mauro, Dilma, Filho, por serem família.

Aos meus avos, Francisco e Maria que já não estão nesse plano, mas que me cuidam e protegem.

Aos meus primos- irmãos Grayce Kelly, Samuel, Francisco, Zeca, Guilherme, Kauan, Kelvin, Kairana, Wesley, Francisquinha, Júnior, Juliana, Jayana, Murilo e Sofia, por serem minha família e apesar das distancias que nos separam permanecermos ligados e partilhando a vida.

Aos meus amados amigos e amigas, que por sorte, amor e cuidado vem se manifestando em todos os momentos da minha vida. A gratidão que eu tenho de os ter, não cabe em mim. Citarei carinhosamente cada um por ordem de estado, porque como sabem, meu coração é andarilho e vai deixando amor e paz por onde passa.

Às minhas queridas amigas Vanessa e Jayne, e ao meu afilhado Luís Henrique por estarem na minha vida a tantos e tantos anos e agora sobre a missão de cuidar desse menino.

Aos meus amigos Júnior e Gabriele porque a gente se gosta mesmo nas correrias da vida adulta. Porque nem as distancias mudam nossa cumplicidade e vontade de partilhar conversas e causos por ai.

Ao meu querido Roger. Sem o teu apoio, proteção e cuidado eu não estaria aqui. Pelo bem que me faz, por simplesmente existir em minha vida e por todas as conversas pelos cantos de casa.

Aos meus queridos amores do litoral piauiense, da tão saudosa Parnaíba, Ciro, Bina, Rodrigo, Larisse, Raksandra, Gleyde, Tiago e Bianca cujo apoio incondicional e a fé que tudo se encaminharia bem, me abraçam aonde eu esteja. Vocês são luz e amor na minha vida.

À minha querida irmã de outra mãe Viviane, por existir e ter mais fé em mim do que eu mesma. Por partilhar a vida comigo.

Às minhas queridas Luma Ravena, Marianne, Fernanda, e ao querido Janilson, que dividiram comigo a estrada residência, tantas outras histórias e tanto afeto, que me conduziram até aqui.

Às 'sarmeninas' que mesmos a quilômetros de distancias são sempre apoio, risadas, e desejos de bem, Vanessa, Taynã, Bia e Mariana.

A todos e todas os queridos e queridas profissionais que compartilharam comigo nas trincheiras da Atenção Básica de Parnaíba (PI), todo amor e paixão em fazer um SUS que dava certo, enquanto estava residente, e que é ética de cuidado até hoje aos meus dias. Em especial, a Iarley, Das Dores, Lucinara, Cristiane que mais intimamente acompanharam esta trajetória.

Aos meus queridos Igor e Samara, por todo o cuidado, carinho, alegrias e histórias que trazem a minha vida.

À Wallace por ser o melhor presente que Fortaleza me deu, porque é puro amor, cuidado e festa. É energia para todos os dias. É um irmão que a vida teve a generosidade de me dar, que me faz melhor só de me dar bom dia com as melhores canções que esse país produz.

A Rochelly e Tadeu, porque mais do que muitos, entendem o que é chegar nesse momento, e todas as vicissitudes que tivemos que trilhar nessa caminhada chamada mestrado. Que foi melhor só por estar ao lado de vocês. Porque nós três formamos um trio de cuidado, de potência e de fé um no outro, que nos fez caminhar muito mais, porque nos apoiávamos em cada passo.

À Ailton e Francileuda, porque desde que nos conhecemos temos sido suportes para todos os dias. Sem a nossa cumplicidade e cuidado não seria possível chegar a este momento.

À Damião, Lilian e Tassyá que compartilharam junto a também Ailton e Francileuda as dores e delícias de sermos a Reapodere na UFC e estarmos juntos crescendo e aprendendo com a experiência de cada a uma, a sermos pesquisadores e pessoas melhores. Numa construção coletiva de ciência preocupada com a vida, incluindo as nossas.

À André e Gerlânia que junto a Ailton tornaram possível minhas andanças por Redenção, essenciais para fazer de campo dessa dissertação.

À Meury, Ingrid, Larissa, Quésia e Evelyn que também estiveram juntas a mim nessa caminhada do mestrado, dividindo as dores e as delícias de estar neste espaço da UFC.

À James, porque tem sido mais que um orientador. Gratidão ao todo o processo que me fez crescer e me abriu tantas outras possibilidades de ser pesquisadora, de ser psicóloga, sem perder a doçura e a leveza que nos faz tão humanos.

Às mulheres que gentilmente me receberam em suas casas e compartilharam de suas trajetórias de vida, tornando possível, não apenas as análises, mas a minha mudança enquanto pessoa. Tocar suas histórias me fez reconhecer na minha toda a potência de ser mulher.

À comunidade do Parque da Liberdade que recebeu a mim e a Reapodere, tornando possível, não só este trabalho, mas a possibilidade de construção de conhecimento com e junto à comunidade.

À reapodere, que tem sido um grupo que tem me ensinado sobre o cuidado consigo e com outros, cuja atuação foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho. E as queridas Gerlânia, Lívia, Gabriel, Marcus, Sargila, Ailton, Isadora, Sandy, Vanessa, Brena, Carlos, Rafael, Larissa, que compartilharam essa caminha de pesquisa e inserção no campo junto a mim.

Ao Nucom, que tem sido acolhida e cuidado nessa jornada, abrindo novas possibilidades de ser e estar na UFC. E aos queridos nuconianos e nuconianas, Natália, Júlia, Kevin, Andréia, Aparecida, Cadu, Carol, Davi, Lele, Natacha, Renata Façanha, Renata que mais intimamente compartilharam da minha trajetória.

À Verônica, por ser banca e por dividir outros espaços de luta e construção de conhecimento coletivo e com implicação com a vida.

Às professoras Cândida Dantas e Claudia Mayorga, que gentilmente se disponibilizam a estarem enquanto banca examinadora, certamente, contribuindo de forma valiosa e cuidadosa com este trabalho.

À Eveline e René que foram suporte dentro da coordenação da Pós- Graduação, ajudando em tudo que foi necessário, com muita disponibilidade e gentileza. Muita gratidão a todos os nossos encontros e por não se cansarem de entregarem a chave do laboratório, mesmo em vésperas de feriado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos que permitiu ter dedicação exclusiva ao desenvolvimento da dissertação.



À todas e todos os professores que estiveram presentes na minha trajetória desde a minha mãe que me ensinou as primeiras palavras, como educadora dedicada e amada que és na minha vida, até os e as professoras que hoje me acompanham na pós- graduação. Eu guardo com carinho, respeito e admiração todo aprendizado que compartilharam comigo.

À Dilma e Lula que tornaram possível minha trajetória acadêmica e profissional com políticas públicas que ampliaram o acesso ao ensino superior, que fizeram possível com que uma menina do interior do Maranhão hoje possa estar em um programa de pós-graduação. Vocês mudaram as trajetórias de milhares de pessoas e a minha também.

“As conexões com e entre as mulheres são as mais temíveis, as mais problemáticas e as forças mais potencialmente transformadoras no planeta” (RICH, 1979).

## RESUMO

Neste trabalho é relevante a discussão acerca da relação entre Sentido de Comunidade (SC), Pobreza Multidimensional (PM) e Gênero. Para tanto, é necessário discutir acerca do que compreendemos sobre estas categorias e sobre as possíveis relações que estas podem estabelecer. Entendemos a complexidade de estabelecermos tal conexão, e acreditamos que nos cotidianos comunitários estas sejam relevantes para fomentar estratégias de intervenções psicossociais como efeitos para a facilitação de processos de mudança social. Desta forma, o Sentido de Comunidade pode ser entendido como expressão de *nosotros*, se conectando com uma perspectiva interseccional que reconheça os modos de vida das pessoas a partir de seus contextos, fomentando estratégias de fortalecimento de identidades individuais e coletivas comunitárias. Pontua-se que a concepção de Pobreza aqui defendida é multidimensional, a partir das abordagens das capacitações. E que as perspectivas de gênero tratadas aqui, visam desvelar as desigualdades sociais e de gênero sofridas por mulheres, numa perspectiva interseccional. O projeto tem como objetivo geral: Analisar os impactos da pobreza no sentido de comunidade de moradores/as da comunidade do Parque da Liberdade em Redenção/CE a partir de uma perspectiva de gênero. E como objetivos específicos se apresentam: descrever as condições de pobreza multidimensional vivenciadas na comunidade do Parque da Liberdade; compreender os sentidos de comunidade desenvolvidos pela população do Parque da Liberdade; comparar a relação entre o sentido de comunidade e as dimensões da pobreza; analisar sobre uma perspectiva interseccional as categorias de sentido de comunidade e pobreza multidimensional a partir da vivência das mulheres. A proposta metodológica deste projeto é um delineamento misto. O que se propõe então, é a combinação de delineamentos quantitativos e qualitativos numa perspectiva mista e interseccional. Na primeira fase quantitativa, contamos com uma amostra representativa da comunidade de 128 pessoas a partir de um questionário, que contava com dados sociodemográficos, o IMPM e a IASC (em anexo). Foram feitas análises de estatísticas descritivas, comparação de médias, *test t*, ANOVA, correlação de *r* de Pearson, regressão linear múltipla e análise de moderação com o auxílio do programa SPSS. Os achados dessa fase apontaram para relevância de entender o SC relacionado as dimensões das pobrezas, numa perspectiva multidimensional. Notou-se que as dimensões mais significativas nessa relação foram as dimensões de aspectos psicológicos das pobrezas e de habitação, sendo que análises mais robustas apontaram que a primeira destas dimensões citadas, tem efeitos mais duradouros e expressivos sobre a população em estudo. Na fase qualitativa contar-se com a participação de dez mulheres e foi aplicada uma entrevista- semiestruturada com as mesmas sobre as temáticas da pesquisa. A análise realizada foi a análise de conteúdo categorial. Os resultados apontaram para os efeitos que as desigualdades de gênero possuem sobre o SC, como a despontecialização da participação social ativa das mulheres no tecido social, como também para as relações que estas desigualdades têm com as condições de pobrezas vividas, que se tornam mais opressoras as mulheres. Defendemos esta abordagem mista à medida que consideramos os complexos processos psicossociais, simbólicos e subjetivos dos atores e atrizes sociais. Os resultados de ambos os estudos demonstram as complexas relações entre o SC, PM e as Desigualdades Sociais de Gênero que tem implicações psicossociais aos modos de vida desenvolvido pelas pessoas neste território, especialmente as mulheres, desvelando relações de dominação e opressão, mas também possibilidades de resistências. Acreditamos que compreender essa relação dentro do contexto comunitário pode auxiliar a leitura das realidades vividas e facilitar a proposição de estratégias de enfrentamento das pobrezas e fortalecimento das relações sociocomunitárias.

**Palavras-Chave:** Psicologia Comunitária. Sentido de Comunidade. Pobreza Multidimensional. Gênero. Interseccionalidade.

## **ABSTRACT**

In this work it is relevant to discuss the relationship between Sense of Community (CS), Multidimensional Poverty (PM) and Gender. For this, it is necessary to discuss what we understand about these categories and the possible relationships they can establish. We understand the complexity of establishing such a connection, but we believe that in everyday community life these are relevant for promoting strategies of psychosocial interventions as effects for facilitating processes of social change. In this way, Sense of Community can be understood as an expression of our others, connecting with an intersectional perspective that recognizes people's ways of life from their contexts, fostering strategies for strengthening individual and collective community identities. It is pointed out that the conception of Poverty defended here is multidimensional, based on the approaches of empowerment. And that the gender perspectives dealt with here aim to reveal the social and gender inequalities suffered by women from an intersectional perspective. The overall objective of the project is to analyse the impacts of poverty in the sense of the community of residents of the Redemptive Liberty Park/CE from a gender perspective. Specific objectives are: to describe the conditions of multidimensional poverty experienced in the community of Liberty Park; to understand the meanings of the sense of community developed by the population of Liberty Park; to compare the relationship between the sense of community and the dimensions of poverty; to analyse from an intersectional perspective the categories of sense of community and multidimensional poverty from the experience of women. The methodological proposal of this project is a mixed delineation. What is proposed, then, is the combination of quantitative and qualitative outlines in a mixed and intersectional perspective. In the first quantitative phase, we counted on a representative sample of the community of 128 people from a questionnaire, which counted on socio-demographic data, the IMPM and the IASC (in annex). Descriptive statistics, mean comparison, test t, ANOVA, Pearson's r correlation, multiple linear regression and moderation analysis were performed with the help of the SPSS program. The findings of this phase pointed to the relevance of understanding the CS related to the dimensions of poverty, from a multidimensional perspective. It was noted that the most significant dimensions in this relationship were the dimensions of psychological aspects of poverty and housing, and more robust analyses pointed out that the first of these dimensions has more lasting and expressive effects on the population under study. In the qualitative phase, ten women participated and a semi-structured interview was applied with them on the themes of the research. The analysis carried out was the categorical content analysis. The results pointed to the effects that the inequalities of gender possess on the SC, as the

despontecialization of the active social participation of the women in the social fabric, as well as the relations that these inequalities have with the conditions of lived poverty, that become more oppressive the women. We defend this mixed approach as we consider the complex psychosocial, symbolic and subjective processes of social actors and actresses. The results of both studies demonstrate the complex relationships between SC, MP and Gender Social Inequalities that have psychosocial implications for the ways of life developed by people in this territory, especially women, revealing relationships of domination and oppression, but also possibilities of resistance. We believe that understanding this relationship within the community context can help to read the realities lived and facilitate the proposition of strategies for confronting poverty and strengthening sociocommunity relations.

**Key Words:** Community Psychology. Sense of community. Multidimensional poverty. Genre. Intersectionality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Imagem Panorâmica do bairro Parque da Liberdade.....	26
Figura 2 – Imagem de rua no bairro Parque da Liberdade.....	26
Figura 3 – Imagem da capela do bairro.....	28
Figura 4 – Gráfico de Intensidade de privações entre pessoas em situação de pobreza a partir do MPI.....	47
Figura 5 – Ilustração da divisão de grupos com Pobreza Multidimensional.....	72
Figura 6 – Distribuição das Dimensões de Pobreza (Intervalo de 0 a 1) .....	73
Figura 7 – Análise de Similitude sobre o Sentido de Comunidade .....	82
Figura 8 – Exemplo explicativo do modelo de mediação .....	92
Figura 9 – Modelo de mediação do tempo de moradia entre habitação e sentido de comunidade .....	93
Figura 10 – Modelo de mediação do tempo de moradia entre os aspectos psicológicos da pobreza e sentido de comunidade .....	94
Figura 11 – Gráfico CEPAL: Autonomia econômica.....	106
Figura 12 – Gráfico CEPAL: Índice de feminilidade da pobreza.....	106

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional .....	64
Tabela 2 – Itens do Índice Abreviado de Sentido de Comunidade .....	68
Tabela 3 – Descrição dos Itens da IASC após análises .....	78
Tabela 4 – Correlação entre Sentido de Comunidade e as Dimensões da Pobreza .....	83



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE	Ceará
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DHS	Inquérito Demográfico e de Saúde
DSS	Determinantes Sociais da Saúde
DP	Desvio Padrão
ESF	Estratégia de Saúde da Família
IASC	Índice Abreviado de Sentido de Comunidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Intervalo de Confiança
IDM	Índice de Desenvolvimento Municipal
IG	Indicador por Grupo
IMPM	Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional
MPI	Índice Multidimensional de Pobreza
M	Média
NESP	Núcleo de Estudos em Saúde Pública
NPM	Nível de Pobreza Multidimensional
REAPODERE	Rede de Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistência
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.
VER-SUS	Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde
SC	Sentido de Comunidade
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
PM	Pobreza Multidimensional
PT	Partido dos Trabalhadores
OPHI	Pobreza Oxford e Iniciativa de Desenvolvimento Humano
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## LISTA DE SÍMBOLOS

% Porcentagem

R\$ Símbolo do Real

$r$  Correlação

$\alpha$  Alfa de Cronbach

$p$  nível de significância

$c$  Efeito direto da regressão

$c'$  Efeito indireto da regressão entre variável dependente e independente

$\beta$  Coeficiente padronizado de regressão

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	<b>30</b>
2.1 Geral: .....	30
2.2 Objetivos Específicos: .....	30
<b>3. ESTUDO 1– A RELAÇÃO ENTRE SENTIDO DE COMUNIDADE E POBREZA MULTIDIMENSIONAL</b> .....	<b>31</b>
3.1 Introdução .....	31
3.2 Marco Teórico .....	33
3.2.1 A ideia de Comunidade .....	33
3.2.2 Sentido de Comunidade .....	36
3.2.3 Pobreza Multidimensional .....	44
3.3.3 Relação entre Sentido de Comunidade e Pobreza .....	55
3.3.3.1 Situação de Pobreza Multidimensional com baixo ou pouco Sentido de Comunidade .....	56
3.3.3.2 Situações de Pobreza Multidimensional também têm SC fortalecido .....	59
<b>3.3 MÉTODO</b> .....	<b>63</b>
3.3.1 Tipo de pesquisa .....	63
3.3.2 Participantes da Pesquisa.....	64
3.3.3 Instrumento para a Coleta de Informações .....	64
3.3.4 Análises .....	71
3.3.5 Procedimentos.....	71
3.3.6 Questões Éticas da Pesquisa.....	72
<b>3.4 Resultados e Discussão</b> .....	<b>73</b>
<b>3.5 Considerações Finais do Estudo 1</b> .....	<b>98</b>
<b>4. ESTUDO 2- AS INTERSECCIONALIDADES DAS RELAÇÕES ENTRE SENTIDO DE COMUNIDADE E POBREZAS A PARTIR DA VIVÊNCIA DE MULHERES EM CONTEXTO COMUNITÁRIO DE POBREZA</b> .....	<b>99</b>
<b>4.1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>99</b>
<b>4.2 Marco Teórico</b> .....	<b>102</b>
<b>4.3 Método</b> .....	<b>110</b>
4.3.1 Tipo de Pesquisa.....	110
4.3.2 Participantes e Territórios da Pesquisa .....	111
4.3.3 Instrumentos de Coleta de Dados .....	114
4.3.4 Análise de Dados .....	115

4.3.5 Procedimentos.....	115
4.3.6 Questões Éticas da Pesquisa.....	117
<b>4.4 Resultados e Discussão .....</b>	<b>117</b>
<b>4.5 Considerações Finais do Estudo 2 .....</b>	<b>142</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>145</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>161</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>166</b>
<b>Roteiro de Entrevista.....</b>	<b>166</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a compreensão da relação entre a categoria Sentido de Comunidade e os impactos da pobreza multidimensional em diálogo com a vivência de mulheres em contexto de pobreza no Parque da Liberdade, em Redenção (CE). Opta-se pela estratégia metodológica de investigação mista, considerando tanto o delineamento quantitativo como qualitativo na construção da proposta, e tendo como viés de análise, a interseccionalidade. A ideia para a construção deste trabalho surge a partir da inserção da pesquisadora junto ao seu orientador no projeto de pesquisa intitulado: “Estudo transcultural sobre as dimensões psicossociais da pobreza Fase III: Desenho e Validação de uma escala de sentido de comunidade para a população Latino Americana”, que está sendo desenvolvido com grupos de pesquisa em Psicologia Comunitária pertencentes a cinco países da América Latina, sendo estes: Chile, México, Colômbia, Porto Rico e Brasil.

Este trabalho também se afilia com a linha “Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais” do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pois o que se propõe é atuação junto a contextos de pobreza e com o compromisso ético e político de enfrentamento de tal mazela, a partir da visibilização e fortalecimento de processos de resistências comunitários. O Problema de Pesquisa se apresenta a partir das seguintes perguntas de partida: Qual a relação entre o sentido de comunidade e a pobreza multidimensional no contexto do Parque da Liberdade? E qual o impacto destas categorias sobre a vivências das mulheres neste contexto? A escolha do objeto Sentido de Comunidade imbricado a Pobreza Multidimensional junto a vivência de mulheres perpassa um compromisso ético-político assumido com as transformações psicossociais e o afrontamento da pobreza.

Este também emerge das trajetórias desenvolvidas pelos atores envolvidos nesta construção, sendo os mesmos, as pessoas que constituem a Reapodere na frente do Centro Comunitário, sendo a escrita do texto, resultado de uma produção coletiva. O território escolhido para atuação se situa nas proximidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), onde funciona o grupo de pesquisa, ensino e extensão Reapodere (Rede de Afrontamento das Pobrezas, Discriminações, e Resistências) do qual somos parte. Sendo importante pontuar que este projeto atuará junto a extensão comunitária desenvolvida no Parque da Liberdade da cidade de Redenção/CE. Assim, a ReaPODERE tem fundamental relevância na delimitação do objeto desta pesquisa, pois

também possui em seu cerne, um trabalho de base comunitária implicado com as questões sociais, especialmente relacionadas às desigualdades sociais, discriminações e a pobreza.

O vínculo com a ReaPODERE tornou possível aprofundar meus conhecimentos sobre as interseccionalidades e decolonialidades e entender de forma mais profunda a estrutura de poder e privilégios que sustentam estas formas de opressão. Como também a compreensão de que mesmo em condições profundas de desigualdades sociais é possível propor caminhos para uma possível transformação social. Me vínculo a ReaPODERE a partir da minha entrada no mestrado, estando presente nos processos formativos e de supervisão de campo de extensão, que são relacionados aos afrontamentos das pobrezas. Participei de grupos de estudos sobre temáticas relativas a estes temas, supracitados dentro da rede. E co-coordenei a pesquisa de Validação da Escala Intercultural de Sentido de Comunidade desenvolvida no território de Redenção pela ReaPODERE, sendo esta dissertação, um dos produtos. Importante também, salientar a minha vivência no Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), que tem sido profundamente relevante para compreender as pobrezas e as formas de atuação da Psicologia Comunitária, fundamentando ainda mais, um compromisso ético e político com as classes menos favorecidas. Me vínculo ao NUCOM a partir da participação do grupo de pesquisa do mesmo.

Esta escolha também perpassa a trajetória profissional e acadêmica trilhada por mim. Desde a graduação em Psicologia pela UFPI (Universidade Federal do Piauí) tenho atuado junto a contextos comunitários e de vulnerabilidades sociais. Inicialmente com a proximidade teórica, a partir de disciplinas do referido curso e da participação do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP), e numa perspectiva mais prática enquanto Comissão Organizadora do Projeto VER-SUS (Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde), organizando e co-facilitando um total de quatro edições, no estado do Piauí e Ceará, entre os anos de 2014 e 2016.

Em paralelo a estas vivências, é importante situar a experiência tida no projeto de extensão/pesquisa “Cirandas dos Saberes: encontros entre a formação política e sabedoria popular”, vinculado a UFPI, onde atuei durante três anos como bolsista (2013 – 2015), sendo o território de atuação do mesmo situado no Assentamento Rural Cajueiro, localizado na região rural da cidade de Parnaíba/PI. Também nesta cidade, recém-formada vivenciei a experiência de ser Residente em Atenção Básica/Saúde da Família, atuando enquanto

profissional em contextos de pobreza e desigualdades sociais, numa abordagem multiprofissional e holística.

Na residência pude entender na prática que as demandas que chegavam a mim, enquanto psicóloga, estavam profundamente relacionados aos modos de vida das pessoas. Estes modos de existência estavam atravessados pelas pobreza, violências e discriminações vividas. As queixas eram, em sua maioria, atravessadas por essas condições de vida em situação de pobreza, não sendo possível, uma atuação profissional dissociada deste cenário.

Também foi perceptível que havia diferenças significativas entre as demandas de homens e mulheres. Estas chegavam mais aos serviços, e nos cenários vividos, não era incomum que houvesse casos de violências contra as mulheres, que mesmo vivenciando o mesmo contexto de pobreza que os homens, por vezes, sofriam mais privações que os mesmos. Estas violências tinham como centro as relações de gênero estabelecidas na comunidade, e no âmbito familiar, atravessadas por uma perspectiva patriarcal e machista do papel social da mulher.

Toda a caminhada trilhada tornou possível a crítica sobre a atuação da Psicologia diante do fenômeno da pobreza, como também da possibilidade de refletir sobre uma práxis em psicologia que reverbera no enfrentamento de tal mazela social. Esta escolha reflete os questionamentos produzidos a cerca das práticas psicossociais em comunidade. E do quanto estas apontam para a preservação das relações comunitárias de solidariedade entre as pessoas para uma transformação social (GUZZO, LACERDA JR, 2009).

Desta forma, nesta perspectiva de pesquisa, se considera relevante investigar a relação entre Pobreza Multidimensional (PM), Sentido de Comunidade (SC) e Gênero, sob uma perspectiva interseccional para a compreensão da dinâmica comunitária do bairro Parque da Liberdade em Redenção-CE. Acreditamos que compreender estas relações, dentro do contexto comunitário pode auxiliar a leitura das realidades vividas e facilitar a proposição de estratégias de enfrentamento da pobreza.

Partimos inicialmente da compreensão que entre as categorias sentido de comunidade e pobreza multidimensional existe uma relação que ora se apresenta de forma positiva, à medida que situações de Pobreza Multidimensional podem aumentar o Sentido de Comunidade. Outrora, acontece a relação inversa onde situações de pobreza diminuem o Sentido de Comunidade. Sendo assim, pontuamos que há atravessamentos entre as duas temáticas e buscamos evidenciar isto.

Também entendemos que as vivências de mulheres atreladas à pobreza e ao sentido de comunidade são significativas e acreditamos ser relevante analisá-las neste trabalho, para a compreensão das dinâmicas comunitárias e proposição de estratégias de enfrentamentos da pobreza. Nesse sentido, opta-se pelo método misto, com delineamentos quantitativo e qualitativo, por acreditarmos que este oferece subsídio a uma discussão mais profunda e complexa dessa relação, à medida que, esta abordagem metodológica pode auxiliar numa visão mais ampliada dos fenômenos em estudo.

Este percurso metodológico misto, ocorreu junto a extensão e pesquisa da ReaPODERE no território do bairro Parque da Liberdade, da cidade de Redenção/CE, onde entramos em contato com atores e atrizes sociais desta realidade que se disponibilizaram a participar deste estudo. Este bairro foi escolhido em virtude da proximidade dele com a UNILAB, e também pelas condições de vida em situação de pobreza vivenciadas pela população deste lugar. Sendo relevante a relação entre as políticas públicas, representadas aqui pela parceria estabelecida com o CRAS do território, e a extensão universitária, desenvolvida pela Reapodere no contexto em estudo.

Nesta proposta metodológica, a dissertação ocorrerá em dois estudos interdependentes, o primeiro é quantitativo e o segundo estudo qualitativo. Entendemos como relevante que a Interseccionalidade fosse transversal a realização da pesquisa, sendo a mesma, uma ferramenta para as análises de ambos os estudos (CHRISTENSEN; JESSEN, 2012). Para esta análise interseccional, optamos por dar ênfase aos marcadores sociais da diferença de classe e gênero. Consideramos que outros marcadores como o de raça são relevantes, especialmente considerando o contexto em estudo. Porém entendemos que os dois primeiros marcadores serão nosso ponto de partida para análises. Reconhecendo as peculiaridades do território em questão, pontua-se também que os marcadores sociais da diferença apresentam não apenas as violências, pobreza e vulnerabilidades enfrentadas pelas pessoas, mas também suas resistências e suas estratégias de afrontamentos (HENNING, 2015).

Compreende-se também que a proposta deste projeto se afilia a possibilidade de construção de saber-fazer implicada com a transformação social, entendendo que toda a produção de conhecimento emerge da vida social (SANTOS, 2010). Considerando que a possibilidade aqui delineada está direcionada a vida cotidiana do contexto comunitário



referente às estratégias de ação e sua implicação para o trabalho da Psicologia Comunitária (FREITAS, 2008).

Assim, estudar sobre pobreza se torna necessário dentro do contexto brasileiro, porque dentre outras coisas, somos um dos países mais desiguais do mundo. Segundo os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) a desigualdade social no Brasil vem aumentando, metade dos brasileiros e brasileiras vivem em média com R\$ 413,00 por mês (IBGE, 2019). Isso equivale a menos que a metade de um salário mínimo (Valor do salário mínimo é de R\$998,00). O IBGE (2019) aponta que estamos vivendo o maior índice de pobreza. Este instituto aponta que a partir do ano de 2015 aproximadamente 1 (um) milhão de pessoas entraram na faixa de pobreza no Brasil. E que as diferenças entre as classes mais pobres e mais ricas, estão cada vez maiores, pois os 10% mais ricos juntos, possuem uma renda até 13 (treze) vezes maior do que os 40% mais pobres (IBGE, 2019).

Considerando apenas o Ceará, podemos pontuar que 40% da população se encontra abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2019). Além disso, a concentração de renda no estado, no período avaliado de 2012 a 2018 aumentou, sendo que os 10% com maiores rendimentos, recebem aproximadamente 15 vezes mais do que os 40% com menores rendimentos (IBGE, 2019). Este é um valor superior à média nacional. Estes dados alarmantes apontam para a necessidade de investigar e afrontar as condições de pobreza e desigualdades sociais vividas tanto no Brasil, quanto no contexto cearense.

E pensar gênero nesse cenário é reconhecer que as violências contra mulheres no Brasil, infelizmente, são estruturantes na organização social e fomentam um ciclo de exclusão, que fortalecem a feminização das pobreza (RIBEIRO, 2018). Nestas condições de pobreza às mulheres acabam sofrendo mais o impacto dessas privações do que homens (MACEDO, 2008). Isso reverbera nas suas possibilidades de agenciamentos (SEN, 2010), tornando ainda mais desafiador a estas, o afrontamento das pobreza.

Contudo entendemos que a dinâmica e as relações comunitários podem ser fatores protetivos das pobreza (GÓIS, 2005). Assim, investigar sobre o sentido de comunidade pode facilitar o fomento de estratégias de afrontamento às pobreza (SARRIERA, et.al., 2016), funcionando como catalizador de mudanças sociais que tenham como cerne a comunidade. Desta forma, as relações comunitárias, e especialmente, como as mulheres agem e vivem com a comunidade são essenciais para entendermos o problema deste estudo.

O trabalho que aqui se apresenta está estruturado a partir de dois estudos em estrutura de artigos. Acreditamos que este formato é adequado para alcançar os objetivos traçados neste trabalho. Desta forma, iniciamos o mesmo com a introdução que aqui se apresenta, e em seguida uma subseção da mesma, caracterizando o campo de ambos os estudos, tratando-se do bairro Parque da Liberdade. Entendemos a necessidade de realizá-la para contextualizar à realidade social que estamos situados(as). Logo após, apresento os objetivos deste trabalho.

Fizemos a escolha de iniciarmos a discussão com o estudo intitulado “A relação entre o Sentido de Comunidade e Pobreza Multidimensional”, que pretendeu responder aos objetivos específicos: descrever as condições de pobreza multidimensional vivenciadas na comunidade do Parque da Liberdade; compreender os significados do Sentido de Comunidade desenvolvidos pela população do Parque da Liberdade; comparar a relação entre o sentido de comunidade e as dimensões da pobreza, corroborando com o objetivo geral deste trabalho.

Este primeiro estudo apresenta uma introdução, apresenta seus objetivos e o percurso escolhido para alcançá-los. Em seguida o marco teórico, trazendo contribuições sobre as categorias: comunidade; sentido de comunidade; pobreza multidimensional; a relação entre sentido de comunidade e pobreza multidimensional, sucessivamente. Tecendo considerações sobre os conceitos destas duas categorias centrais a este trabalho, suas perspectivas e possibilidades de atuação teórico-metodológico, há evidências de que o SC e a PM estabelecem relação. Apresentamos como esta relação se dá e suas diversas possibilidades. Entendemos que conhecer esta relação possa possibilitar o fomento de estratégias de enfrentamento da pobreza a partir do tecido comunitário.

A seguir apresentamos o método utilizado neste estudo, tratando-se de um delineamento quantitativo. Contamos com uma amostra de participantes formada por moradores e moradoras do bairro Parque da Liberdade, que responderam a um livreto contendo questões sociodemográficas, o IMPM (Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional) e a Escala Abreviada de Sentido de Comunidade (Apêndice A). A partir do mesmo, junto a inserção comunitária realizada torna-se possível reconhecer e descrever tal território e população, seus modos de vida, as condições socioeconômicas, as implicações psicossociais das pobreza e o sentido de comunidade que desenvolvem.

Com os dados coletados e analisados, foi possível construirmos a sessão resultados e discussão. Esta sessão dialoga com referencial teórico e os achados no estudo. Podemos

entender quais os sentidos de comunidade e as implicações psicossociais das pobreza que atravessam o território em estudo. Ao passo que também investigamos como estas duas categorias de análises se relacionavam ou não, quais seus pontos de encontros e de discordâncias.

Importante salientar que não houve diferenças estatisticamente diferentes entre mulheres e homens nas análises realizadas no estudo I. Acreditamos que isto tenha ocorrido por viés dos instrumentos que não apresentam refinamento suficiente para encontrar tais distinções entre as experiências de mulheres e homens. Desta forma, acreditamos que as análises qualitativas tenham sido mais efetivas em demonstrar as desigualdades de gênero vividas. Assim, finalizamos este estudo com as considerações finais do mesmo, fazendo apontamentos que contribuem para as análises realizadas no estudo II. Entendemos que estes estudos são interdependentes, não apenas por juntos possibilitarem alcançar o objetivo geral do trabalho, mas pelas aproximações entre eles, desde o território, facilitando uma leitura compreensiva e aprofundada do mesmo. Acreditamos que as discussões teóricas também dialogam e dão complementariedade ao estudo.

De tal forma o estudo II se intitula “Gênero enquanto categorial interseccional e sua relação com as pobreza e o sentido de comunidade: a partir da vivência de mulheres no Parque da Liberdade”. Neste capítulo versa sobre as desigualdades de gênero e como estas afetam o sentido de comunidade e as relações comunitárias de mulheres que vivenciam situações de pobreza. Este é necessário para alcançarmos o objetivo da pesquisa, e em especial, os objetivos específicos: analisar sobre uma perspectiva interseccional as categorias de sentido de comunidade e pobreza multidimensional a partir da vivência das mulheres; compreender os impactos das pobreza e do sentido de comunidade nas trajetórias das mulheres que vivem no Parque da Liberdade.

O marco teórico do mesmo versa sobre gênero e desigualdades sociais. Buscamos situar como entendemos este estudo, e a relevância do mesmo para discutir pobreza em contextos comunitários. Percebemos que há distinções relevantes entre as vivências de mulheres e homens nestes cenários, e que havia necessidade de nos debruçarmos sobre as desigualdades sociais atravessadas pelo gênero. Mulheres sofrem mais os efeitos das pobreza, ao passo que também são a maioria das pessoas na comunidade. Entendemos como significativo, conhecer esta relação.

O método escolhido tem delineamento qualitativo. Realizamos entrevistas com dez mulheres moradoras do bairro Parque da Liberdade. Estas foram identificadas a partir da inserção comunitária e do procedimento “bola de neve”. Tomamos com possibilidade de análise a perspectiva interseccional com a técnica de análise de conteúdo categorial. Desta maneira, seguiu-se as análises dos resultados e discussão.

Estes apontaram para a relevância de uma análise das categorias de sentido de comunidade e pobreza, a partir de marcadores sociais da diferença, especialmente considerando a relevância de visibilizar e refletir sobre as desigualdades sociais e de gênero que perpassam o território em estudo. A partir do território e das pessoas que os constituem, especialmente as mulheres, pode-se ampliar as possibilidades de intervenção psicossocial no mesmo. Após a apresentação e discussão dos resultados, foi feita as considerações finais do mesmo relativo ao estudo II.

Assim, seguimos para as considerações finais do trabalho, abrangendo as análises realizadas em ambos os estudos. Estas análises apontaram para a relevância de uma perspectiva interseccional sobre os estudos de sentido de comunidade e pobreza multidimensional. Como para a relevância de investir em estratégias e métodos de pesquisas mistos, para ampliar as possibilidades de análises.

Portanto, este trabalho de pesquisa se apresenta como síntese da caminhada que venho percorrendo na minha formação profissional, e também das parcerias que vem se estabelecendo para uma produção científica participativa, coletiva e próxima das realidades sociais. A escolha do objeto, a indicação do processo metodológico e do embasamento teórico também refletem um compromisso ético e político com a facilitação de processos de transformação social na realidade concreta.

#### *Sobre o território de ambos os estudos*

A pesquisa se desenvolveu no território do bairro Parque da Liberdade, um bairro localizado na cidade de Redenção - CE. Este bairro é localizado nas proximidades do Campus Liberdade da UNILAB. A inserção nesse campo se deu a partir da pesquisa guarda-chuva para validação da escala de sentido de comunidade, a qual este trabalho também se afilia.

Redenção é uma cidade localizada na região do Maciço de Baturité (CE). No último relatório do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) do Ceará (IPECE, 2019), a cidade apresenta IDM = 38,25, estando na posição 19º, de 184 municípios pesquisados. O IDM é uma análise multidimensional realizada a partir de 30 indicadores ligados aos aspectos sociais, de infraestrutura de apoio, fundiários e agrícolas, fisiográficos, econômicos e demográficos. Os valores de IDM e de suas dimensões variam de 0 a 100. Os municípios foram subdivididos em classes, onde 01 é o melhor desenvolvimento municipal e 04 é o pior (IPECE, 2019).

Desta forma, os resultados apontam que Redenção se apresenta na classe 02. Em comparação com os municípios da sua região é a segunda colocada. Tendo melhor desempenho na dimensão relativa à aspectos sociais (IG4 = 51,49) e pior desempenho na dimensão dos aspectos demográficos e econômicos (IG2= 18,70) (IPECE, 2019). Assim, podemos inferir que a cidade tem um índice de desenvolvimento médio, considerando outras cidades do estado, mas ainda muito distante da média dos municípios com melhores indicadores (Média IDM da classe 01 = 61,14). E que há distinções significativas entre as dimensões avaliadas, o que pode pontuar para a necessidade de desenvolvimento em aspectos específicos.

No último censo realizado, a população de Redenção era de 27.441 habitantes, com estimativa para 2019 entorno de 29.053 habitantes (IBGE, 2017). Considerando o tamanho da população, não foi realizado uma distinção de população por bairros, o que dificulta aproximar a partir de dados oficiais quantos moradores e moradoras vivem no bairro Parque da Liberdade. A outra alternativa foi o contato com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) localizado no bairro. Entramos em contato com a coordenação do mesmo, que diz não saber precisar quantas pessoas e/ou famílias vivem no bairro. Alegam ter um público diverso, que está para além do bairro, e que não conseguem mensurar o tamanho da população. O que demonstra uma fragilidade na própria política.

Figura 1 - Imagem Panorâmica do bairro Parque da Liberdade



Fonte: Própria autora

Neste sentido, a inserção comunitária tornou-se ainda mais relevante. Iniciamos esta por caminhadas comunitárias e visitas à alguns moradores (as) que eram mais próximos dos extensionistas da ReaPODERE, que assumiam papéis estratégicos de lideranças comunitárias, religiosas e/ ou políticas no bairro. Desta forma, entendemos como importante construir um mapa do território que pudesse nos dar pistas sobre o mesmo. Convidamos profissionais do CRAS para estar junto aos pesquisadores (as) neste processo. Reconhecemos, então, aspectos geográficos, as delimitações das ruas, questões relativas ao saneamento básico do bairro.

Figura 2 - Imagem de rua no bairro Parque da Liberdade



Fonte: Própria autora

Partirmos então, do reconhecimento que a proximidade com o campus da UNILAB também modificou os modos de vida do bairro, pois reconhecemos que a partir disto, emerge uma população flutuante, formada por universitárias (os). Também, podemos comprovar a presença dos mesmos, a partir da amostra quantitativa do estudo 01. Uma das questões era: “Se há alguém na casa que estude na UNILAB?”, 40% da amostra respondeu que sim (DP=0,492). O que aponta para uma amostra significativa de estudantes universitárias (os) vivendo no bairro. Importante pontuar, que muitos destes estudantes já eram moradores do bairro e a proximidade com a universidade facilitou o acesso dos mesmos ao ensino superior, esse discurso é presente na fala das entrevistadas no estudo 02.

Quanto ao número de pessoas residentes na comunidade, não pudemos nos aproximar de um número mais exato. Mas visitamos durante o processo de pesquisa 155 residências, destas 27 não quiseram participar da pesquisa. Contamos 73 residências fechadas (por aparente abandono, ou por não se encontrarem abertas nos dias e horários em que foram realizadas a pesquisa). Totalizando 228 residências no bairro. Assim, acreditamos que tenhamos chegado numa amostra representativa da população.

Pudemos constatar que a maioria da população participante da amostra mora com familiares e/ou conjugues (74,2%) (DP= 1,254). É perceptível que a comunidade tem características familiares muito fortalecidas. É muito comum encontrar na mesma rua e/ou em ruas próximas pais, filhos, irmãos, primos, compadres que também são vizinhos. Sendo uma das características mais relatadas nos estudos esta ideia de comunidade enquanto família.

Este bairro vivencia situações de pobreza e de invisibilidades de políticas públicas. Não possui saneamento básico e a coleta de lixo é deficiente. As ruas são em sua maioria calçadas, algumas foram asfaltadas recentemente, e ainda é possível ver ruas sem nenhuma pavimentação. O bairro possui muitos terrenos baldios, particulares e públicos, que por vezes, são utilizados pelos moradores(as) como lugar para destinação imprópria de lixo. Além da UNILAB, tem uma escola pública destinada ao público infante-juvenil, uma quadra poliesportiva e o CRAS. Também foi possível reconhecer a presença de igrejas (católicas e evangélicas), como também um salão paroquial, que é utilizado pelos grupos religiosos e seus parceiros para ações na comunidade, especialmente de caráter assistencialista.

Figura 3 - Imagem da capela do bairro



Fonte: própria autora

Também durante a pesquisa, nos deparamos com estes e outros dados relevantes sobre o bairro que não haviam sido evidenciados anteriormente. Um destes dados foi o próprio nome do lugar. Este bairro é conhecido como Centro Comunitário, e inicialmente nesta pesquisa também nos referimos a este, com esse nome. Com o processo de inserção comunitária e familiarização com o território emergiu a partir da fala de muitos moradores e moradoras o nome oficial do bairro: Parque da Liberdade.

Inicialmente, o bairro é nomeado Parque da Liberdade em virtude do histórico da cidade de Redenção relacionado ao “fim” do regime escravocrata no Brasil. O nome “Centro Comunitário”, emerge de uma instituição de caráter assistencialista que se localizava no bairro. As moradoras e moradores que frequentavam o centro, começaram a referenciar o bairro com o nome deste centro. E popularmente o nome “Centro Comunitário” foi substituindo o nome oficial “Parque da Liberdade”.

O reconhecimento do bairro como de pessoas negras e/ou descendentes de pessoas negras que foram escravizadas foi sendo silenciado da história. E a identidade do bairro, relacionada a uma instituição assistencial foi aumentando. Neste sentido, e a partir do relato das moradoras(es), entendemos a relevância do resgate histórico e político do nome oficial, e o utilizaremos o mesmo em detrimento, do nome anteriormente utilizado.

Importante situar também, que a partir deste processo de inserção comunitária desenvolvido nesta pesquisa, nasce um projeto de extensão voltado para as mulheres do bairro intitulado “Confecção de Bolsas da Comunidade: tecnologia social de inclusão produtiva de renda e de acesso a direitos sociais no Maciço do Baturité/CE”. Que tem atuado



junto as mulheres do território em estudo, facilitando estratégias de geração de renda e autonomia humana. Sendo, uma das demandas que emergiram com o processo de pesquisa desenvolvido aqui.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Geral:**

- Analisar os impactos da pobreza no sentido de comunidade de moradores/as da comunidade do Parque da Liberdade em Redenção/CE a partir de uma perspectiva de gênero.

### **2.2 Objetivos Específicos:**

1. Descrever as condições de pobreza multidimensional vivenciadas na comunidade do Parque da Liberdade;
2. Compreender os sentidos de comunidade desenvolvidos pela população do Parque da Liberdade;
3. Comparar a relação entre o sentido de comunidade e as dimensões da pobreza;
4. Analisar sobre uma perspectiva interseccional as categorias de sentido de comunidade e pobreza multidimensional a partir da vivência das mulheres;

### **3. ESTUDO 1– A RELAÇÃO ENTRE SENTIDO DE COMUNIDADE E POBREZA MULTIDIMENSIONAL**

#### **3.1 Introdução**

Este capítulo busca analisar a relação entre sentido de comunidade e pobreza multidimensional, se vinculando aos objetivos específicos: descrever as condições de pobreza multidimensional vivenciadas na comunidade do Parque da Liberdade; compreender os sentidos de comunidade desenvolvidos pela população do Parque da Liberdade; comparar a relação entre o sentido de comunidade e as dimensões da pobreza. Corroborando com o objetivo geral deste trabalho.

Assim, a Psicologia Comunitária enquanto práxis libertadora tem se voltado para a compreensão da atividade comunitária, que inclui os modos de vida da comunidade, os significados, sentimentos e sentidos elaborados por seus moradores, as relações sociais, modos de apropriação do espaço comunitário e como estas refletem na constituição do lugar e das pessoas que o compõe (GÓIS, 2008).

A intervenção social comunitária segundo Mayorga (2014, p.223) se constitui como “tentativa de resposta à necessidade de construir uma ciência não colonizada, voltada para a emancipação das minorias sociais e para a superação das desigualdades pelos próprios grupos em situação de subordinação”. Para esta autora, os contextos de pobreza, violências e desigualdades sociais vividos, exigiram da Psicologia Comunitária reinventar-se sobre os pontos de vista epistemológicos, teóricos e práticos, para a produção de uma ciência de cunho interventivo que apresentasse um compromisso ético-político em sua práxis.

Partimos então, do princípio que o Sentido de Comunidade (SC) pode facilitar a compreensão das dinâmicas comunitárias e o fortalecimento de identidades individuais e comunitárias. Algumas pesquisas têm mostrado que contextos onde o SC é forte, as pessoas têm sentimento de pertença mais fortalecidos, as relações de vizinhança são mais cooperativas, há suporte mútuo, há sensação de segurança, e o sentimento de isolamento é diminuído (SARRIERA, MOURA JR, XIMENES, RODRIGUES, 2016; XIMENES, et.al., 2019).

Nesses contextos as pessoas são mais participativas das decisões acerca do bem comum a todas e todos os membros que se identificam como fazendo parte da comunidade. Desta forma, as pessoas têm mais propensão ao enfrentamento de problemas comuns a

realidade vivenciada (SILVA et.al, 2016). Assim, tem se discutido a relevância de trabalhar esta categoria no âmbito da atuação do(a) psicólogo(a) comunitário(a), entendendo que esta pode ser uma ferramenta importante para o enfrentamento de situações de desigualdades sociais, especialmente da Pobreza.

Deste modo, compreender a categoria de Sentido de Comunidade é central para atuação teórico-prática no campo da Psicologia Comunitária, visto que esta categoria se conecta intrinsecamente com a produção de cuidado psicossocial implicada com enfrentamento das desigualdades sociais e da pobreza. Como pontua Kloos et al. (2011), o sentido de comunidade é relevante para atuação de psicólogos no campo da intervenção comunitária, visto que este tem caráter transversal.

Aqui cabe a discussão de que a compreensão de Pobreza defendida, é a da Pobreza Multidimensional, baseada nas capacitações. Entendemos que a pobreza vai além da privação econômica, de não ter dinheiro, trata-se de um somatório de privações que atravessam profundamente os modos de vida das pessoas e suas trajetórias. E afeta não apenas as questões biológicas e/ou diretamente relacionadas à sobrevivência, mas a própria identidade e a constituição de si enquanto sujeito social (MOURA JR, 2015).

Desta forma, a pobreza tem consequências diretas a vida social e individual das pessoas, representando um modo de vida mais exposto a vulnerabilidades sociais, a falta de acesso a cidadania, a cultura, a educação, a saúde, ao saneamento básico dentre outros. Há influência nos modos de vida sociais e individuais das pessoas, assim como a percepção que carregam sobre o lugar onde vivem e de si próprias.

Sousa (2017) pontua que existem três capitais relevantes para pessoas de quaisquer classes sociais, sendo estes: econômico, cultural e das relações sociais, e estes mediam as possibilidades de vida, de acesso à bens e a serviços que uma pessoa pode ter. No caso das pessoas em situações de pobreza, ou como pontua este autor, da “ralé dos novos escravos”, há privação de acesso em todos estes âmbitos, o que cerceia as possibilidades de vida, dignidade e existência. Esta parcela da população é excluída, indesejada e explorada pelas demais classes sociais, que se beneficiam e sustentam seus privilégios sobre a subsistência e subordinação desta.

Tendo entendimento sobre os mais diversos e perversos efeitos das pobreza sobre os modos de vida e trajetórias das pessoas e reconhecendo que mesmo em tais cenários é possível reconhecer estratégias de resistências é que se pensa relevante investigar, a relação

entre o sentido de comunidade e a pobreza multidimensional. Especialmente, porque embora reconheçamos o sentido de comunidade como fator protetivo, é também evidente que os mecanismos de ação das pobreza, especialmente considerando esse sistema capitalista e opressor, são cada vez mais sutis e influenciam de forma profunda os modos de subjetivação das pessoas, as encarcerando em ciclos de dominação (GÓIS, 2012; SOUZA, 2017).

Neste sentido, queremos entender a relação entre estas duas categorias. Pois compreende-se que em cenários de pobreza podemos ter um sentido de comunidade fortalecido. E isto pode se dar tanto por um sentido de fortalecimento e enfrentamento das pobreza, quanto pelos próprios impactos psicossociais produzidos por estas. Aumentando sentimentos de fatalismo e comodidade das pessoas frente a tal situação (MARANTE, 2010).

Tendo em vista a complexidade da relação entre SC e PM é que se propõe uma análise teórica desta. Pressupõe-se que a compreensão dessa relação possa contribuir para a atuação em contextos comunitários em situação de Pobreza. Para tanto, consideramos relevante que se perceba o que entendemos teoricamente por Sentido de Comunidade e por Pobreza Multidimensional, para a partir daí estabelecer as conexões necessárias para a compreensão da relação entre tais categorias. Acreditamos que compreender essa relação dentro do contexto comunitário pode auxiliar a leitura das realidades vividas e facilitar a proposição de estratégias de enfrentamento da pobreza.

## **3.2 Marco Teórico**

### *3.2.1 A ideia de Comunidade*

A Psicologia Comunitária tem desenvolvido um processo de intervenção em comunidades, que almeja a superação da dicotomia entre social e individual, em prol da coletividade e do compromisso ético-político com as realidades em situação de opressão (XIMENES; CIDADE; SILVA, 2016). Assim, psicólogas(os) comunitárias(os) tem privilegiado o espaço comunitário e seus processos psicossociais como foco de suas atuações teórica-metodológicas e ético-políticas.

Deste modo, nos cabe apresentar a conceituação do que é comunidade, sobre o ponto de vista da Psicologia Comunitária, e do que acreditamos se associar a uma concepção de ciência implicada com o enfrentamento dos contextos de opressão e da emancipação humana. Esta tarefa, contudo, constitui um desafio. A conceituação do que é comunidade, como pontua Góis (2005) compreende questões complexas que envolve desde uma dimensão

político-econômica, social e cultural maior, como também, características territoriais, relacionais, religiosas, linguísticas e profissionais. Tais questões tem dado abertura para que esta conceituação tenha sido vista a partir de diferentes enfoques e modos, não só na Psicologia, mas nas ciências sociais e humanas.

A conceituação tem se tornado cada vez mais difusa, ao passo que desejamos nos aproximar de uma ideia de comunidade mais próxima, com relações mais partilhadas, existe um movimento da própria organização social, que tem afastado as pessoas de uma ideal de coletividade, para um de individualidade (BAUMAN, 2003). As relações sociais têm nos colocado, como pontua Guareschi (2001), no lugar de ser único, que se dissocia do outro. Essa dissociação tem produzido muito mais isolamento e desagregação, do que pertencimento, o que nos afasta de uma análise reflexiva e aprofundada do lugar que ocupamos no mundo.

Contudo, um movimento de resistência a essa difusão nas relações tem sido as identidades regionais e locais, trazendo lutas que reafirmam a relevância de sentir-se fortalecido a partir de um lugar no mundo junto a um grupo (CÂMARA, 2008). Este fortalecimento torna tangível o conceito de comunidade em que os valores humanitários e sociais facilitam a abertura à mudança social (GÓIS, 2005).

Neste sentido, as pessoas são convidadas a tomar consciência de sua realidade, a partir do reconhecimento do processo relacional entre suas ações na construção da realidade, e da influência da mesma na construção de suas subjetividades (SIMON; SILVA, 2008). Como pontua Montero (2003), os sujeitos tornam-se então responsáveis pela produção das transformações sociais e enfrentamento das opressões vividas, construtores/atores de sua realidade social.

Segundo Guareschi (2014, p.20), “o ser humano se realiza em comunidade e uma comunidade é sempre uma comunidade de seres humanos = relações”. Destacando a relevância do espaço comunitário enquanto lugar em que as pessoas possam se desenvolver enquanto humanas, mas também partilhar de objetivos, anseios, sentimentos comuns. Assim, o conceito de comunidade precisa carregar uma compreensão profunda de superação da dicotomia social e individual para que não percamos a dimensão da pessoa que se relaciona com o social e vice-versa (GUARESCHI, 2014).

Desta forma, a comunidade emerge como um território mediado entre a vida das pessoas, de suas famílias, o município e a sociedade, onde é possível o reconhecimento da

identidade pessoal dos moradores e moradoras (GÓIS, 2008). É um espaço social, físico, psicológico, cultural, mediado pelos modos de vida, contradições, problemáticas, resistências e pluralidades, que intervêm na vida das pessoas e produz uma história própria. Montero (2004, p. 207) destaca a relevância de pensar o conceito de comunidade a partir de um aspecto dinâmico e não estático, reconhecendo ser esta como:

grupo em constante transformação e evolução (seu tamanho pode variar), sua interrelação gera um sentido de pertença e identidade social, tornando seus integrantes conscientes de ser parte de um grupo, fortalecendo-se como unidade e potencial social.

Assim, Góis (2008) defende que a comunidade possui um modo de vida próprio que dialoga com as questões culturais, sócio-políticas, históricas, econômicas da sociedade maior, mas que se diferencia da mesma. Na medida que possui identidade e representação social própria, sentimento de pertença diferenciado e valores compartilhados. Para este autor, o conceito de comunidade é “[...] histórico-cultural e psicológico, uma construção social e psicológica, surge ao longo do tempo, através das relações psicossociais diretas e cotidianas dos moradores de um determinado lugar” (GÓIS, 2005, p.60).

Para Jacob (2001), existem três componentes imprescindíveis a conceituação de comunidade que as diferencia, sendo estes: pertencimento, inter-relação e cultura comum. Esta autora corrobora com o que Góis (2005; 2008), pontua da necessidade de conceituar comunidade a partir de uma compreensão social e psicológica, que a reconheça como plural e múltipla. Assim, a conceitualização do construto comunidade não é feita, puramente, de um viés valorativo, pois dentro desta, há contradições, incompletudes, é muito mais um processo de transformação, do que algo estático, inerte.

É composta de fatores subjetivos, sofre influência do território que ocupa, dos acontecimentos históricos, sociais, culturais, econômicos, dos modos de vida produzidos, dentre outros. Deste modo, as possibilidades de análise e atuação são mais complexas do que apontar o que é a comunidade. Parte da possibilidade de construir em/com/junto à comunidade estratégias de intervenção que dialogam intimamente com as necessidades desta, desde o reconhecimento partilhado do que são estas necessidades, inclusive dos significados e sentidos dados a comunidade, até as possibilidades de intervenção conjuntas. Tornando primordial o conhecimento do sentido de comunidade ou sentidos de comunidades desenvolvidos e em desenvolvimento presentes.

### 3.2.2 Sentido de Comunidade

Sentido de comunidade, senso de comunidade, sentido psicológico de comunidade e sentimento de comunidade são traduções possíveis para a categoria criada por Sarason; *Sense of community* (NEPOMUCENO, BARBOSA, XIMENES, CARDOSO, 2017). Neste trabalho utilizamos Sentido de Comunidade por entendemos que é o termo que melhor se adequa aos objetivos aqui traçados.

Na sessão anterior apresentamos significados de comunidade, e apresentamos a qual significado nos afiliáramos. Antes de realizarmos a discussão sobre o sentido de comunidade, consideramos relevante distinguir o sentido do significado. Entendemos que esta distinção é relevante ao campo do ponto de vista epistemológico. Estudos na área da Psicologia Comunitária tem se esforçado para pontuar o conceito de sentido de comunidade como distinto do conceito de comunidade, apontando que há diferenças entre estas categorias (RIVERA; 2009; JACOB, 2001; MONTERO, 2003; GÓIS, 2008; SARASON; 1984).

É importante distingui-los para intervenções mais eficazes no âmbito da Psicologia Comunitária. Assim, consideramos relevante investigar à luz dos pressupostos Vygotskyanos sobre as diferenças entre os conceitos de “significado” e “sentido”. Não pretendemos realizar uma análise profunda, mas apenas apontamentos sobre a relação destes dois conceitos e do porquê da escolha de trabalharmos com o sentido de comunidade.

Para a linguística clássica estes dois conceitos comumente eram usados como sinônimos e, no âmbito da Psicologia, Vygotsky foi um dos primeiros autores a propor uma distinção entre sentido e significado (ZUIN, 2011). Segundo Costas e Ferreira (2011), significado e sentido estabelecem relações muito próximas, tanto que não é possível pensar em um sem o outro, contudo, não significam a mesma coisa. Embora, comumente sejam tratados como sinônimos. Para estas autoras, embasadas em Vygotsky (2001), o significado está relacionado a estabilização de ideias fruto de um ato de pensamento compartilhado por um grupo específico, “não é algo cristalizado, mas evolui histórica e culturalmente” (COSTAS; FERREIRA, 2011, p.214).

O significado pode ser entendido “[...] como os sistemas de relações que se formou objetivamente no processo histórico e que está encerrado na palavra” (ZUIN, 2011, p.29). Assim, a palavra apresenta importante função de análise de um determinado objeto, a fim de introduzi-lo à esse sistema de relações objetivas. Assim o significado é, em outras palavras, aquilo que é partilhado e aprendido a partir do processo de socialização, mediado pela

vivência das pessoas e pelo contexto em que está inserido, que pressupõe uma certa estabilidade, visto que alguma medida as pessoas compartilham do significado das palavras (VYGOTSKY, 2001). Já o sentido carrega um caráter mais simbólico, que segundo Costas e Ferreira (2011, p.215):

[...] o simbólico o elemento mediador da relação homem/mundo. Portanto, serve o sentido como um possibilitador desta relação. Recapitula-se aqui a importância do social. O sujeito se produz como indivíduo na ação social e na interação, internalizando significados a partir do social.

Assim, pode-se perceber que os conceitos de significado e sentido se relacionam, à medida que o significado é uma das possibilidades do sentido (ZUIN, 2009). Embora o significado agregue em si possibilidades de mudanças de acordo com os contextos em que está situado, há no sentido um fator simbólico, inerente a pessoa que o produz. Este fator facilita o processo de mediação entre a pessoa e o mundo, portanto, é profundamente influenciado pelos fatores psicossociais e subjetivos de quem produz o sentido e pela realidade vivida. Segundo Barros, Paula, Pascual, Colaço e Ximenes (2009, p.178), o sentido é um dos conceitos mais relevantes para investigação no âmbito da psicologia, pois este é:

concebido como acontecimento semântico particular, constituído através de relações sociais, onde uma gama de signos é posta em jogo, o que permite a emergência de processos de singularização em uma trama interacional histórica e culturalmente situada. A partir disso, estabelecem-se novas possibilidades relativas à compreensão dos próprios processos de significação à luz da perspectiva histórico-cultural.

Em vista do exposto, podemos inferir que o sentido está para além do significado dado às palavras, ele é a compreensão desses significados, mas numa ordem mais profunda. Ele dialoga com a produção semântica particular de cada pessoa. Quando desejamos compreender o sentido de comunidade que as pessoas desenvolvem, o que optamos foi por uma compreensão mais profunda. O que almejamos é entender qual o sentido dado à comunidade, para além do significado da palavra, fomentado por aquelas pessoas específicas, percebendo os atravessamentos causado pela produção de sentido naquele contexto vivido em situações de pobreza no interior de um dos estados mais desiguais do Nordeste.

Para Barros (et.al., 2009), o sentido possibilita que a investigação psicológica tenha um leque maior de possibilidades de conhecimento sobre as interações sociais e os seus processos de significação, pois considera a dinamicidade, diferenças, emergências, e estabilidades e instabilidades que compõe os sentidos. Costas e Ferreira (2011) pontuam que o sentido pode ser dado a partir dos diálogos entre interlocutores sobre um assunto. E a partir dessas trocas, podem emergir concordâncias sobre esse determinado assunto emergindo um sentido para aquilo que foi dialogado. Sentido esse que é plural, instável, pode mudar em



função das mudanças dos e das interlocutoras presentes e dos acontecimentos, podendo ser revisitado e torna-se singular, diferente e novo em novas situações (COSTAS; FERREIRA, 2011).

Embora haja discussões acerca do que seja a comunidade, o sentido que as pessoas dão ao lugar delas é necessariamente advindo delas e das experiências vividas neste cenário. Assim, reafirma-se o compromisso de romper com a dualidade entre sujeito e social. E admite-se como relevante para o campo da atuação psicológica a concepção do ser humano como ser social, ser de transformações e de diversificados processos de criação (BARROS, et.al., 2009).

Desta forma, iniciamos o diálogo sobre a categoria Sentido de Comunidade. A priori, o Sentido de Comunidade (SC) foi definido por Sarason (1974) como um sentimento de pertencimento a uma rede de suporte mútuo, estável e de mútua dependência consciente, tendo uma vontade entre seus membros de colaboração em prol de um objetivo comum e de manutenção da interdependência.

McMillan e Chavis (1986) refinaram o conceito criado por Sarason (1974) e posteriormente desenvolveram esse conceito enfatizando a experiência da comunidade e suas relações a partir de componentes que seriam fundantes para a sua compreensão, sendo estes: sentimento de pertença e identificação; influência social; satisfação de necessidades comuns; existência de símbolos comuns; apoio compartilhado e vínculos emocionais. Para estes autores o SC é “o sentimento de pertença que os membros possuem, que se preocupam uns com os outros e com o grupo e uma fé partilhada de que as necessidades dos membros serão satisfeitas através do compromisso de estarem juntos” (MARANTE, 2010, p. 6). Assim, o sentido de comunidade, também engloba as vivências afetivas que se relacionam aos sentimentos que as pessoas desenvolvem (BARROS, et.al., 2009).

Este conceito dos referidos autores é amplamente discutido e tem servido de base para construção de muitos instrumentos que se propõe a definir a categoria em diversas realidades (MARANTE, 2010). McMillan e Chavis (1986), também apresentaram quatro componentes, que segundo os autores, compõem o Sentido de Comunidade, sendo os mesmos: Ligações Emocionais partilhadas; Pertencimento (ou Pertença); Influência; Integração e Satisfação das Necessidades Sociais.

Um dos componentes mais estudados e trabalhados nesta perspectiva de Psicologia Comunitária tem sido o pertencimento (pertença). Este, segundo os autores McMillan e

Chavis (1986), trata da disposição das pessoas de se sentirem parte de um grupo/comunidade, havendo investimento por parte das mesmas para se tornarem membros e terem o direito de pertencer.

Este pertencimento demarca o que faz parte da comunidade (o que está dentro), e também o que não faz parte (o que está fora), existindo limites assegurados por território emocional e/ou físico de quem faz parte e de quem não faz parte do grupo. Assim, o pertencimento se relaciona diretamente a segurança emocional, como também, ao senso de direitos e deveres, visto que o status de membros carrega consigo um senso de responsabilidades (MONTERO, 2003). É também importante para a identificação de ritos, linguagens próprias dos grupos, tudo o que o torna um espaço diferenciado do não - grupo, ou melhor, o que o caracteriza (MARANTE, 2010).

O segundo componente de SC é a influência. Esta se baseia numa relação de confiança e poder que se estabelece em bidirecionalidade, isto é, tanto a pessoa influencia o grupo quanto este a pessoa (MCMILLAN E CHAVIS, 1986). Esta relação é facilitada pelos processos de mediação das problemáticas comuns ao grupo, que implica em que pode ou não propor soluções, em que pode ocupar ou não este papel, na estratificação de poder comunitário (MARANTE, 2010). O que pode apontar inclusive quais as pautas são relevantes para a comunidade, quais as que não são.

Assim, para que uma pessoa se sinta atraída a fazer parte de um grupo é necessário que esta reconheça que possa exercer algum tipo de influência sobre o mesmo. Por outro lado, para que haja a coesão do grupo, é importante que as pessoas sejam influenciadas a algum grau de conformidade (MCMILLAN E CHAVIS, 1986). Desta maneira, a comunidade cria uma ordem, que se baseia em suas normas, princípios que permitem essa bidirecionalidade de influências, constituída a partir desse processo de negociação entre os membros e suas necessidades identitárias e as necessidades do grupo, criando um ambiente confiável (RIVERA, 2009).

O terceiro componente de SC é a Integração e Satisfação das Necessidades. Ele traz uma análise bem interessante, porque aponta uma questão individual como central para participação ao grupo comum, que é a satisfação que as pessoas podem retirar do seio do grupo. Em outras palavras, diz da capacidade do grupo de satisfazer as necessidades dos membros a partir dos recursos que possui (MARANTE, 2010).

Para McMillan e Chavis (1986), uma das funções primárias do grupo é a satisfação de necessidades e o esforço, desenvolvido por seus membros para alcançar tal satisfação. Assim, acreditar e se empenhar para alcançar esta satisfação pode aumentar o sentimento de pertença entre os mesmos, além de definir posições de poder, uma vez que as pessoas que se destacam no processo de resolução de problemas podem conseguir maior influência junto à comunidade (MCMILLAN, 1996; RIVERA, 2009).

Também aponta uma possibilidade de construção de estratégias de intervenção grupal, visto que, este reforço poderia não apenas manter a pessoa ao grupo, mas afetar diretamente o tipo de participação/comprometimento que a pessoa possa ter com o grupo. Vislumbra-se que quanto mais benefícios seja possível retirar do grupo mais forte pode ser o sentimento de união do mesmo (MCMILLAN, 1996).

O quarto componente de SC diz sobre as Ligações Emocionais Partilhadas, que tanto falam da vinculação de histórias individuais à história da comunidade, quanto da relevância e quantidade de memórias coletivas e atravessamentos com as histórias dos sujeitos (MCMILLAN E CHAVIS, 1986). Podendo ser uma análise interessante, a relação das identidades individuais e comunitárias com a história do lugar (comunidade) está vinculada a relevância da memória coletiva para resgatar o sentimento de pertença e de preservação dessas relações sócio comunitárias (RIVERA, 2009).

Assim, entender o que as pessoas sabem de suas próprias histórias e como as vinculam ou não com a história da própria comunidade é essencial para uma análise nesta dimensão, como também reconhecer que essa construção é processual e leva tempo. Assim não basta se ter contato, é preciso de quantidade e de qualidade de experiências para que se tenha essas ligações emocionais compartilhadas (MARANTE, 2010).

Montero (2004) pontua que este seria um componente fundamental para o SC, pois pertencer a uma comunidade significa compartilhar com os membros desta acontecimentos especiais, contar com os membros em momentos felizes e tristes, manter relações próximas e afetuosas com os membros, e os conhecer de forma mais íntima.

Desta forma, os quatros componentes do construto Sentido de Comunidade de McMillan e Chavis (1986) se interseccionam, sendo possível perceber que há entre estes ligação, numa espécie de ciclo de auto reforço que desemboca num processo de progressiva renovação (MARANTE, 2010). Assim, estes componentes são interconectados e influenciam

uns aos outros, sendo esses, base da grande maioria das escalas, instrumentos desenvolvidos para avaliar o SC.

Contudo, Jacob (2001, p. 54) propõe que assim como o conceito de comunidade, o conceito de sentido de comunidade também deve ser analisado a partir de uma perspectiva mais crítica, que compreenda que nem todas as comunidades vão possuir todos estes componentes de forma evidente. Assim, esta autora dialoga sobre a possibilidade de diferenciar os elementos essenciais e ideais, assim, ela pontua que:

Muchos de los elementos subjetivos que aporta el concepto de sentido de comunidad me parecen, de hecho, necesarios para una definición teórica de comunidad: por ejemplo, la pertenencia, la interdependencia, los símbolos compartidos; y los retomaré más adelante. Otros en tanto, como la satisfacción de necesidades, la seguridad emocional y confianza y el apoyo mutuo, me parecen más pertinentes para una definición de ‘meta ideal’ que para un punto de partida teórico.

Desta forma, a autora coloca em questão a impossibilidade de embasamos a atuação prática e teórica a partir de um conceito puramente ideal de SC. E também é necessário aproximar tal conceito das realidades vividas, à medida que, é destas que emerge o sentido de comunidade real. Ela igualmente pontua que o próprio conceito de comunidade deveria ser formulado a partir da experiência das pessoas que vivenciam a comunidade, e não um *a priori* teórico (JACOB, 2001).

Esta crítica às definições clássicas de SC é um convite a reconhecer outros olhares sobre esta categoria, e não o desejo de aniquilar e reinventá-la por inteiro. Pelo contrário, é uma estratégia de resgate desta categoria para a proximidade com as experiências vividas no cotidiano comunitário. Especialmente considerando, o contexto latino americano.

Por exemplo, revisitar o conceito de pertencimento, a partir da compreensão que uma pessoa pode ter o sentimento de pertença a diferentes comunidades, desta forma, não deve ser postulado como uma ideia definitiva e imutável. Assim, enfatiza-se a experiência de sentir-se como parte, de compartilhar certos valores, ideais e problemáticas com outros membros com o propósito de alcançar as metas da comunidade, além do reconhecimento de semelhanças com o grupo externamente (JACOB, 2001).

Deste modo, não apenas existem múltiplos sentimentos de pertencimento, como também há a possibilidade de múltiplos sentidos de comunidade. Reconhecemos a possibilidade de se encontrar sentidos de comunidade múltiplos, pois as pessoas se identificam de diferentes formas com as comunidades em que se sentem pertencentes (MARANTE, 2010). Desta forma, ao analisar o sentido de comunidade de determinado

território, é necessário considerar o perfil da população para compreensão dessa categoria nos contextos comunitários especialmente pela multiplicidade de papéis em que as pessoas assumem e das diversas comunidades a que participam.

Neste trabalho não nos interessa as análises dos múltiplos sentidos de comunidade que uma pessoa possa ter sobre as diferentes comunidades que participa, nos interessa saber quais os sentidos desenvolvidos por estas pessoas junto a sua comunidade de moradia. Que neste caso, representa a principal comunidade em que estas pessoas fazem parte, pois é onde desenvolvem seus modos de vida e suas trajetórias individuais e coletivas.

Assim, torna-se significativo salientar a investigação desse construto enquanto estratégia de construção do comum. Essa construção do comum, diz do compromisso assumido com o fortalecimento das identidades individuais e comunitárias, dos processos de resistência e participação social, numa perspectiva de transformação das realidades em contexto de opressão (GÓIS, 2008).

Reconhecemos que a categoria desenvolvida por McMillan e Chavis (1986), e que tem sido base para a grande maioria dos estudos na área, tem distanciamentos significativos das realidades vividas no contexto latino americano. Portanto, o SC postulado por estes, não busca necessariamente o reconhecimento dos processos de marginalização, violências e pobreza vividos pelas populações dos nossos contextos periféricos, e nem a possibilidade de produzir estratégias de resistências aos mesmos.

Assim, entendemos que para os objetivos alçados neste trabalho, é necessária uma reflexão crítica deste construto, que permita que no diálogo com estas compreendamos a centralidade de refletirmos sobre e com as nossas realidades vividas. Assim consideramos relevante dialogar com construções de sentido de comunidade que se aproximem dos nossos contextos, e que tenham em seu cerne o reconhecimento das violências, pobreza, e da própria colonialidade no nosso processo de formação social (GONZÁLEZ, 2015).

Portanto, consideramos relevante que possamos dialogar com uma concepção de SC próxima as experiências dos povos latino-americanos. Encontramos assim, a conceituação feita por González e Luna (2014) onde prevalece a compreensão do sentido de comunidade como expressão do *nosotros*, que resgata o sentido ontológico de um ser comunitário.

*Nosotros*, segundo as autoras significa a priori uma aproximação com os povos originários da América Latina, especialmente do México. É um conceito que revela uma

constituição de ser comunitário atravessada pela indissociação das relações entre pessoa e comunidade (vice-versa) e pessoa e território (vice-versa) (GONZÁLEZ; LUNA, 2014). González (2015, p.68) aponta que o sentido de *nosotros* diz de um suporte a vida comum, que se sustenta a partir da:

[...] existencia de la Conciencia del Nosotros, el Sentir el Nosotros, el Vocalizar el Nosotros y el Vivenciar el Nosotros. Así, Esta Conciencia del Nosotros se da mediante el diálogo constante que problematiza la existencia de cada miembro del pueblo como parte integrante del todo comunitario (...) se forja, también, a través de los valores comunitarios que tienen, como la solidaridad, la cooperación, el respeto, el cumplimiento de la palabra dada, la reciprocidad y el compromiso con lo nuestro. Asimismo, compartir rituales, símbolos y prácticas culturales hace que surja la palabra Nosotros en el discurso como expresión del sentido de pertenencia que tienen los originarios, de los lazos emocionales que los unen, del sentimiento de que no se está solo, de que se forma parte de una comunidad, y de que desde esta comunidad adquiere sentido su existir para vivir y compartir con todos.

Há assim, a partir da expressão de *nosotros* uma congruência entre o que se sente, o que se diz, se pensa, e como se vive, que perpassa, o reconhecimento da diversidade das pessoas que compartilham o mesmo território. Ao mesmo passo, há também o reconhecimento de um sentimento de pertença partilhados pelos membros do grupo, que ao passo que valoriza as experiências individuais, fortalece a ideia de ser, fortalecendo as relações entre as pessoas e entre estas e a comunidade (GONZÁLEZ,2014).

O sentimento de pertença atravessa uma possibilidade de resistência comunitária, no sentido, que permite a consciência de que mesmo considerando as singularidades das pessoas, há questões sociais, culturais, históricas, econômicas compartilhadas por todas e todos os membros da comunidade. A partir de um senso comum, é possível produzir estratégias de enfrentamentos das situações de opressão (GONZÁLEZ, 2015).

Assim, por meio da expressão de *nosotros* é possível compreender que o ser comunitário é um ser na primeira pessoa do plural, pois reconhece que as pessoas mesmos nas suas diferenças e subjetividades compartilham de experiências que as aproximam de um senso comum, tendo em vista que as questões vividas no seio da comunidade não podem ser refletidas apenas num âmbito individual, mas a partir de um processo de tomada de consciência coletiva (GÓIS 2008; GONZÁLEZ, 2014).

O fortalecimento da identidade enquanto ser comunitário plural fortalece a expressão de *nosotros*, a partir de um processo de tomada de consciência, que facilita o reconhecimento enquanto comunidade, não apenas no sentido de identificar demandas, fragilidades, e

sofrimentos, mas de identificar as fortalezas deste território e das pessoas que o constituem a partir do próprio senso comum de ser comunidade (GONZÁLEZ; LUNA, 2014).

De tal maneira, a aproximação do SC como expressão de *nosotros* também perpassa o reconhecimento e investimento no sentido de comunidade que compreenda as diferenças étnico raciais, culturais e sociais, entre as comunidades, especialmente considerando as comunidades originais que historicamente sofrem processos de colonialidade que produzem, dentre outras consequências, invisibilização das suas próprias histórias e culturas (GONZÁLEZ; LUNA, 2014). Desta forma, os componentes que devem ser considerados para uma análise do SC devem estar associados aos modos de vida, as subjetividades e as realidades sociais em situação de marginalização (GONZÁLEZ, 2014). E é a partir deste que será construída a análise desta categoria nesse trabalho.

Pois para a Psicologia Comunitária trabalhar a partir de uma perspectiva de *nosotros*, de resgate da união e do senso de pertença de se sentir *nosotros* pode ser um processo catalisador para as pessoas em espaços comunitários, para que atuem, reflitam de forma conjunta sobre os processos de dominação e opressão vividos, tendo maior eficácia nas suas ações. Isso é necessário, porque em uma comunidade fragmentada e sem processo de conscientização há poucas possibilidades de produção de formas de resistência comunitária e de fazer-se *nosotros* para a luta (GONZÁLEZ, 2015).

Por fim, entende-se que o Brasil é um território marcado por desigualdades sociais e de pobreza, desta forma, o que se pretende é a construção de conhecimento aliado a uma perspectiva de enfrentamento das pobreza, do fortalecimento das identidades comunitárias e individuais a partir da compreensão do sentido de comunidade e suas relações com as dimensões psicossociais da pobreza (GÓIS, 2012).

### 3.2.3 Pobreza Multidimensional

No âmbito da diversidade de conceituações de pobreza, Accorsi (2011) pontua a preponderância de dois tipos de análise, as que definem pobreza como unidimensional e as que definem como pluridimensionais. Numa compreensão ampliada têm-se duas maneiras de definir quem está ou não nesta condição, a primeira mais reducionista com explicação em um único fator, geralmente o econômico, e outra mais ampla, que reconhece a complexidade da categoria pobreza (DEMO, 2008).

Para tanto, é importante pontuar que a pobreza sempre existiu ao longo da história, das sociedades, mas, a partir do advento do capitalismo, as condições de opressão e desigualdades tem se agravado pelo modo de funcionamento desse sistema de produção que é neoliberal e tem forte influência nos valores sociais e econômicos vigentes (DANTAS, 2013).

Segundo Stotz (2005) a pobreza, embora não tenha surgido no capitalismo, é constituída e mantida por este sistema econômico que tem sua produção baseada na exploração dos donos do capital sobre os trabalhadores, transformando a capacidade de trabalho humana em serviços e bens em mercadorias. Como pontua Dantas (2013, p. 41):

O modo de produção capitalista ao produzir e reproduzir as relações sociais que mantém em polos opostos o trabalhador que vende a sua força de trabalho e os detentores dos meios de produção permite a continuidade do processo de acumulação, e independente das características particulares das economias nacionais, sempre resulta na polarização entre riqueza e pobreza.

Deste modo, a autora defende a pobreza como uma manifestação da questão social, reafirmando a pobreza como expressão direta da sociedade e do sistema econômico vigente, assim como das relações sociais perpassadas por estes, que pressupõe um desenvolvimento baseado no capital. Promovem-se desigualdades, acumulação de capital, privações e miséria (DANTAS, 2013).

Para Souza (2017) o processo de colonização e escravidão vivido no Brasil tem repercussões importantes nas estruturas sociais existentes atualmente. E a herança presente desses processos tem sido desigualdades sociais gigantescas. Classes favorecidas com todo tipo de privilégios subordinando os menos favorecidos, descendentes de pessoas que nunca gozaram de privilégios, pelo contrário, cuja opressão, discriminação e violências têm sido constantes em suas trajetórias de vida (SOUZA, 2017).

Considerando esse contexto optamos por abordar neste trabalho as pobreza a partir de uma abordagem multidimensional que se contraria a concepção hegemônica de que para evitar a pobreza é necessário apenas o crescimento econômico, e que isto seria suficiente para garantir o bem-estar social (SEN, 2010). Esta abordagem é um convite a uma visão humanista que reconhece a multiplicidade e complexidade humana, remetendo-se a estas para problematizar a pobreza.

Esta escolha também emerge do reconhecimento que abordagens unidimensionais, com ênfase apenas no crescimento não tem sido efetiva e não garante o enfrentamento da pobreza, pois, muitos estudos têm mostrado que na América Latina o desenvolvimento



econômico não apenas não tem diminuído e/ou evitado a pobreza, mas tem alargado os efeitos deste fenômeno sobre as populações mais pobres (MAYORGA, 2014).

Reconhecendo a complexidade do fenômeno Pobreza é que escolhemos trabalhá-la a partir de uma abordagem multidimensional, pois entendemos que desta forma é possível fomentar problematizações acerca do tema, que permitam os atravessamentos das múltiplas dimensões psicossociais e sócio históricas da pobreza. Assim, afirma-se que as desigualdades e privações não são exclusivamente promovidas por questões monetárias. Desta forma, a compreensão dos fenômenos humanos, dentro das suas múltiplas dimensões, é crucial para compreensão de seus modos de vida. Como pontuado por Nepomuceno (2013, p.60):

Destaca-se desta forma, que na compreensão dos fenômenos humanos, devemos considerar o lugar social que os sujeitos ocupam na trama das relações sociais, assim como a forma particular que cada um estabelece com o social, o percebe, o significa, se apresenta diante dele. Em suma, é um sujeito socialmente construído, situado econômico e culturalmente, mas que sempre o transcende, pois é ser criativo, em constante movimento de expansão e recriação de si e de seu entorno.

Assim, as pessoas sofrem atravessamentos e é constituído por estes (SAWAIA, 2009). Em suas múltiplas dimensões, de gênero, histórica, cultural, social, de território, dentre outros. Desta forma, é nesta busca de compreender a dimensão da pobreza multidimensional, que estes atravessamentos são importantes. Pois reconhecem a complexidade das pessoas e de suas necessidades, impelindo as ideias reducionistas de que a pobreza pode ser definida a partir de um único fator econômico ou qualquer outro único fator. Cabe salientar ainda que os atravessamentos entre o que é próprio das pessoas e o que é do social se intercalam, o que implica um modo de ser e estar no mundo.

Esta concepção multidimensional abrange diversos aspectos da categoria pobreza, compreendendo que há interligações e atravessamos coexistentes entre a pessoa e social/comunitário e vice-versa. E quando se discute as implicações psicossociais da pobreza compreende-se que há o reconhecimento de que as condições de vida das quais as pessoas são partícipes interferem em seus modos de ser e existir. Assim, condições de vida atravessadas por um cenário de pobreza, acarretam vulnerabilidades e desigualdades sociais, que interferem nas condições de saúde e saúde mental, ao acesso a serviços, a educação, a alimentação de qualidade, ao lazer e a cultura das pessoas (XIMENES, NEPOMUCENO, CIDADE, MOURA JR, 2016a).

Neste sentido Nepomuceno (2013), analisa a pobreza como categoria teórica e empírica. Como categoria teórica é constituída em uma problemática historicamente

construída com dimensões econômicas, sociais, culturais e psicológicas, como categoria empírica afetando a vida da população brasileira imersa num contexto de exclusão social, opressão e privação de condições adequadas de subsistência. E esta análise perpassa também a construção deste trabalho.

A pobreza é um fenômeno muito mais amplo, complexo e adocedor. Se constitui como um fenômeno opressor, pois opera nas condições de vida das pessoas em situação de pobreza prejuízos que atravessam sua representatividade social e identitária a partir de preconceitos e estigmas relacionados a identidade de ser pobre (MOURA JR, 2015). Igualmente, acarreta um cenário de privações a serviços e a direitos; como a saúde, educação, moradia, cultura, dentre outros (MOURA JR, CIDADE, XIMENES, SARRIERA, 2014).

Por tantas implicações aos modos de vida, a Pobreza Multidimensional (PM), também é reconhecida como um dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) mais significativos, especialmente considerando a realidade brasileira. Onde a maioria das (os) usuárias (os) do Sistema Único de Saúde (SUS), estão em situação de pobreza (XIMENES, et.al., 2015).

Segundo dados da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), em 2014, a incidência da pobreza vinculada à parâmetros monetários da população brasileira alcança 16,5%, sem incluir a taxa de indigência que é de 4,6% (referente às pessoas que vivem situação de pobreza extrema ou indigência). No somatório 20,8% da população vivencia a situação de pobreza no período estimado. O que corresponde a uma estimativa de 33 milhões de pessoas pobres e 9 milhões de pessoas em situação de indigentes (CEPAL, 2017).

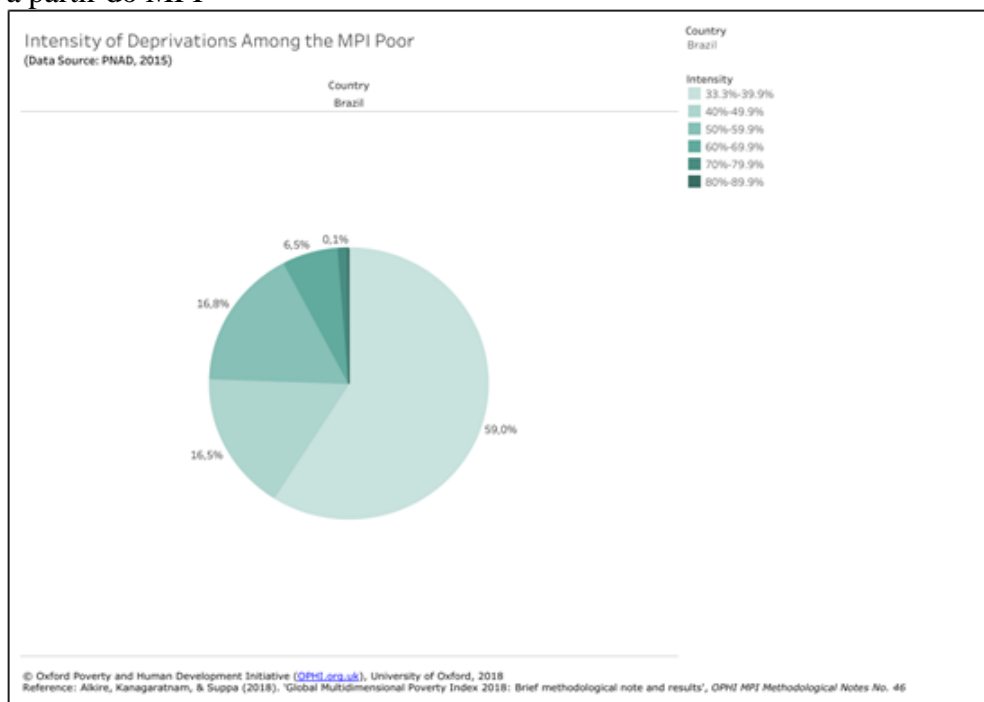
A OPHI (Pobreza Oxford e Iniciativa de Desenvolvimento Humano) fornece dados relativos ao Índice Multidimensional de Pobreza (MPI) que abrange mais de 100 países em situação de pobreza, apresentando dados a partir do método de medição multidimensional de Alkire e Foster (AF), a partir dos mais recentes Inquéritos Demográficos e de Saúde (DHS), Inquéritos de Indicadores Múltiplos e inquéritos nacionais de cada país (ALKIRE; KANAGARATNAN; SUPPA, 2018).

Um dos dados mais interessantes é a intensidade da pobreza, que representa a proporção média de indicadores ponderados em que os pobres são privados a partir do referencial da abordagem multidimensional das capacitações. As dimensões que compõe o instrumento são as seguintes: saúde (nutrição e mortalidade infantil), educação (anos de

escolaridade e atendimento escolar) e padrões de vida (combustível para alimentação; saneamento; água potável; eletricidade; habitação; e ativos).

Uma pessoa é considerada pobre se possui intensidades de privações superiores a 33,33% nas dimensões da pobreza, assim, quanto maior a porcentagem maior o nível de privações (ALKIRE; KANAGARATNAN; SUPPA, 2018). O gráfico a seguir, apresenta a porcentagem de pessoas pobres em MPI que experimentam diferentes intensidades de privações no Brasil:

GRÁFICO 1- Intensidade de privações entre pessoas em situação de pobreza a partir do MPI



Fonte: OPHI (2019)

Desta forma, é possível pontuar que considerando o ano de 2015, um pouco mais que a metade (59%) da população em situação de pobreza tinha níveis de privação em torno de 33,3% a 39,9%. A níveis qualitativos apontam que mesmo as pessoas em níveis de intensidade de pobreza mais brandos sofrem privações nas dimensões de pobreza. Importante pontuar também que em contextos rurais a taxa de pobreza é maior (28,7%) do que em contextos urbanos (14,3%) no Brasil (CEPAL, 2017). Estes dados estatísticos também demonstram que as pessoas em situação de pobreza convivem no contexto de privação de suas liberdades pessoais e com disparidades de renda. Portanto, aponta-se para um contexto brasileiro de desigualdades sociais e que os marcadores sociais, como o de território, diferenciam as condições de pobreza vividas (CIDADE, MOURA JR, XIMENES, 2012).

Esse cenário de desigualdades sociais também pode ser observado no contexto cearense. No ranking de desigualdade proposto pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2017, o estado é o terceiro colocado entre todos os estados do Nordeste e o sétimo do país entre os mais desiguais. Em 2019, em relação ao Nordeste caiu de terceira, para quarta posição, e em relação ao país, subiu para a sexta posição (IBGE, 2019). Ainda se mantendo entre os mais desiguais, acima da média nacional (IBGE, 2019). O instituto aponta que 44,7% dos rendimentos do estado estão concentrados em apenas 10% da população, enquanto os 10% mais pobres detém 0,7% deste montante (IBGE, 2017).

Isto evidencia a situação de pobreza vivenciada e a necessidade de considerar tal realidade para a construção de intervenções mais eficazes e próximas da população. Tendo em vista isto, é importante situar que o que defendemos como Determinantes Sociais da Saúde (DSS) são as condições de vida que tem impacto sobre as pessoas e comunidades, que estão diretamente relacionadas a variedade de recursos (qualitativos e quantitativos) que estão disponíveis aos membros da sociedade (DANTAS, et.al. 2018).

Assim, pontuamos que a Pobreza Multidimensional pode ser definida como uma DSS, à medida que a partir da condição de pobreza se produzem implicações psicossociais diferenciadas e produzidas por tal condição de vida em determinados territórios e populações. Elas perpassam às significações, pensamentos, comportamentos e afetos singulares e coletivos produzidos em meio ao contexto de desigualdade social e privação. (XIMENES; MOURA JR, 2013).

Reconhecemos que a pobreza tem implicações nas condições de vida das pessoas, pois mobiliza processos psicossociais que impactam nos campos de sentido e modos de existência das mesmas. Desta maneira, intervenções eficazes em contextos de pobreza precisam dialogar com a heterogeneidade deste fenômeno a partir da proposição de estratégias intersetoriais, que visem, não apenas as questões econômicas, mas os processos complexos envolvidos a este (DANTAS et. al., 2018).

Moura Jr (2012) pontua que as situações de pobreza provocam atravessamentos entre o que é próprio da pessoa e o que é do social, não sendo suficientes explicações embasadas no fator único (econômico), sendo importante para o conhecimento deste fenômeno o reconhecimento de como as pessoas que vivem em situação de pobreza significam a si mesmas e sua realidade, seus sentimentos, comportamentos e modos de sociabilidades produzidos neste contexto.

Assim, Sen (2010) traça uma conceituação de pobreza relativa à privação de liberdade, compreendendo a liberdade como importante indicador social para avaliar o êxito ou fracasso de uma estrutura social. Sendo esta crucial tanto no campo individual, como para o social, favorecem-se as pessoas conseguirem alcançar o potencial para cuidar de si mesmo, como do mundo. O que para este autor é uma questão crucial para o processo de desenvolvimento, marcado pelo desenvolvimento individual e a partir desta para a eficácia social (SEN,2010).

A partir desta abordagem multiprofissional baseada nas capacitações (SEN, 2010), entende-se que a pobreza promove privações das capacitações básicas, sendo estas constituídas por aspectos monetários, sociais, culturais, simbólicos, ideológicos e políticos (XIMENES, MOURA JR, CRUZ, SILVA, SARRIERA, 2016). Basicamente a pobreza impede a satisfação das pessoas de terem acesso (em qualidade e/ou quantidade) aos diversos serviços de saúde, educação, lazer, cultura, saneamento básico, esporte, dentre outros.

Assim sendo, uma das concepções mais ampliadas de pobreza é a defendida por Sen (2010), pois a proposição de uma compreensão de pobreza que tem seu foco na expansão das capacidades do sujeito, propondo também medidas para a erradicação da pobreza. Assim, parte do pressuposto que é preciso uma rede de problematizações e melhorias na educação básica, na questão agrária, ao acesso aos serviços, especialmente os de saúde, debate sobre as questões de gênero e raça entre outras proposições que promovam equidade (MOURA JR, SARRIERA, 2016).

Lacerda (2009) também se conecta com esta concepção de pobreza e pontua que o objetivo de um processo de desenvolvimento igualitário e que pretenda combater radicalmente a pobreza não deve estar baseado na expansão de renda, e sim, na expansão das capacitações das pessoas. Para esta autora, a ampliação destas capacitações dará às pessoas o poder de escolher seus próprios modos de vida, que se conectam com as múltiplas dimensões da vida das pessoas.

Assim, se pensamos numa conjuntura política e ideológica que levasse em consideração esta proposição de pobreza e das proposições para erradicá-la, as propostas de atuação junto à pobreza teriam como foco a constituição de possibilidade de capacitações educacionais, sociais, culturais. Visando com que as pessoas possam ter mais facilidade ao acesso à saúde, aos serviços de saneamento básico, o direito à terra, proporcionando

condições de vida equânimes que permitiriam a liberdade de escolha do modo de ser e estar de cada pessoa.

Souza (2017) também nos chama atenção para a relevância das lutas de classes, na busca pelo que ele chama de capitais econômicos, culturais e das relações sociais. Para este autor, o capital econômico é o mais perverso e injusto, pois é passado de geração a geração, enquanto o capital cultural é o único que esse sistema capitalista forjou no grau mais variado entre as pessoas. Este capital seria, para este autor, indispensável porque em maior ou menor medida quaisquer função no mercado de trabalho seja exercida.

Neste sentido, o investimento na democratização deste capital fortalece as possibilidades de que as capacitações estejam disponíveis as classes menos favorecidas. Um destes esforços foi a introdução e fomento, especialmente no governo do PT (Partido dos Trabalhadores) nos últimos anos, de políticas afirmativas que reconhecem e tentam reparar as injustiças sociais às que as classes pobres brasileiras têm sofrido ao longo da história. Contudo, existem forças de classes dominantes que tentam barrar estes esforços, sobre pretextos vis, para manter o domínio sobre o capital cultural (SOUZA, 2017).

Assim, reafirmamos que é preciso que haja oportunidades entrelaçadas às capacitações. Sen (2010, p. 32) defende que a liberdade é essencial para vencer os processos de subjetivação promovidos pelo fenômeno pobreza e que para tanto “[...] a visão de liberdade aqui adotada envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais”.

Numa compreensão complexa de pobreza, compreende-se que mudanças para a erradicação destas, não podem surgir de um ou de outro fator, precisam constituir-se na complexidade da realidade social, e nas suas mais diversas dimensões. O que aponta para um caminho que rompe com ideias das relações sociais capitalistas vigentes, se tornando um desafio, a quebra da lógica das polaridades, entre oprimido e opressor. Assim, é no âmbito da implicação psicossocial da pobreza que se coloca crucial a postura ético-política mediante as classes populares e de transformação social destas.

No entanto, é importante questionar essa ênfase na liberdade. Deve-se refletir também que qualquer ato de liberdade pode estar permeado por um viés ideológico. Segundo Moura Júnior (2012, p.77) “[...] é constituído um forte caráter ideológico na estruturação da identidade a partir da manutenção e reprodução desses papéis sociais opressores”. Isso

fortalece o discurso de que aqueles que não pertencem à classe dominante, não alcançam esta classe porque não se esforçam o suficiente, são preguiçosos, menos esforçados, menos inteligentes, violentos, marginais, inferiores, excluídos. Percebe-se que a própria construção de identidade é originada pela ideologia dominante e marca papéis sociais às pessoas consideradas pobres e/ou empobrecidas, que em certa medida, também absorvem e integram para si tal construção (MOURA JR, XIMENES; 2016).

Segundo Cidade, Moura Jr e Ximenes (2012), a identidade da pessoa em situação de pobreza é marcada por duas facetas; a de explorado e a de oprimido. Estas trazem consequências nas formas de significação sobre si e sobre a sociedade, à medida, que promove formas de subjetivação ligadas a apatia, conformismo e violência. Góis (2008) também pontua sobre a constituição da identidade do povo latino-americano, a partir de uma existência opressora e geradora de diversos posicionamentos das pessoas em situação de pobreza, de fatalismo, violência e servilismo.

Essa manutenção da pobreza enquanto fenômeno social perpassa no sentido sociopsicológico os modos de ser e estar no mundo, tem uma profundidade simbólica, que está para além das capacitações, sendo necessários nos ater também aos aspectos subjetivos da pobreza (GÓIS, 2004). Dentre estes, cabe destaque o fatalismo, que pode ser entendido como “um fenômeno psicossocial intimamente relacionado com o modo como os indivíduos experienciam essas condições de vida” (CIDADE, MOURA JR, XIMENES, 2012, p. 93).

Ximenes (et. al., 2016) apontam que este fenômeno agiria em diferentes dimensões da vida do sujeito. Numa perspectiva psicossocial fortaleceria as posturas de resignação frente ao próprio destino, desesperança, impotência, conformismo, passividade, distanciamento emocional e aceitação do sofrimento das pessoas em situação de pobreza (XIMENES, et.al., 2016).

Desta forma, os indivíduos- objetos (GÓIS, 2005) estariam cerceados pelo sentimento fatalista, desagregador, que afeta suas constituições identitárias individuais e sociais. Demo (2008, p. 20) considera que “não ter e não ser” são duas faces da pobreza, pois se manifesta para além de uma expressão de ordem socioeconômica (quantitativa, material), como também se manifesta, em uma esfera política (qualitativa e imaterial) e se poderia dizer, simbólica. A expressão quantitativa da pobreza é a que se vê com mais facilidade, já sua face qualitativa dificilmente é reconhecida. Assim, compreende-se que mais importante do que a definição

dos fatores principais da pobreza é compreensão da pobreza enquanto fenômeno social e a sua articulação com a organização social capitalista (DANTAS, 2013).

Ser pobre, nesse sentido acarreta signos e significados que são enraizados cultural e socialmente, afeta as diversas instâncias da vida das pessoas e da vida social, promovendo concepções constituídas historicamente que mantêm uma estrutura perversa de opressão (MOURA JR, XIMENES, 2016). Onde dominantes e dominados se diferem a partir de organizações opressoras que assumem posturas de polaridades, onde o dominante é sempre o polo positivo, enquanto os dominados são o polo negativo.

Sen (2010) e Lacerda (2009) apontam que há uma multiplicidade de métodos e indicadores de mensuração de pobreza, e que cada um destes, está associado a elementos subjetivos. Dependendo de como é construída esta concepção, há diferentes pessoas definidas como pobres. Para tanto é essencial pontuar que as políticas governamentais sofrem grande influência da definição de pobreza defendida, assim, se o governo acredita que pobres são aqueles que não têm dinheiro, à tendência é que as políticas sociais se voltem para este campo.

Lacerda (2009) afirma a proposição com a seguinte colocação; “o conceito de pobreza se constitui em elemento fundamental para a definição de políticas que visem o seu combate ou a sua redução”. Defendo a importância da perspectiva multidimensional da pobreza para a implantação de políticas públicas que possam ser eficazes na erradicação da pobreza, levantando a problematização que ao definir um conceito, o que se define não é apenas uma categoria teórica, que não tem impacto social. Ao contrário, se reafirma o compromisso social da ciência em construir um conhecimento que funcione a serviço da transformação social.

Assim percebemos a necessidade de conectar a práxis da psicologia ao compromisso ético e político com o enfrentamento das pobrezas e com a transformação social, o que exige do nosso fazer técnico- científico alinhamento com uma proposta de libertação (MARTÍN-BARÓ, 2011). Neste sentido, Leite (2010, p.35) pontua:

A depender de como realizamos nossas ações profissionais, podemos tanto exercer ações de garantia de direitos e cidadania, como foco de resistência a lógica neoliberal, ou como formas de controle da vida. Assim precisamos estar atentos para que o ingresso dos psicólogos nas políticas públicas não se reduza a apenas a ampliação de mercado de trabalho para nossa profissão. É preciso ampliar o debate sobre o modelo de políticas públicas que nos associamos na atualidade.

Do mesmo modo é crucial que se reflita sobre o risco imposto pelo neoliberalismo de conformação das políticas públicas, como as de saúde e saúde mental, que com objetivo de



desenvolvimento e progresso opera soluções para as questões sociais com o gerenciamento da pobreza e das comunidades, na lógica do conformismo, da adequação e exclusão destas (GUZZO, 2016).

Com isso, se faz necessária à reflexão sobre a formação ética e política dos e das psicólogos sociais como também as implicações destes e de outros atores nas políticas públicas, e para que classes sociais estes estão direcionados, em que lógica funcionam, e os impactos sociais que pretendem alcançar. Sendo necessária, a reflexão sobre estas questões para uma prática comprometida com as realidades sociais.

Para tanto a perspectiva de implicação psicossocial da pobreza se coloca na direção da atenção pública, como responsabilidade do Estado e direito social, baseado nos princípios que embasam o SUS e o SUAS, da integralidade, descentralização e territorialização da atenção, universalização, intersetorialidade, participação e controle social das políticas pelos profissionais de saúde e assistência e por seus usuários (VASCONCELOS, 2009).

Frente às políticas públicas e sua relação com a pobreza, cabe destaca que visões reducionistas dessa questão social constituída historicamente, acabam por inferir a população menos favorecida um processo de invisibilidade, se tornado mais opressora quando a localidade é mais afastada dos grandes centros urbanos, pois nestas localidades o investimento ainda é menor do que na zona urbana (LEITE, DIMENSTEIN, 2013). Esta situação corrobora para uma situação de preconceitos constituídos historicamente sobre tais populações, acarretando a estes prejulgamentos, e a manutenção da desigualdade social nestas localidades, marcadas pela falta de investimento e invisibilidade (XIMENES, et. al., 2016).

E essa invisibilidade não diz respeito apenas à situação desse lugar frente às políticas públicas. Tem uma entrada ainda mais perversa junto aos sentimentos despertados frentes as dificuldades enfrentadas, e a luta legítima por seus direitos sociais, como o de impotência e desânimo. Para tanto, a problematização gira em torno da necessidade de compreender essas pessoas dentro de suas especificidades, dos seus modos de vida tão particulares, dos seus signos e significados, para que se possibilitem reflexões acerca de estratégias de enfrentamento da pobreza que se conectem com suas realidades sociais.

Para Leite e Dimenstein (2013) este movimento só é plausível se ao centro deste a figura seja a comunidade, numa postura ética- política que abra entradas a cooperação e o diálogo, permitindo que no coletivo as pessoas se mostrem como capazes de lutar pelos seus

direitos como cidadãos e para a comunidade, tomando o poder decisório frente às decisões de seu território e de suas vidas.

Desta forma, a dimensão de Pobreza Multidimensional baseada na Abordagem das Capacitações defendida neste trabalho, se conecta com a ideologia de que as pessoas em situação de pobreza não são apenas aquelas que têm pouco e/ou nenhum poder econômico, e sim, todas aquelas que são privadas do acesso à saúde e a serviços, e/ou privados monetariamente, socialmente, culturalmente, educacionalmente, pelas condições desiguais postas por este sistema de classes capitalista (SEN,2010).

Trabalharemos a partir do Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional (IMPM) que está baseado nesta concepção de Pobreza, e também nos aspectos psicológicos da pobreza. Assim, entendemos que as privações produzidas a partir da pobreza também geram impactos sociopsicológicos aos modos de vidas das pessoas em situação de pobreza (XIMENES, et. al., 2016). Neste sentido, compreendemos que o sentido de comunidade pode ser afetado, enquanto categoria psicossocial da pobreza, pelas condições de vida das pessoas. Sendo importante analisar a relação entre sentido de comunidade e pobreza

### *3.3.3 Relação entre Sentido de Comunidade e Pobreza*

Entendemos como significativo entender a relação entre sentido de comunidade e pobreza multidimensional, a partir de trabalhos que analisem sobre o ponto de vista teórico-metodológico estas categorias. Segundo Sarriera et.al. (p. 107, 2016), o sentido de comunidade “pode ser entendido como a própria representação de comunidade”, intrinsecamente relacionado com os aspectos simbólicos, territoriais, relacionais e físicos que constituem a comunidade, e com a relação desta com seus moradores. Estes autores pontuam que essa relação entre morador(a) e comunidade pode ser positiva (libertadora) ou negativa (opressora), pois depende de como se estrutura a comunidade, sendo relevante a análise dessa relação com as dimensões psicossociais da pobreza.

Entendemos, assim, que há depender das relações e dos contextos de pobreza que atravessam a comunidade é possível que esta produza relações de autonomia, fortalecimento de identidades comunitárias e individuais e suporte entre seus pares, ou relações de violência, passividade, opressoras e desagregadoras, que influenciam diretamente nos processos psicossociais existentes (GÓIS, 2012; SARRIERA, et.al., 2016).

McMillan e Chavis (1986) defendem que o sentido de comunidade e seus componentes são influenciados por várias condições tais como: o tempo, valores, economia, políticas públicas, possibilidades de emprego, de produção de renda, acesso a saúde, cultura, educação, cenário político e social, não sendo um fenômeno estático. Entende-se também que investigar o sentido de comunidade pode contribuir para a compreensão das implicações psicossociais da pobreza na vida das pessoas, pois esta pode expressar aspectos que priorizam tanto aspectos da vida em comunidade quanto aspectos individuais dos modos de vida das pessoas (NEPOMUCENO, et.al., 2017).

Assim, justifica-se a relação entre sentido de comunidade e pobreza, visto que, boa parte das condições que influenciam o SC, estão relacionadas às condições de vida, como as pobreza, a partir da compreensão da mesma enquanto determinante psicossocial (XIMENES, et. al., 2019; MCMILLAN; CHAVIS, 1986). A partir disto, reconhecemos que a análise desta relação seja bastante significativa para a construção deste trabalho.

Reconhecemos que tanto o SC pode influenciar o contexto de pobreza e vice-versa. E que não necessariamente contextos de pobreza terão Sentido de Comunidade diminuído. A complexidade dessa relação é evidenciada de forma direta ou indireta em alguns estudos. A priori o SC é visto de maneira positiva, como fator de proteção comunitária. Como pontua Góis (2004), o SC pode ser um fator de desenvolvimento e proteção de processos de fortalecimento de identidades comunitárias e individuais, como também de interdependência voluntária, desejo de mantê-la, facilitando a identificação/similaridade entre os pares como de pertencentes a um coletivo maior, sendo estratégia de enfrentamento da pobreza.

Contudo, alguns cenários têm apresentado resultados contraditórios, onde situações de pobreza, vulnerabilidades e violência tem também sentido de comunidade significativos (ESTANISLAU; FEITOSA; XIMENES; SILVA; ARAÚJO; BOMFIM, 2018). Daí a relevância de analisar tais contextos de pobreza e compreender como efetivamente o SC se apresenta. É importante também ressaltar que não se busca cristalizar esta relação e apresentar *a priori* e verdades acerca desta, pelo contrário, o que se pretende evidenciar a complexidade e a heterogeneidade desta relação.

### *3.3.3.1 Situação de Pobreza Multidimensional com baixo ou pouco Sentido de Comunidade*

Moura Jr, Ximenes e Sarriera (2014, p.90) pontuam que na organização social brasileira as pessoas em situação de pobreza são constantemente expostas a “sentimentos, pensamentos e ideias de impotência, de passividade, de conformismo e de violência”. O que

acaba gerando com que estas pessoas também incorporem estes, fomentando o que Góis (2005) chama de identidade do oprimido. Esta identidade fomenta modos de vida que se associam com os sentimentos de desagregação, isolamento social/comunitário e diminuição do sentimento de pertença. Tais situações acabam fragilizando a comunidade que se torna mais vulnerável às múltiplas formas de violência (MARTÍN- BARÓ, 2011).

A falta de acesso à cultura, educação, cidadania pode vir a tornar as pessoas mais vulneráveis e fatalistas, em relação ao futuro. Pode também aumentar o desejo de não pertencimento ao lugar, como se este fosse a personificação e/ou representação própria da pobreza vivenciada no mesmo (GÓIS, 2012; MOURA JR, 2012). O desejo, então, é o de não ser e o de não desejar estar naquele lugar. Então há pouco ou nenhum investimento comunitário como também a negação da identidade individual e coletiva do lugar.

Assim, percebemos que as pessoas em situação de pobreza são postas sobre a condição de submissão, impotência, servilismo e como responsáveis pelos problemas sociais, tais como a pobreza e a violência, fomentando a estas e aos seus modos de vida privações concretas e simbólicas (MOURA JR, XIMENES, SARRIERA, 2014). Podemos desta forma, pensar num nível de consciência pessoal semi-transitiva ou mágica, que segundo Góis (2005) inspirado pelas ideias de Freire (2001; 2003), é um nível de consciência em que as pessoas se encontram mais submissas e alienadas. Elas têm dificuldades de compreensão a respeito de suas realidades, tendo um entendimento sobre estas muito embasado em explicações fatalistas e supersticiosas.

Para este autor este tipo de organização promove uma espécie de distanciamento de uma leitura de realidade concreta, pois há um sentimento de acomodação e de apatia entre as pessoas, que dificulta que estas produzam reflexões para além de suas necessidades mais básicas, facilitando a adesão a ideias fatalistas de que as situações de opressão vividas são por conta de agentes externos ou de acontecimentos causado por forças exteriores e maiores (GÓIS, 2005).

Em certa medida, o fatalismo nestas condições pode se apresentar como fator protetivo as pessoas em situação de pobreza, pois este evita com que estas entrem em contato com alguns aspectos das situações de desigualdades vividas que não podem ser modificadas imediatamente por elas (CIDADE; XIMENES, 2012). As autoras Estanislau, Feitosa, Ximenes, Silva, Araújo e Bomfim (2018) consideram que em cenários de elevada pobreza apresenta-se uma naturalização das relações injustas de opressão, que suscitam posturas

fatalistas diante das mazelas vividas, inclusive de negação diante da realidade, como estratégia de sobrevivência aos sentimentos despertados por esta. Estas posturas provocam sentimento de impotência e resignação, diante das condições de vida injustas, e constitui uma forte passividade que faz com que as pessoas sintam que não podem fazer qualquer interferência para mudarem suas situações.

Martín- Baró (2011) pontua que o fatalismo funciona como elemento que ameniza e acalma as tensões sociais vinculadas sofrimentos psíquicos vividos em contexto de pobreza. Nestes cenários, a realidade parece não se modificar e se atribui responsabilidade pelas mazelas sociais a uma entidade divina, que torna “natural” e “aceitável” viver em tais situações de opressão. Desta forma, o fatalismo se expressa a partir de explicações sobre a realidade que partem da premissa que não é possível mudar os contextos de vida marcados pelas desigualdades sociais, pois as causas destes não são postas sobre reflexão, ao contrário são dadas de forma simplistas e aleatórias. E uma das poucas possibilidades aceitas para a mudança social é o esforço pessoal para a mudança de vida individual (CIDADE, XIMENES, 2012).

Outra faceta da pobreza que enfraquece o sentimento de comunidade é a vergonha e a humilhação relacionadas a identidade de ser pobre. Tais sentimentos aumentam o isolamento social das pessoas, que passam a se esquivar do convívio social, pois acabam se vendo como incapazes e inadequadas aos comportamentos socialmente esperados. Assim, fragiliza-se os laços sociais, a participação social e a constituição de uma rede de apoio social na comunidade (ESTANISLAU, et.al., 2018). Desta forma, Nepomuceno et.al. (2017) pontua que o fenômeno da pobreza tende a perpetuar a naturalização da mesma a partir da culpabilização das pessoas por sua condição de pobreza. Estas perspectivas individualistas e de fragmentação das relações sociais diminuem o apoio social e o desejo de participação comunitária.

Assim Moura Jr, Ximenes e Sarriera (2014) apontam que a culpabilização das pessoas pelas situações de pobreza é um processo sócio histórico no contexto brasileiro, que reforça ideias individualistas de significação da pobreza, posicionando as pessoas em situação de pobreza como servis, dependentes e incapazes. Também pode reduzir a possibilidade de construção de novos sentidos sobre esse fenômeno e sobre as suas próprias experiências de vida, fornecendo a ideia enganosa de que a realidade é imutável e que as questões de pobreza são causadas unicamente por questões individuais.

### 3.3.3.2 *Situações de Pobreza Multidimensional também têm SC fortalecido*

Nesta análise emerge um paradoxo, porque se apresenta uma possibilidade de ter esta relação alta por dois motivos. O primeiro seria que em cenários de pobreza as pessoas tendem a ser mais solidárias a situações entre os pares, que se traduz, nas redes de apoio mais próximas estarem mais conectadas. O segundo seria a possibilidade de que mesmo imersos no contexto de pobreza, haja um processo de conscientização que mobilize uma resistência comunitária em busca de estratégias de enfrentamento da pobreza.

Rivera (2009) relata que em seu estudo com uma comunidade em extrema pobreza no Chile, que diante da dificuldade de locomoção e habitações precárias, aumentou-se a proximidade entre moradores e moradoras, pois se tornou um processo de proteção comunitária a união entorno da construção destas habitações (a partir de papelão, lonas) facilitando o reconhecimento entre pares e as relações afetivas, coesão grupal em prol de objetivos em comum.

Marante pontua que em cenários de pobreza podemos encontrar SC presente em nível tão significativo quanto a PM, e que isto se justificaria pela proximidade entre as pessoas ser maior, o que as une em prol de objetivos comuns. Pode ser para enfrentamento dos problemas vividos, como também pelo sentimento de fatalismo e conformidade (MARANTE, 2010). Em alguns cenários as ligações emocionais compartilhadas pelas pessoas são fortes, e apesar de reconhecerem as situações precárias em que vivem, não manifestam desejo de deixar seu bairro (RIVERA, 2009).

O que poderia apontar para um nível de consciência transitiva ingênua, que segundo Góis (2004), há o reconhecimento das situações de opressão vividas, mas este reconhecimento não mobiliza a ação das pessoas sobre o mundo. Isso ocorre, porque esta relação ainda não está estabelecida, apresentando como caminhos mais funcionais para superação das situações opressoras os mais simplistas, com características assistencialistas, de manipulação emocional, podendo levar ao fanatismo.

Rivera (2009) pontua que as pessoas criticam a falta de participação entre os membros da comunidade e emerge a ideia de liderança, uma noção de que deveria existir alguém que deveria coordenar e ter responsabilidade pelas atividades comunitárias, que representasse as pessoas da comunidade, as organizando e conseguindo recursos que possam ajudar as pessoas e motivá-las a participação.

Freitas (2008) reflete que existe um alargamento do processo de conformidade e aceitação das pessoas frente às situações vividas, e que o processo de democratização no Brasil insere uma falsa ideia de participação que fortalece tal processo. As pessoas podem ter se acostumado a delegar a outros (geralmente os e as representantes eleitas para administração pública) suas responsabilidades frente às problemáticas sociais. Todos desejam as melhorias sociais, mas poucos se co-responsabilizam pela construção.

As pessoas se identificariam com figuras e/ou ideias que traduzem este ideário onde estas não precisam se responsabilizar pela mudança social, até porque a possibilidade de mudança é pouco creditada neste cenário. Só sendo possível a partir de outros, cabendo a estas se apoiarem o quanto for possível no que a realidade oferece de imediato e palpável, sem aprofundamentos sobre as causas das vulnerabilidades vividas (GÓIS, 2005).

Desta forma, o efeito psicossocial fomentado diante deste cenário diminui as possibilidades de resistência e de mudança social, e aumenta a falta de indignação e/ou intolerância frente às formas de injustiça, de exploração, violências e pobreza, facilitando processos de alienação e uma leitura de realidade com poucas possibilidades de transformação (FREITAS, 2008). Góis (2004) pontua que cenários de pobreza podem gerar nas pessoas posicionamentos pessoais fatalista e de violência, desenvolvendo modos de vida onde há conformidade com as situações de opressões vividas. Esta conformidade seria um fator protetor às condições sociopsicológicas adversas vivenciadas pelas pessoas. O que pode apontar que os aspectos psicossociais das pobreza podem ter efeitos mais intensos, que não são facilmente mudados em virtude, apenas, de um sentido de comunidade elevado.

Outra possível explicação para que tanto o SC quanto a PM sejam altas é o contexto em que é realizado o estudo. Nepomuceno (et.al., 2017) aponta em seu estudo que é complexa a relação entre pobreza multidimensional e sentido de comunidade, especialmente, em contextos rurais, pois mesmo vivendo em piores condições pobreza do que em contexto urbano, no estudo comparativo, no contexto rural foram encontrados maiores indicadores de SC.

Ximenes e Moura Jr (2013) apontam que no contexto rural as relações das pessoas tendem a ser mais próximas com seus vizinhos, familiares e com o próprio território. Enquanto que o contexto urbano há tendência a uma forte valorização da individualidade e preocupações mais fortes em relação às violências e menos estabilidade sobre o tempo de permanência no território. Assim, um estudo sobre estas temáticas precisa considerar as

características do território em estudo e como este se expressa (NEPOMUCENO, et.al., 2017).

O segundo cenário é que a situação de Pobreza alta no cenário de SC alto pode ser consequência de um processo de conscientização. Sendo assim, há mobilização dos sujeitos e da comunidade para o enfrentamento da Pobreza a partir de resistências, de ações solidárias que reconhecem o processo macroestrutural em que se organiza as situações de pobreza. Entendendo que o enfrentamento da pobreza, não deve ser dado sem o reconhecimento das barreiras concretas, ideológicas e simbólicas que perpassam esse fenômeno (MOURA JR, XIMENES, SARRIERA, 2014).

Desta maneira, o fortalecimento das identidades individuais e comunitárias e da participação social, podem ser estratégia para o enfrentamento da pobreza. Pois poderiam fortalecer movimentos de resistências que aumentam a confiança de que é possível ter resolutividade dos problemas comuns, incluindo a pobreza, o que eventualmente poderia promover qualidade de vida as pessoas. Tendo então a possibilidade da relação SC maior que a PM.

Assim, é importante reconhecer os movimentos de resistência nessas condições de vida em situação de pobreza, como possibilidade de emancipação social. Estes movimentos, segundo Moura Jr (2012) podem emergir mesmo nessas condições a partir dos laços de solidariedade e cooperação fortalecidos e de processos criativos fomentados pelas pessoas com recursos da própria realidade.

Para Diniz e Mayorga (2018) a resistência pode ser entendida como uma expressão da autonomia, pois a resistência pode mobilizar as relações de poder postas, não apenas no nível individual, mas também nas culturas e histórias das pessoas e da sociedade. Estes autores afirmam que as pessoas enquanto movimento de resistência expressam sua autonomia e “quando afirmam a autonomia, elas reavivam ideias, valores e princípios que buscam lograr-se como verdades na sociedade” (DINIZ, MAYORGA, 2018, p 10).

Um outro fator potencializante é o apoio social, pois este pode facilitar a redução dos impactos psíquicos emergente das condições de pobreza, tais como o fatalismo, a vergonha e a humilhação, podendo também contribuir com o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento da pobreza a partir das potencialidades que as pessoas em situação de pobreza começam a reconhecer e a desenvolver nelas mesmas e na rede de apoio social em seu entorno (SILVA, FEITOSA, NEPOMUCENO, SILVA, XIMENES; BOMFIM, 2016).



O apoio social, portanto, não diz apenas as redes formais de apoio, mas das experiências das pessoas em relação a suas interações e trocas com outras e/ou com instituições, que perpassam o reconhecimento destas pessoas de que são importantes, respeitadas e desejadas (ESTANISLAU, et.al., 2018). Segundo Nepomuceno (et.al., 2017) a qualidade das relações sociais, do apoio social recebido e do pertencimento ao local aumentam o sentido de comunidade das pessoas, sendo assim, importante fator de proteção social e individual, correlacionado positivamente com o bem-estar social.

Neste cenário, há interesse maior sobre os modos de vida social e a integração das pessoas com a realidade, entendendo esta como mutável e às problemáticas como possíveis de se enfrentar a partir de estratégias de ação crítica- transformadora (GÓIS, 2012). Poderíamos situar neste momento o processo de consciência transitiva crítica, onde as pessoas assumem a responsabilidade de agir sobre o mundo, e conseguem refletir criticamente sobre seus atos, e sobre a realidade vivida (GÓIS, 2005).

Desta forma, identificar a natureza dessa relação é crucial para a proposição de estratégias de enfrentamento da pobreza em contextos comunitários, pois tal relação tende a apresentar as fortalezas e fragilidades do tecido social. Assim, os (as) profissionais que desejam intervir nestes cenários comunitários, dentre eles e elas as psicólogas, podem facilitar a construção de estratégias mais efetivas.

Rivera (2009) pontua que uma das possíveis estratégias seria a partir de espaços de participação social efetiva, que fortaleçam as relações de vizinhança, para fomentar uma comunicação entre os membros de forma transparente, envolvendo todos e todas na discussão das problemáticas envolvidas e da resolutividade das mesmas. Este autor também pontua a relevância de políticas públicas que desenvolvam projetos que possam melhorar o acesso das populações aos direitos fundamentais, de saúde, educação, moradia, e que estes, se relacionem com projetos de geração de renda, para que estas se sintam parte do processo de superação da pobreza. Incentivando as pessoas a saírem de uma lógica assistencialista (RIVERA, 2009).

Moura Jr, Ximenes e Sarriera (2014) também apontam as políticas públicas, especialmente as de transferência de renda, como possibilidades de enfrentamento da pobreza. Estas, segundo estes autores, possibilitam um movimento de fortalecimento identitário das pessoas em tal situação, como também o processo de reconhecer e questionar

as formas de discriminação depreciativas e opressoras relacionadas à pobreza e as potencialidades destas pessoas frente a este cenário.

Obviamente é importante compreender que a comunidade não é uma construção solidificada e estática, que estas relações podem e devem se modificar com o tempo. Neste sentido, a sempre a possibilidade de mudança, e então, devemos compreender a relação e entender que ela diz de um cenário político, cultural, histórico, econômico e social, que sofre as influências das pessoas e das relações que estas estabelecem entre si e com a própria comunidade. Assim, entendendo a heterogeneidade e complexidade dessa relação PM e SC é que propomos esta análise.

Assim, consideramos que seja central a um nível teórico e prático reconhecer a complexidade da própria ideia de comunidade, pois uma atuação efetiva considerando os cenários de pobreza propõe como necessária a análise do que seja a comunidade, e não apenas do ponto de vista teórico, mas do ponto de vista prático (GÓIS, 2004). Assim, é importante reconhecer as singularidades das experiências vividas e suas trajetórias individuais em contextos comunitários e como estas se relacionam com a própria comunidade.

Por fim, importante também pontuar que as complexas relações estabelecidas entre o sentido de comunidade e pobreza multidimensional, necessitam levar em consideração outros aspectos dos contextos envolvidos, tais como o território (rural ou urbano) e as características de classe, gênero e raça vividas. Pois o sentido de comunidade, a partir de uma perspectiva de expressão de *nosotros*, reconhece como relevantes as dinâmicas, contextos e relações sociocomunitárias estabelecidas entre as pessoas, especialmente em contextos de pobreza. E a própria pobreza multidimensional sofre influências das estruturas de poder vigentes. Sendo, importante entender como as suas multidimensões se expressam na realidade vivida.

### **3.3 Método**

#### *3.3.1 Tipo de Pesquisa*

O delineamento de pesquisa escolhido é do tipo quantitativo, do tipo levantamento descritivo correlacional, de caráter transversal e baseado em observações (enquete). Este delineamento se refere a uma investigação relacionada às temáticas específicas da pesquisa em questão, que pretende identificar correlações a partir de hipóteses dedutivas, possíveis a

partir do referencial teórico aqui estudado (COZBY, 2006). A escolha deste método dialoga com os objetivos traçados neste trabalho.

### *3.3.2 Participantes da Pesquisa*

Neste estudo, contamos com uma amostra de participantes da comunidade pertencente ao bairro Parque da Liberdade, da cidade de Redenção/CE. Contamos com a participação de 128 pessoas, a maioria do sexo feminino (66,4%), com média de idade 43 anos (mínimo = 19; máximo = 88; DP = 19,50). A maioria destas pessoas se auto identificaram, em relação a cor/raça, como pardas (57%), católicas (71,9%), e quanto ao estado civil, temos uma ligeira maioria de pessoas casadas/vivendo com companheiro(a) (44,5%), seguida de pessoas solteiras (42,2%), com média de tempo de moradia de 16 anos (mínimo = 0,17; máximo= 80,00; DP=19,38), e quanto a nacionalidade a maioria é brasileira (90,6%). Os critérios para participação na amostra foram: aceitar participar da pesquisa, ter idade mínima de 18 anos; viver na comunidade em estudo.

### *3.3.3 Instrumento para a Coleta de Informações*

Segundo Gunther (2003) o uso do questionário é uma das principais técnicas para o levantamento de dados por amostragem. Este autor reconhece que o questionário, enquanto instrumento de pesquisa, auxilia a compreensão sobre determinado fenômeno, a partir do entendimento das pessoas sobre estes, sem a intenção de testar a habilidade do respondente, mas saber suas opiniões, sentimentos e percepções sobre o fenômeno estudado. Os participantes responderão a um livreto contendo questões sociodemográficas e os seguintes instrumentos (Apêndice A, deste projeto) Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional - IMPM e Índice Abreviado de Sentido de Comunidade – IASC. O instrumento utilizado é parte da pesquisa guarda-chuva, que conta com esses elementos já citados e outras subescalas, que não serão utilizadas nesta pesquisa. Assim temos:

O Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional - IMPM (MOURA JR, 2015). Composto por 24 itens, distribuídos em cinco dimensões, a saber: habitação, trabalho e renda, saúde, educação e os aspectos psicológicos na compreensão multidimensional da pobreza, que segundo Ximenes (et.al. 2016, p. 147), esta dimensão psicológica da pobreza aparece:

[...]vinculada a autopercepção da pobreza ao reconhecimento da pobreza como uma identificação estigmatizada advindo do sentimento de vergonha e por fim, uma avaliação que pode ser mais adaptada ou questionadora da realidade provinda pela satisfação com a renda.

O IMPM tem sido utilizado por diversos estudos que trabalham a partir de uma perspectiva multidimensional de pobreza (MOURA JR; SARRIERA, 2019; ESTANISLAU, et.al., 2018; NEPOMUCENO, et.al., 2017; XIMENES, et.al., 2016; MOURA JR, 2015). Consideramos que as cinco dimensões são relevantes para que se desenvolve-se o índice que aqui se apresenta, e a escolha das variáveis espelha as que Moura Jr (2015) pontua a partir de seu estudo.

Alguns itens foram acrescentados, modificados e/ou os valores das categorias sofreram alterações, mas respeitando as dimensões estabelecidas pelo instrumento. Exemplo disso é o item: “Qual o valor aproximado da sua renda pessoal mensal?”. Neste instrumento os valores das variáveis foram construídos a partir de quartis, pois a pergunta era aberta permitindo diferentes respostas.

Assim, fizemos uma análise para saber a média de renda dos e das participantes (M= R\$ 733,62 e DP= 649,97). Em seguida, realizamos uma análise de quartis (por quatro grupos), para definir os valores mínimos (R\$ 0,00) e máximos (R\$ 3992,00) de renda, e com base numa divisão equânime quantos participantes pertenciam a cada grupo. Desta forma, encontramos uma nova divisão de renda, baseada no valor mensal pessoal recebido pela amostra em questão. Que será apresentado na tabela a seguir, na dimensão trabalho e renda:

As dimensões e suas respectivas variáveis presentes no IMPM são as seguintes:

Tabela 1 - Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Valores das categorias de resposta para construção do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional</b>	<b>Ponto de Corte de Identificação da Pobreza por item do indicador</b>
<u>Educação</u>	<b>Você estudou?</b> Picolotto (2006); Qizilbash; Clark (2005)	1 = Não estudou	1 = Pobre
		0,75 = Até o 5º ano (Ensino Fundamental Incompleto)	0,75 = Pobre
		0,5 = Do 6º ao 9º ano (Ensino Fundamental incompleto ou Completo)	0,5 = Pobre
		0,25 = Do 1º ao 2º ano (Ensino Médio)	0,25 = Não-pobre

		Incompleto)	
		0 = 3° ano ou Curso Superior (Ensino Médio Completo ou Ensino Superior)	0 = Não-pobre
<u>Educação</u>	<b>Algum adulto da sua família concluiu o Ensino Fundamental?</b> PNUD (2010)	1 = Não	1 = Pobre
		0 = Sim	0 = Não-pobre
<u>Habitação</u>	<b>A sua residência é:</b> Picolotto (2006)	1 = Ocupação	1 = Pobre
		0,66 = Cedida	0,66 = Pobre
		0,33 = Alugada	0,33 = Não-pobre
		0 = Própria	0 = Não-pobre
<u>Habitação</u>	<b>A sua casa é de:</b> Picolotto (2006)	1 = Papelão, plástico ou compensado (barraco)	1 = Pobre
		0,66 = Taipa	0,66 = Pobre
		0,33 = Madeira	0,33 = Pobre
		0 = Alvenaria	0 = Não-pobre
<u>Habitação</u>	<b>Sua casa possui água encanada?</b> PNUD (2010)	1 = Não	1 = Pobre
		0 = Sim	0 = Não-pobre
<u>Habitação</u>	<b>Como é o piso da sua casa?</b> PNUD (2010)	1 = Terra batida	1 = Pobre
		0,5 = Cimento	0,5 = Pobre
		0 = Cerâmica	0 = Não-pobre
<u>Habitação</u>	<b>Qual combustível mais usado para cozinhar na sua casa?</b> PNUD (2010)	1 = Lenha	1 = Pobre
		0,5 = Carvão	0,5 = Pobre
		0 = Gás de Cozinha	0 = Não-pobre
<u>Habitação</u>	<b>Qual o tipo de banheiro da sua casa?</b> PNUD (2010)	1 = sem banheiro	1 = Pobre
		0,66 = buraco no chão	0,66 = Pobre
		0,33 = vaso sanitário sem descarga	0,33 = Pobre
		0 = vaso sanitário com descarga	0 = Não pobre
<u>Habitação</u>	<b>Quantidade de bens duráveis:</b> PNUD (2010) Qizilbash; Clark (2005)	1 = entre 0 a 4 bens duráveis	1 = Pobre
		0 = 5 ou mais bens duráveis	0 = Não-pobre

<u>Trabalho e renda</u>	<b>Atualmente, você está exercendo algum tipo de trabalho remunerado?</b> Qizilbash; Clark (2005) Picolotto (2006)	1 = Não	1 = Pobre
		0 = Sim	0 = Não-pobre
<u>Trabalho e renda</u>	<b>Qual o valor aproximado da sua renda pessoal mensal?</b> Qizilbash; Clark (2005) Picolotto (2006) Comim et al. (2007)	1 = 0 Até R\$ 275,00	1 = pobre
		0,66 = De R\$ 276,00 a R\$ 530,00	0,66 = pobre
		0,33 = De R\$ 531,00 a R\$ 998,00	0,33 = pobre
		0 = Mais de R\$ 998,00.	0 = Não-pobre
<u>Trabalho e renda</u>	<b>Qual o valor aproximado da sua renda familiar (somatório da sua renda com a renda das pessoas que moram com você) mensal?</b> Qizilbash; Clark (2005) Picolotto (2006)	1 = Sem rendimento	1 = pobre
		0,75 = Menos de 1 salário mínimos	0,75 = pobre
		0,5 = entre 1 e 2 salários mínimos	0,5 = pobre
		0,25 = entre 3 e 4 salários Mínimo	0,25 = Não-pobre
		0 = mais de 4 salários mínimos	0 = Não-pobre
<u>Trabalho e renda</u>	<b>Você já precisou vender alguma coisa de dentro de casa para poder comer?</b> Comim et al. (2007)	0 = Não	0 = Não-pobre
		1 = Sim	1 = Pobre
<u>Trabalho e renda</u>	<b>Você já precisou pedir dinheiro para poder comer ou suprir uma necessidade?</b> Comim et al. (2007)	0 = Não	0 = Não-pobre
		1 = Sim	1 = Pobre
<u>Saúde</u>	<b>Você consegue atendimento médico ou de outros profissionais da saúde quando precisa?</b> Picolotto (2006) Qizilbash; Clark (2005)	1 = Nunca	1 = Pobre
		0,66 = Poucas vezes	0,66 = Pobre
		0,33 = Frequentemente	0,33 = Não-pobre
		0 = Sempre	0 = Não-pobre
<u>Saúde</u>	<b>Você deixou de utilizar algum serviço de saúde por não ter dinheiro para pagar o transporte?</b>	0 = Não	0 = Não-pobre
		1 = Sim	1 = Pobre

<u>Saúde</u>	<b>Algum jovem (menino ou menina) de 10 a 19 anos já morreu?</b> PNUD (2010)	0 = Não	0 = Não-pobre
		1 = Sim	1 = Pobre
<u>Saúde</u>	<b>Quantas refeições você costuma fazer por dia?</b> Picolotto (2006)	1 = Nenhuma	1 = Pobre
		0,66 = Uma	0,66 = Pobre
		0,33 = Duas	0,33 = Pobre
		0 = Três ou Mais	0 = Não-pobre
<u>Saúde</u>	<b>Tem alguém na sua casa com desnutrição?</b> PNUD (2010)	0 = Não	0 = Não-pobre
		1 = Sim	1 = Pobre
<u>Aspectos Psicológicos da pobreza</u>	<b>Como você se considera?</b> Comim et al. (2007)	1 = Pobre	1 = Pobre
		0,5 = Nem rico nem pobre	0,5 = Pobre
		0 = Rico	0 = Não-Pobre
<u>Aspectos Psicológicos da pobreza</u>	<b>O quanto você está satisfeito com sua renda?</b> REF: Bedin; Sarriera, (2014)	(1) (0,9) (0,8) (0,7) (0,6) (0,5) (0,4) (0,3) (0,2) (0,1) = insatisfeito	(1) (0,9) (0,8) (0,7) (0,6) (0,5) (0,4) (0,3) (0,2) (0,1) = pobre
		0 = totalmente satisfeito	0 = não- pobre
<u>Aspectos Psicológicos da pobreza</u>	<b>Com que frequência você se sente envergonha(o) por condição financeira</b> Moura Jr (2015)	0 = Nunca	0 = não - pobre
		0,25 = Poucas vezes	0,25 = pobre
		0,50 = Às vezes	0,50 = pobre
		0,75 = Quase sempre	0,75 = pobre
		1 = Sempre	1 = pobre
<u>Aspectos Psicológicos da pobreza</u>	<b>Com que frequência você se sente inseguro (a) por condição financeira</b> Moura Jr (2015)	0 = Nunca	0 = não - pobre
		0,25 = Poucas vezes	0,25 = pobre
		0,50 = Às vezes	0,50 = pobre
		0,75 = Quase sempre	0,75 = pobre
		1 = Sempre	1 = pobre
<u>Aspectos Psicológicos da pobreza</u>	<b>Com que frequência você se sente humilhado (a) por condição financeira</b> Moura Jr (2015)	0 = Nunca	0 = não - pobre
		0,25 = Poucas vezes	0,25 = pobre
		0,50 = Às vezes	0,50 = pobre
		0,75 = Quase sempre	0,75 = pobre
		1 = Sempre	1 = pobre
<u>Aspectos Psicológicos da pobreza</u>	<b>Com que frequência você se sente rejeitado (a) pelos outros por condição financeira</b> Moura Jr (2015)	0 = Nunca	0 = não - pobre
		0,25 = Poucas vezes	0,25 = pobre
		0,50 = Às vezes	0,50 = pobre
		0,75 = Quase sempre	0,75 = pobre
		1 = Sempre	1 = pobre

O IMPM apresenta diferentes gradações do nível de pobreza multidimensional, variando de 1 (maior estado de pobreza multidimensional) a 0 (menor estado de pobreza multidimensional) (MOURA JR, 2015). A partir da análise do somatório das dimensões e sua divisão por cinco (quantidade de dimensões desse instrumento), é possível avaliar o grau de privação da amostra (dentro desta variância de 1 a 0) (COMIM, et.al., 2007). Assim, todas as dimensões têm igual relevância para a análise do instrumento (MOURA JR, 2015).

O Índice Abreviado de Sentido de Comunidade - IASC (MOURA JR, et.al., 2019 *no prelo*) é uma versão adaptada do Índice de Sentido de Comunidade (PERKINS; FLORIN; RICH; WANDERSMAN; CHAVIS, 1990). O IASC é do tipo unifatorial e composto por 7 itens. A escala é respondida por meio de uma escala do tipo Likert de 5 pontos, variando de nada a muito. O Alfa de Cronbach total da escala é de 0,737. Os itens possuem cargas fatoriais variando de  $\alpha = 0,811$  a  $\alpha = 0,346$ . Sendo estes:

Tabela 2 – Itens do Índice Abreviado de Sentido de Comunidade

Descrição do Item da IASC	Carga Fatorial
É muito importante viver nesta comunidade	(0,811)
Você se sente em casa nesta comunidade	(0,769)
Você espera viver nesta comunidade por um longo período	(0,765)
Você acha a sua comunidade um bom lugar para viver	(0,749)
Você consegue reconhecer muitas pessoas que vivem na sua comunidade	(0,515)
Se existir um problema nessa comunidade as pessoas que vivem aqui podem resolvê-lo	(0,399)
Os seus vizinhos e você querem as mesmas coisas	(0,346)

A teoria de McMillan e Chavis (1986) propõe que o conceito de sentido de comunidade é multifatorial, e constituído por quatro fatores. Estes autores desenvolveram um instrumento “Sense of Community Profile” (Perfil do senso de comunidade), com 46 itens e incluindo outros construtos (LONG; PERKINS, 2003). Com base neste instrumento e na teoria, Perkins et.al., (1990), propôs a adaptação da Escala de Sentido de Comunidade com 12 itens e quatro fatores ( $\alpha = 0,733$ ). Os 12 itens dessa escala se referem as percepções sobre filiação, influência, cumprimento de necessidades e conexões entre os moradores de uma determinada comunidade estudada. Sendo, itens contínuos de níveis de discordância e concordância em uma escala de resposta de 5 opções.

Muitos estudos têm encontrado inconsistências entre o construto teórico com quatro fatores e a pesquisa empírica (LONG; PERKINS, 2003; PERTENSON et.al., 2006;



LARDIER JR, et.al., 2018; LOOMIS; WRIGHT, 2018; MOURA JR, et.al., 2019 *no prelo*; CHIPUER; PRETTY, 1999). Isto não diminuiu a relevância do conceito para a psicologia comunitária, pelo contrário, a quantidade de trabalhos que tentam investigar os aspectos psicométricos do mesmo mostra o interesse que diferentes autores e autoras possuem.

Entendemos que esta proposição contraria a teoria de McMillan e Chavis (1986) de quatro fatores. A escolha por uma estrutura unifatorial, neste estudo, se conecta com o melhor resultado empírico que este modelo tem tido em várias populações e cenários (CHIPUER; PRETTY, 1999; PERTENSON et.al., 2006; LARDIER JR, et.al., 2018; LOOMIS; WRIGHT, 2018; MOURA JR, et.al., 2019 *no prelo*). Peterson et.al. (2006), aponta que alguns estudos têm considerado que o sentido de comunidade pode variar de acordo com os contextos a serem investigados, e que fatores como o tipo de resposta, como o caso da resposta dicotômica e dos itens que são escritos de forma negativa, também influenciam nas análises psicométricas.

Neste sentido, tem sido relevante a investigação sobre a validade do construto sentido de comunidade, especialmente em relação à contextos rurais e de pobreza, pois alguns estudos têm pontuado que um dos fatores que pode apresentar variância em relação ao sentido de comunidade é o contexto e as características das amostras onde as pesquisas têm sido aplicadas (PETERSON et.al., 2006; LONG; PERKINS, 2003; OBST; WHITE, 2004).

Considerando isto, entendemos como relevante utilizar a IASC. Esta escala apresenta valores psicométricos significativos, estrutura unifatorial e não conta com itens com a escrita negativa, o que facilita a compreensão dos participantes sobre o que se deseja saber, e foi validada em contexto rural em situação de pobreza no estado do Ceará, tendo proximidade com as características populacionais da amostra aqui estudada (MOURA JR, et.al., 2019 *no prelo*).

O questionário ainda conta com uma questão aberta, sendo a mesma: “Por favor, cite cinco palavras que para você signifique sentido de comunidade?”. Desta forma, acreditamos que o questionário seja de fácil aplicação e possa alcançar o maior número de pessoas, este foi elaborado com a intenção que não haja danos aos participantes, para isso, observou-se o uso da linguagem adequada, e este foi testado pelos aplicadores em situação de treinamento (BREAKWELL et.al., 2010). O mesmo foi aplicado pela pesquisadora, extensionistas da ReaPODERE e estudantes voluntários (as) da pesquisa.

### 3.3.4 Análises

Para a análise dos dados quantitativos foi utilizado o software SPSS (versão 21), realizando-se estatísticas descritivas (tendências de centralidade e dispersão) com o intuito de caracterizar a amostra, sendo essa realizada com variáveis demográficas, como: idade, sexo, escolaridade e renda familiar. Foram realizados testes de comparação de médias, *teste-t* e ANOVA, bem como entre os diferentes níveis de renda e escolaridade, em relação ao sentido de comunidade e os aspectos psicológicos da pobreza multidimensional. Para isto, criamos um grupo mais ou menos pobreza. Sendo os 50% mais pobres os participantes com 0,2647 até 1 e os 50% menos pobres de 0,2646 até 0.

Foi executada uma análise de correlação  $r$  de Pearson, para averiguar a relação entre o tempo de moradia na comunidade, sentido de comunidade e as dimensões da pobreza multidimensional no contexto em estudo. Para mais, foi realizada uma análise de regressão linear múltipla, para verificar o poder de explicação das dimensões da pobreza multidimensional (antecessora) sob o sentido de comunidade.

Com a única questão aberta do questionário foi realizada análise de similitude com o auxílio do software Iramuteq (Interface de R pour analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires, versão 0.7) (MARCHAND; RATINAUD, 2012). A análise de similitude é baseada na Teoria dos Grafos, e permite, por meio da identificação das coocorrências entre as palavras, identificar a forma como um corpus textual se organiza. O resultado desta análise é um grafo gerado pelo Iramuteq, no qual é possível observar as comunidades organizadas em torno de palavras, sendo essas destacadas por diferentes cores aleatórias (CAMARGO; JUSTO, 2013).

A principal palavra de cada comunidade é chamada de “elemento organizador”, visto a posição que ocupa. A essa estão ligadas diversas outras palavras, que, a depender do calibre do grafo, indicam ligações mais ou menos associada. Se a linha que liga duas palavras é calibrosa, pode se perceber uma elevada frequência de coocorrência entre essas duas, já se a linha que liga dois verbetes é delgada, a frequência de coocorrência entre esses dois é menor.

### 3.3.5 Procedimentos

Para a realização desta pesquisa foi necessária à inserção comunitária no território do Parque da Liberdade localizado na cidade de Redenção-CE. Esta investigação foi realizada em parceria com o grupo de extensão/pesquisa ReaPODERE e com os profissionais atuantes

no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do bairro Parque da Liberdade. Inicialmente foram realizadas as caminhadas comunitárias para apropriação do território e fortalecimento do vínculo com a população do bairro.

E como estratégia de coleta de informações, a inserção comunitária (GOÍS, 2012) se apresentou como primeira etapa. Foi fomentado um mapa da região do bairro Parque da Liberdade pela ReaPODERE e as orientadoras sociais do CRAS com o auxílio da ferramenta do *google maps*, a partir do mapa, foi demarcado a área de atuação e como seria desenvolvida a inserção. Esta inserção comunitária se inicia a partir de caminhadas comunitárias, com o objetivo de compreender a realidade a partir do território e da vivência da atividade comunitária e do diálogo implicado (GÓIS, 2004).

Em seguida, ocorreu a aplicação dos instrumentos quantitativos da investigação da população do bairro supracitado. Esta foi realizada de janeiro a junho de 2019, em dois turnos semanais (4 horas, cada), preferencialmente pela manhã, também tendo turnos a tarde e à noite. A aplicação foi feita em duplas, compostas por um membro da ReaPODERE e um(a) voluntário(a).

Transversal ao processo de aplicação, se deu as supervisões de campo que aconteceram semanalmente com os estudantes vinculados a rede, e esporadicamente com todos os partícipes da pesquisa. Este tinha caráter pedagógico e organizativo das ações realizadas na pesquisa. Após a aplicação ocorreu a sistematização e análise dos dados preliminares obtidos. A partir dos resultados de todos os dados foi construída a sistematização da investigação.

### *3.3.6 Questões Éticas da Pesquisa*

Inicialmente, reforçar-se o compromisso ético-político com os atores e atrizes sociais envolvidos nesse processo investigativo, especialmente, considerando que o tipo de investigação que aqui se propõe diz respeito às trajetórias de vida destes, que se dispuseram a serem partícipes, e através da pesquisa podem ser levados(as) a refletir sobre si e sua realidade (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005).

Foi considerada a resolução de ética na pesquisa 510/2016, que diz respeito às questões éticas de pesquisa com seres humanos, definindo critérios, delimitações, entre outros aspectos referentes à pesquisa com seres humanos que priorizam em seu cerne a vida e a

dignidade humana, e este trabalho de pesquisa seguiu as normas e procedimentos éticos desta resolução.

De tal maneira, o compromisso ético aqui assumido é ampliar os benefícios e minimizar os prejuízos aos participantes da pesquisa, reconhecendo a possibilidade de riscos mínimos e disponibilizando aos mesmos a possibilidade de suporte institucional a partir da parceria estabelecida com a Prefeitura de Redenção – CE (CRESWELL et.al., 2010). Também asseguramos disponibilidade a qualquer momento dos pesquisadores para esclarecimentos sobre quaisquer aspectos da pesquisa.

Os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Contando com uma explicação do propósito da pesquisa, as expectativas que se têm dos participantes da pesquisa, o procedimento que foram realizados com os dados, e também foi garantindo o sigilo e anonimato das pessoas informantes da pesquisa (BREAKWELL, et.al. 2010).

Assim, pontua-se como compromisso a realização da devolutiva dos resultados as instituições parceiras ao projeto, como também aos participantes da pesquisa, que assim desejarem. Por fim, importante pontuar que o compromisso ético e social é transversal a esta pesquisa. Esta foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira), sobre o número de registro CAAE: 89916418.2.0000.5576.

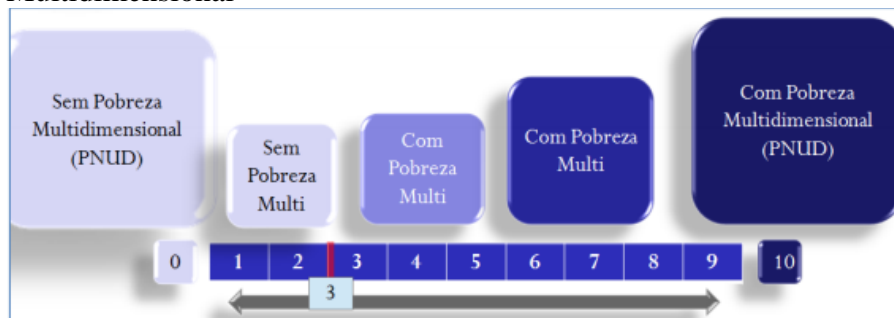
### **3.4 Resultados e Discussão**

Alguns estudos tem pontuado a relevância de estudar as pobrezas a partir de um viés multidimensional (SEN, 2010; MOURA JR, 2015;2012; FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016; FORTINI, 2019; BRASIL, 2014), e nesta construção o Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional, tem sido um dos principais instrumentos utilizados. Uma das possibilidades desse índice é conhecer a partir das dimensões pré-estabelecidas quais são as áreas em que as pessoas têm mais privações e em que níveis de pobrezas estas se encontram (ALKIRE; KANAGARATNAN; SUPPA, 2018).

Desta forma, tem se ampliado as possibilidades de análises sobre as pobrezas facilitando com que estratégias de enfrentamento sejam pensadas a partir das realidades encontradas, tendo em vistas suas fragilidades e potencias (XIMENES, et.al., 2016). Tendo em vista isto, é relevante pontuar que cerca de 42% da população brasileira se encontra em

algum nível de pobreza multidimensional (CEPAL, 2017). A partir dos achados da população em estudo, realizamos análises que apontam para um nível de pobreza multidimensional de 0,2740 e DP=0,10187 (mín. = 0,09 e máx.=0,56). Considerando as diferentes gradações nos níveis de pobreza a amostra estudada estaria na seguinte posição:

Figura 5- Ilustração da divisão de grupos com Pobreza Multidimensional

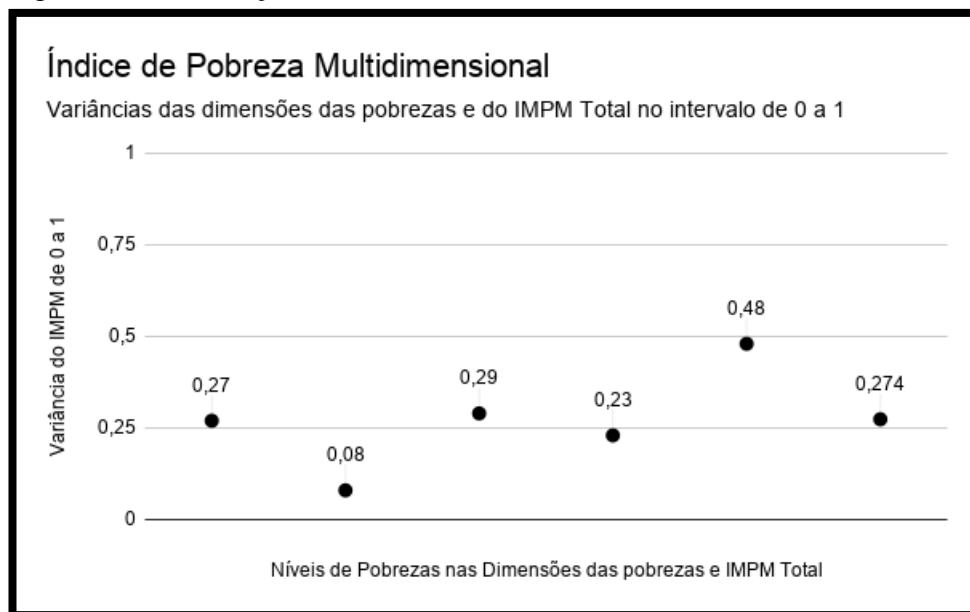


Fonte: MOURA JR (2015).

Para que uma pessoa seja considerada pobre, esta deve pontuar entre 3 e 10, levando em conta as diferentes privações nas dimensões do IMPM (PNUD, 2010). O nosso resultado é aproximadamente 3 (0,274), e vai de encontro aos resultados de outros estudos que também estudavam populações em situações de pobreza e no nordeste do país (MOURA JR, 2015; XIMENES, et. al., 2016; XIMENES, et.al, 2019; SILVA, et.al., 2016). A média destes outros estudos é de 0,26.

Importante salientar que, neste estudo, existem diferenças significativas entre as dimensões que compõe o IMPM. Considerando os resultados a dimensão em que as pessoas estão mais pobres é a “Dimensão Trabalho e Renda” (Nível de Pobreza Multidimensional (NPM = 0,48) enquanto que a “Dimensão Habitação” (NPM = 0,08) é a que as pessoas estão menos pobres. Decidimos apresentar no gráfico a seguir, os níveis de pobreza de cada dimensão, considerando a variância de 0 a 1 (onde quanto mais próximo de 1 mais pobre):

Figura 6 - Distribuição das dimensões da Pobreza (Intervalo de 0 a 1):



Fonte: Própria autora

Legenda	
Nome da dimensão	Níveis de Pobreza
<b>IMPM Total</b>	<b>0,274</b>
IMPM Habitação	<b>0,08</b>
IMPM Saúde	<b>0,29</b>
IMPM Educação	<b>0,23</b>
IMPM Trabalho e Renda	<b>0,48</b>
IMPM Aspectos Psicológicos	<b>0,27</b>

Estas análises apontam para complexidade dos diferentes aspectos das pobreza. A variância das dimensões demonstra que as pessoas se sentem mais ou menos pobres em determinados âmbitos. Um dos fatores que consideramos relevante para pontuar do porque os/as participantes da amostra apontam a “dimensão trabalho e renda” como a mais significativa, pode ser a facilidade com que estas podem conseguir perceber esses aspectos de caráter mais quantitativos (visíveis) da pobreza, geralmente ligados a fatores econômicos (DEMO, 2008; DANTAS, 2013).

Uma outra justificativa se dar a partir das próprias características da população e do território da pesquisa, que se encontram marginalizados e em situações de vulnerabilidade sociais. As oportunidades de emprego em renda geralmente são associadas pelos moradores e moradoras a lugares distantes do território. Apontando para uma fragilidade ao acesso a estas oportunidades.

Alguns estudos, também encontraram resultados semelhantes, e considerando a proximidade entre as características populacionais dos estudos e este aqui presente, pode-se pontuar que há uma tendência do julgamento das pessoas, mesmo numa perspectiva multidimensional, apontarem a falta de renda e de trabalho como bastante significativa (XIMENES et.al., 2019; FORTINI, et. Al., 2019; OTTONELLI; MARIANO, 2014; MOURA JR., 2015).

Souza (2017) aponta que a pobreza econômica afeta todas as outras dimensões de pobreza da vida, e promove um investimento das pessoas, em tal condição, no presentismo. Para este autor, as urgências para garantir a sobrevivência imediata, impede que as pessoas de investir em habilidades e tempo em um futuro, e os obriga a suprir a carência do hoje. Cidade et.al. (2018), também pontuam que uma das facetas mais perversas é o fatalismo, cujo presentismo, é uma das dimensões que afeta diretamente os modos de vidas das pessoas.

Reverberando que as faces menos visíveis das pobreza acabam tendo menor impacto nestas avaliações, pelas próprias concepções dos participantes do que significa pobreza. A própria organização societária capitalista, opressora e desigual fortalece a concepção de pobreza relacionada à fatores exclusivamente econômicos (STOTZ, 2005; DANTAS, 2013). O que reverbera no processo de culpabilização do sujeito pela condição de pobreza (ACCORSI, 2011). As pessoas em situação de pobreza acabam reproduzindo os discursos das classes dominantes que estas são responsáveis pelas misérias, violências e desigualdades vividas (SOUZA, 2017).

Desta forma, investigar as pobreza a partir de uma perspectiva multidimensional, é reconhecer que os sentidos e significados presentes nos discursos das pessoas acerca das pobreza, e desvelar a partir destes, as implicações psicossociais que estes carregam. Reconhecendo a relevância dos aspectos psicológicos das pobreza, que afetam diretamente os modos de vidas das pessoas.

Considerando os “aspectos psicológicos das pobreza”, esta é uma das dimensões que mais sofreram modificações para amostra atual. Foram incorporados itens de outros construtos em busca de termos uma dimensão mais robusta (BEDIN; SARRIERA, 2014; MOURA JR, 2015). Desta forma, questões sobre a satisfação pessoal, humilhação e vergonha foram incorporadas. Numa tentativa de tornar esta dimensão mais fidedigna.

Esta dimensão apresenta médias moderadas de privação, como a dimensão saúde, o que aponta para outros efeitos das pobreza, que não apenas os visíveis (DEMO, 2008).

Entendemos assim, que a dimensão psicológica das pobreza afeta a produção de subjetividades das pessoas que vivem situações de pobreza (GÓIS, 2012). Estes aspectos têm implicações psicológicas as pessoas, pois existem pressupostos societários, que fomentam nas pessoas em situação de pobreza o sentimento de que estas são responsáveis pelas condições de privações vividas (MOURA JR.; XIMENES, 2016).

Desta forma, podemos inferir que as práticas sociais opressoras têm influências nas estruturas sociais, mas também atuam no nível psicológico, afetando diretamente as produções de subjetividades e as liberdades individuais e coletivas das pessoas, as aprisionando numa espiral de enfraquecimento e auto depreciamento, especialmente quando em condições de pobreza (MOURA JR, 2015).

Um dos itens desta dimensão “você se considera: pobre; nem rico e nem pobre; rico”, teve em sua maioria de respostas, 74,4% das respostas ( $M= 0,64$  e  $DP= 0,2341$ ), “nem pobre, nem rico”. As pessoas embora reconheçam não fazerem parte de uma elite, tem dificuldades em se reconhecer no lugar de pobreza, mesmo considerando as evidentes condições sociais vividas. Esta autoidentificação muitas vezes não se torna possível, porque a pobreza é demarcada como o lugar da “ralé de novos escravos” (SOUZA, 2017). Que como pontua Souza (2017), é a classe social que representa o que há de mais baixo numa escala valorativa, e que todas as outras querem distanciamentos, distinção, só reconhecida para o trabalho pesado e barato.

A estigmatização da pobreza é uma das questões mais relevantes a esta temática, visto os efeitos que causam as trajetórias de vidas das pessoas em tal situação (MOURA JR, 2015). Não é surpreendente que nos resultados desta pesquisa tenhamos encontrados tais dados. Não ignoramos as consequências e reverberações de tal autodenominação causa as identidades das pessoas. Não ser rico é socialmente aceitável, especialmente nestes contextos, em que explicações fatalistas e simplistas são comuns. Outrora, se assumir enquanto pobre carrega signos e significados ligados ao fracasso individual, a não competência, ao comodismo que fragilizam as identidades individuais e sociais dos sujeitos.

Outras questões relacionadas a auto percepção de pobreza são os efeitos que Ximenes et.al, (2016) apresenta, sobre a comparação social exercida por estas em relação a outras pessoas (XIMENES, et.al, 2016). Assim, a maior percepção das pessoas em relação a pobreza se daria a partir da comparação com outros e também de como ela se identifica em seu próprio contexto. E tendo em vista o território da pesquisa, as condições de vida entre as



famílias e pessoas moradoras do bairro se assemelha, tal semelhança pode ser um dos fatores para que a grande maioria das pessoas tenham respostas semelhantes sobre sua autopercepção.

Isto pode justificar porque a dimensão habitação tem a média mais baixa entre as dimensões do IMPM (NPM=0,08). Embora os moradores e moradoras consigam perceber deficiências, como a ausência de saneamento básico, coleta de lixo ineficiente e dificuldades de acesso às políticas públicas, especialmente às de saúde, quando questionados sobre as condições de suas residências esta foi a dimensão de menos pobreza multidimensional.

As outras duas dimensões de saúde e educação apresentaram médias expressivas. Sendo que a dimensão saúde tem nível maior de pobreza que o IMPM total (NPM = 0,29), o que aponta para um cenário de mais privação das pessoas nesta dimensão. Esta privação pode ser explicada pela ausência das políticas públicas de saúde no território, que torna mais escasso o acesso das pessoas aos serviços relacionados a esta. Elas precisam se deslocar desta localidade para conseguir acesso a estes. Entendendo que um dos itens avalia o acesso que as pessoas possuem aos serviços, é possível se inferir que estas ausências impactam negativamente nas privações vividas pelas pessoas nesta dimensão.

Ximenes et.al., (2015) tem pontuado que os determinantes sociais da saúde têm impacto sobre as condições de vidas das pessoas. Dantas et.al. (2018) pontua que as intervenções psicossociais para o enfrentamento das pobrezas e vulnerabilidades sociais precisam atuar junto às políticas públicas, numa perspectiva de ampliar o acesso, mas também sobre as pessoas e seus modos de vida, numa perspectiva de facilitar processos de emancipação humana. Inclusive para luta de garantia de direitos. Assim, o fortalecimento desta dimensão envolve aspectos macro e microssociais (DANTAS, et.al., 2018).

A dimensão educação comparada as médias das demais dimensões do IMPM, tem um dos níveis de pobrezas de menor privação (NPM= 0,23), só tendo mais privação comparada a dimensão habitação (NPM=0,08). Consideramos que este resultado é influenciado por uma das características mais presentes do território, que é a proximidade com o campus da UNILAB. Parte da amostra participante é de pessoas que tiveram acesso ao ensino superior a partir da entrada nesta universidade. Tanto de pessoas de fora do bairro que se tornam moradoras pela proximidade com o campus, quanto de moradores(as) que a partir da inserção desta instituição, passam a ter acesso ao ensino superior.

Isto foi possível a partir do processo de ampliação do acesso ao ensino superior fomentado a partir de iniciativas públicas elaboradas e executadas durante a gestão do governo PT, que possibilitou o acesso a esta modalidade de ensino às classes mais pobres (SOUZA, 2017). O que tem sido alvo de críticas das elites brasileiras, que reconheciam as universidades como espaços de privilégio das mesmas. Assim, o acesso à educação tem sido uma possibilidade para fomentar agenciamentos à vida das pessoas, especialmente com a ampliação de políticas afirmativas, que facilitam o acesso às mesmas, representando uma possibilidade real de afrontamento das desigualdades sociais (SEN, 2010; MOURA JR, 2015).

Para tanto, cabe apresentar os resultados obtidos a partir do Índice de Sentido de Comunidade (MOURA JR, et.al., 2019 *no prelo*). A partir da estrutura unifatorial foi possível encontrar o valor de SC com média de itens de 3,00 o que apontou para um nível moderado/alto. (Min= 2,38 e Máx.= 3,43; DP= 0,71). A Escala de Sentido de Comunidade apresentou alpha de Cronbach com o valor de 0,66. Embora o recomendado seja que o valor de consistência interna do construto tenha valor igual ou superior a 0,7 (CRONBACH, 1950). Entendemos que este resultado é aceitável, pois amostras com tamanhos reduzidos, como a que apresentamos, podem afetar o valor do alpha (HAIR, et.al., 2009).

Assim, prosseguimos com as análises. Seguimos o modelo proposto por Moura Jr et.al., (2019 *no prelo*), que propunha a escala unifatorial composta por sete (7) itens. Nesta amostra o fator único tem uma variância explicada de 36,51%. Desta forma, na tabela a seguir estão apresentados os itens, seguidos dos valores de médias, desvio padrão e carga fatorial obtidos a partir da análise fatorial realizada. Os itens foram apresentados em ordem decrescente da maior carga fatorial (0,78) a menor (0,24).

Tabela 3- Descrição dos Itens da IASC

Nº	Item	Média	Desvio Padrão	Carga Fatorial
1	Você espera viver nesta comunidade por um longo período	2,82	1,58	(0,78)
2	É muito importante viver nesta comunidade	3,29	1,13	(0,77)
3	Você se sente em casa nesta comunidade	3,44	0,96	(0,63)
4	Você acha a sua comunidade um bom lugar para viver	3,42	0,91	(0,58)
5	Os seus vizinhos e você querem as mesmas coisas	2,39	1,43	(0,53)
6	Você consegue reconhecer muitas pessoas que vivem na sua comunidade	3,21	1,04	(0,51)
7	Se existir um problema nessa comunidade as pessoas que vivem aqui podem resolvê-lo	2,45	1,48	(0,24)

Podemos a partir de tais resultados que os itens com maior carga fatorial foram, respectivamente, “você espera viver nesta comunidade por um longo período” (0,78); e “é muito importante viver nesta comunidade” (0,77). Estes itens se relacionam à dimensão ligações emocionais compartilhadas do construto teórico de sentido de comunidade, postulado por McMillan e Chavis (1986). Neste sentido, nesta amostra é possível perceber a relevância do sentimento de pertença entre os e as moradoras.

E isto, pode ser um indicativo de que as relações comunitárias entre os mesmos e com a comunidade são próximas (JACOB, 2001). Sendo também uma característica da localização do território, que fica numa região mais interiorana (XIMENES, et.al., 2019). Essa proximidade com o território a partir dessas relações de pertença mais estreitas, pode ser um fator relevante à análise, pois pode demonstrar que estas relações mais fortalecidas possam fomentar movimentos de apoio social comunitário (ESTANISLAU, et.al., 2018; JACOB, 2001).

Se tratando de uma comunidade geográfica, com limites delimitados, onde os e as moradoras conseguem definir o que está dentro e o que está fora da comunidade (MONTERO, 2003; GÓIS, 2012), é relevante pontuar que nestes contextos o sentido de comunidade tem tido melhores resultados (MOURA JR, *no prelo*, 2019). Isto pode ser justificado, pois segundo Câmara (2008), em territórios geográficos, especialmente com características predominantemente rurais, as relações de vizinhança entre os e as moradoras são mais estreitas e fortalecem os modos de vida comunitários.

Quando aproximamos e assumimos a influência que o sentido de comunidade sofre do contexto em que está situado, afirmamos que o mesmo, pode variar de acordo com o lugar em que está situado. E temos percebido que considerando os contextos de pobreza, vulnerabilidades e violências com diferentes características territoriais têm se percebido variâncias no sentido de comunidade (XIMENES, et.al., 2019; PETERSON et.al., 2006; LONG; PERKINS, 2003; OBST; WHITE, 2004).

Assim, discutir o conceito de comunidade e sentido de comunidade a partir de um lugar situado em um tempo e espaço e considerando as características psicossociais do lugar é importante para análises que visem o sentido de comunidade como facilitador de mudanças sociais (GÓIS, 2005; GONZÁLEZ, 2014). Pois o próprio território serve como balizador das condições de vidas, vulnerabilidades, potências e das possibilidades de transformação social

(JACOB, 2001). O que nos aproxima da discussão de sentido de comunidade relacionada às realidades sociais vividas que temos defendido neste trabalho. Um construto que pode ser um indicador para possíveis intervenções psicossociais, pois representa a dinâmica comunitária e as relações de proximidades e/ou distanciamentos produzidos dentro e a partir do território.

Assim, há uma possibilidade de tomada de consciência das pessoas sobre suas realidades vividas, a partir da compreensão das relações sociais partilhadas e da influência das mesmas sobre os modos de vida produzidos neste território (SIMON; SILVA, 2008). A abertura para o reconhecimento das relações amorosas e positivas que podem fortalecer o tecido social, especialmente em contextos de pobreza (SARRIERA, et.al., 2016). Como também, o conhecimento e enfrentamento das condições de opressões vividas não como questões individuais e/ou descontextualizadas, mas como fruto das estruturas sociais classistas, racistas e desiguais em que vivemos, que operam sobre a comunidade e sobre as pessoas que a constituem (MAYORGA, 2014; GÓIS, 2004).

Este enfrentamento para uma consciência crítica (GÓIS, 2012) pode fortalecer agenciamentos (SEN, 2010) para o enfrentamento das pobreza, e conseqüente, mudanças nas realidades sociais (MONTERO, 2003). Desta forma, o sentido de comunidade precisa ser combativo e conectado a uma concepção comunitária que perpassa a dicotomia entre sujeito e sociedade, numa perspectiva mais relacionada ao *nosotros*, onde a coletividade fortalece relações mais humanitárias, equânimes e para a justiça social (GUARESCHI, 2014; GONZÁLEZ; LUNA, 2014).

Os itens também incluem questões sobre pertença, influência e cumprimento de necessidades que são aspectos relevantes para o construto (MCMILLAN; CHAVIS, 1986). Entendemos que embora neste instrumento não tenha sido possível apresentar o construto a partir de quatro fatores, como pressupõe a teoria. Os itens que os constitui dialogam com os mesmos. Assim, quando apresentamos a escala unifatorial, reconhecemos que há elementos das dimensões de sentido de comunidade que há constitui.

Existem estudos que apresentaram resultados semelhantes (LONG; PERKINS, 2003; LARDIER JR, et.al., 2018; LOOMIS; WRIGHT, 2018), e que entendem que esta mudança na estrutura fatorial, pode ter influência das características das amostras, da maneira como os itens são descritos, pois itens descritos de forma negativa têm mostrado impacto nas respostas (PETERSON; SPEER; HUGHEY, 2006; PILOTTE; GABLE, 1990; SCHMITZ; BAER,

2001). E estas explicações têm apontado para a necessidade de discutirmos mais sobre o construtor sentido de comunidade sobre o ponto de vista teórico e empírico.

Para Loomis e Wright (2018) há indícios de que existam ao menos duas formas de sentido de comunidade, e esta pode ser uma das justificativas para encontrarmos diferentes resultados e fatores para a mesma. Para estes autores como a própria comunidade é um construto processual e complexo o sentido desta também sofre alterações de acordo com as mudanças nas configurações comunitárias, sendo as mais significativas as comunidades com características predominantemente: relacionais e geográficas (LOOMIS; WRIGHT, 2018).

Peterson, Speer e Hughey (2006), também perceberam estas diferenciações, e apontam que para comunidades com características predominantemente relacionais, a estrutura unifatorial tem tido mais êxito, do que a estrutura de quatro fatores. Desta forma, pode ser que as pessoas se vinculem de diferentes formas a comunidade (LOOMIS; WRIGHT, 2018). Jacob (2001) reconhece que nas atuais configurações sociais em que vivemos, temos a possibilidade de participar de múltiplas comunidades e desenvolver sentidos de comunidades distintos sobre as mesmas.

Assim, torna-se relevante uma discussão mais profunda sobre o conceito de sentido de comunidade. E acreditamos que uma possibilidade de compreensão sobre ele, é analisar o contexto comunitário ao qual este se vincule. Pois numa perspectiva de conhecimento dialógica a própria comunidade pode apresentar a partir de suas vivências o que compreende por sentido de comunidade. E este, emergindo das realidades concretas das pessoas pode ser fator de proteção social (GÓIS, 2005).

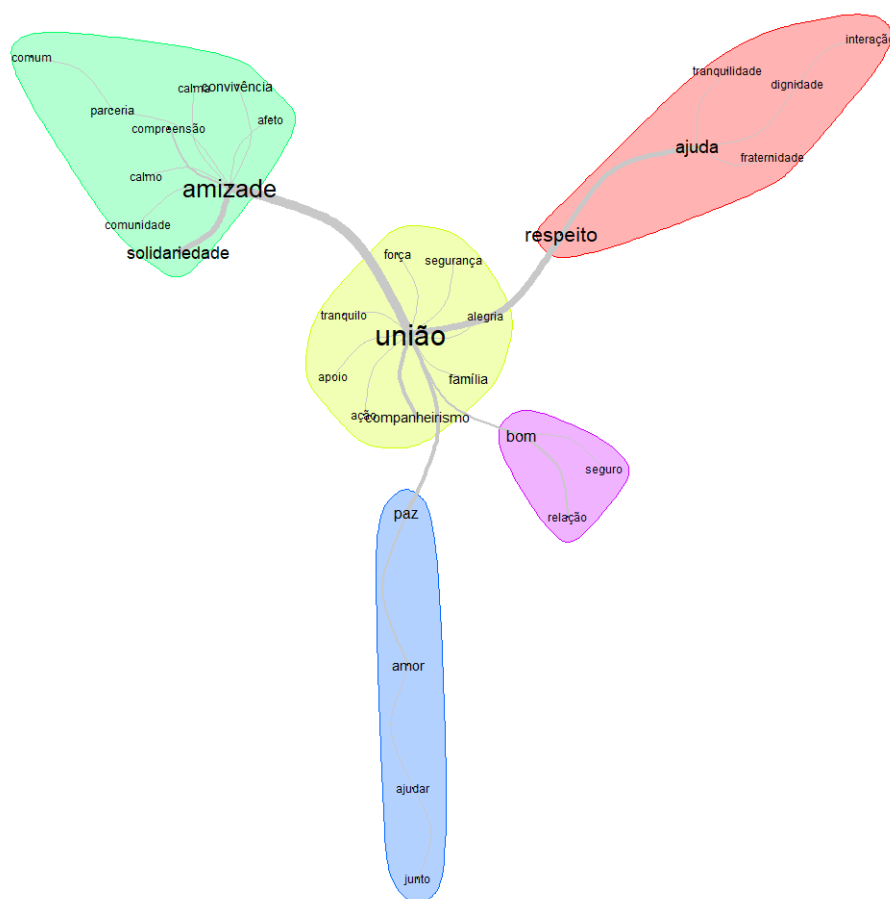
Desta forma, entendemos o sentido de comunidade como um construto que emerge e se fortalece a partir das relações comunitárias do próprio território. Compreendemos que mesmos comunidades com características mais relacionais, tem sentido de pertença, e este delimita o que está dentro e o que está fora da comunidade, sendo também uma delimitação geográfica (MARANTE, 2010). E quando consideramos territórios, como o da pesquisa, que tem características menos urbanas e em contextos de pobreza, é possível perceber que as condições de vida também interferem na percepção de sentido de comunidade (SARRIERA, et.al., 2016; XIMENES, et.al., 2019).

Desta maneira, consideramos que uma discussão de sentido de comunidade precisa dialogar com as realidades concretas, e apontar caminhos para a mudança social (GÓIS, 2005). E que neste processo as pessoas e a comunidade são protagonistas. É preciso

considerar o que o sentido de comunidade emerge das pessoas a partir de suas vivências, sentimentos e sensações experienciadas com e no território. Assim, consideramos relevante refletir a partir da própria comunidade e do que ela percebe enquanto sentido de comunidade.

Para isto, foi questionado aos participantes, a partir da pergunta: “Por favor, diga cinco palavras sobre o que você pensa ser sentido de comunidade?”, o que eles e elas entendiam sobre o mesmo. Com os resultados obtidos foi realizada uma análise de similitude com o auxílio do software *iramuteq*. Como resultado desta análise surge a figura abaixo, que apresenta as principais palavras apontadas pelos participantes e como estas se relacionam. Assim ao centro da comunidade aparece a palavra “união” que se liga: a “respeito”, que se liga a ajuda; “amizade”, que se liga a solidariedade; a “bom” que se liga a “relação”; e “paz” que se liga a “amor”.

Figura 7 - Análise de Similitude sobre o Sentido de Comunidade



Fonte: Software Iramuteq a partir da análise de similitude

Desta forma, o sentido de comunidade pode dar pistas sobre os significados que as pessoas dão a comunidade, sobre a dinâmica da mesma e suas características, como também,

sobre as estratégias de enfrentamento de problemas. A partir da figura é possível perceber a predominância de características positivas e relacionais. Entendemos que a relação positiva com a comunidade pode auxiliar nos processos de fortalecimento de identidades individuais e comunitárias para a participação social (SARRIERA, et.al., 2016).

Chama a atenção que o elemento centralizador da análise é a palavra “união”, o que pode ser um indicador que as relações comunitárias neste contexto são próximas, pois as ligações desse elemento também são palavras que se conectam com essa perspectiva. Neste sentido, a atuação neste contexto deve considerar estes resultados, que podem indicar a existência de relações comunitárias de solidariedade que podem ser facilitadoras de um processo de participação social (FREITAS, 2015).

O movimento a que nos propormos também, é de pensar o sentido de comunidade a partir e com as pessoas, possibilitando que as mesmas possam inferir sobre o mesmo. Assim, os e as participantes podem ler a si mesmos e a sua comunidade a partir do próprio referencial construído a partir dos seus significados e vivências históricas (MARTÍN- BARÓ, 2009). O que dialoga com uma perspectiva desse construto ligada à expressão de *nosotros* (GONZÁLEZ; LUNA, 2014).

O que pode nos dar abertura para um processo de tomada de consciência comunitária, que reconhecendo a centralidade da dinâmica comunitária, possa reconhecer e afrontar os processos de opressão, dominação e exclusão aos quais são afetados (GUARESCHI, 2009). Tornando-se sujeitos de transformação e fortalecimento do tecido social comunitário, tal como das próprias identidades individuais (GÓIS, 2004).

Contudo, entendemos que embora a comunidade em estudo tenha potencialidades, dentre as quais, torna-se evidente as relações comunitárias próximas. Estamos falando de um território que também enfrenta iniquidades sociais, com ausência e/ou ineficácia de acesso a diversas políticas públicas, ao saneamento básico, dentre outras, que tornam relevante investigarmos sobre a relação entre as pobreza e o sentido de comunidade.

Para isto, realizamos análises de correlação entre sentido de comunidade e as dimensões do Instrumento de Mensuração de Pobreza Multidimensional. Essas análises levaram em consideração tanto o valor total do IMPM, como as dimensões que o compõe, afim de ampliar as possibilidades de análises entre as relações possíveis entre o sentido de comunidade e as pobreza. Desta forma, apresentamos a tabela a seguir:

Tabela 4 – Correlação entre Sentido de Comunidade e as Dimensões da Pobreza

Análise de Correlação entre Sentido de Comunidade e as Dimensões da Pobreza						
	1.SC	2.DS	3.DE	4.DH	5.DTR	6.AP
1.Sentido de Comunidade	–					
2. Dimensão Saúde IMPM	- 0,03	–				
3. Dimensão Educação IMPM	0,17*	0,02	–			
4. Dimensão Habitação IMPM	- 0,29**	0,16	- 0,06	–		
5. Dimensão Trabalho e Renda IMPM	- 0,14	0,18	- 0,02	0,26**	–	
6. Dimensão Aspectos Psicológicos IMPM	- 0,39**	0,04	- 0,15	0,22**	0,44**	–
7. IMPM Total	- 0,16	0,43**	0,52**	0,39**	0,70**	0,50**

\*A correlação é significativa no nível 0,05 [ $p < 0,05$ ]

\*\* A correlação é significativa no nível 0,01 [ $p < 0,01$ ]

O resultado da correlação entre Sentido de Comunidade e o índice total do IMPM não é estatisticamente significativa ( $r = - 0,16$ ;  $p = 0,07$ ). Considerando que o IMPM é um compilado das médias das dimensões das pobreza, cada dimensão atua de forma distinta sobre o sentido de comunidade, e é a partir destas relações que vamos prosseguir essa investigação. Importante considerar que só é possível aprofundar esta relação entre sentido de comunidade e pobreza, porque partimos de uma concepção multidimensional. Assim, pontuamos que duas das cinco dimensões não apresentaram correlação estatisticamente significativas com o sentido de comunidade, sendo as mesmas: saúde ( $r = - 0,03$ ;  $p = 0,69$ ) e trabalho e renda ( $r = - 0,14$ ;  $p = 0,09$ ).

Foi realizada também uma regressão linear, a dimensão habitação ( $\beta = -0,23$   $t = -2,58$ ;  $p = 0,01$ ) e os aspectos psicológicos da pobreza ( $\beta = -0,31$   $t = -3,50$ ;  $p = 0,001$ ) compõe o modelo explicativo do sentido de comunidade, com poder explicativo de 16% da variância [ $F(2, 104) = 11,29$ ;  $R = 0,17$ ;  $R^2 = 0,16$ ]. Levando em consideração o sinal negativo de beta nas suas variáveis, pode-se perceber que as dimensões explicam negativamente o sentido de comunidade.

Uma das justificativas possíveis para tal resultado é que a comunidade em questão não relaciona diretamente as questões de saúde, trabalho e renda ao contexto comunitário, e sim como causas externas, especialmente relacionadas à falta de acesso as políticas públicas, a má gestão municipal e as poucas oportunidades de emprego que o município oferece. Isto implica também sobre as próprias concepções de saúde, que pode ser algo a ser melhorado no instrumento. Pois os itens que o compõe neste momento, falam de um processo de saúde e



adoecimento atrelado ao acesso ou não acesso à serviços de saúde e outras duas questões que falam de aspectos biológicos, da presença ou ausência de uma enfermidade.

Neste sentido, os processos de adoecimento tratados, falam do cotidiano, mas de situações extremas (desnutrição e morte de crianças e/ou adolescentes), que são passíveis de ocorrer, especialmente em contextos de pobreza, mas que não tem tanta prevalência quanto outros adoecimentos também nessas condições, como as doenças negligenciadas, cujo as causas estão atreladas as condições de vida em situações de pobreza.

E para além do enfoque biológico e do próprio acesso ou não à serviços de saúde, que obviamente são relevantes, esta discussão precisa incluir itens que integre outras perspectivas de saúde, que a entendam como um processo complexo, que envolve vários fatores para sua manutenção, produção e/ou perda (XIMENES, et.al., 2015). Assim, torna-se necessária a inclusão de novos critérios que dialoguem mais profundamente com as realidades vividas, especialmente considerando aspectos das práticas de saúde comunitária. Contudo, a própria inserção comunitária aponta para uma concepção de saúde da população relacionada a ausência de doenças. Neste sentido, investigar e aprimorar esta dimensão pode auxiliar para investigações futuras.

Em relação a dimensão trabalho e renda, esta apresentou a maior média das dimensões do IMPM, mas não apresenta correlação estatisticamente significativa com o sentido de comunidade. O que pode pontuar que nessa amostra as questões relativas a esta dimensão não se relacionam com as questões de sentido de comunidade. Para aprofundar as investigações acerca dessa relação, também foram realizadas análises anova de *Bonferroni* para comparar a variável sentido de comunidade com a renda familiar (Item: Qual o valor aproximado da sua renda familiar (somatório da sua renda com a renda das pessoas que moram com você) mensal?). Verificou-se que não há efeito significativo [ $F(3, 122) = 0,99; p = 0,398$ ].

Este resultado corrobora o já apresentado na análise de correlação, que pontua que o sentido de comunidade não tem relação significativa, matematicamente falando, com a renda. Porém, chama atenção que esta mesma dimensão tenha correlação estatisticamente significativa com outras duas dimensões do IMPM, sendo as mesmas: habitação ( $r = 0,26; p = 0,00$ ) e aspectos psicológicos das pobreza ( $r = 0,44; p = 0,00$ ).

A correlação entre estas três dimensões, é estatisticamente significativa. O que significa que quanto mais privações se tem na dimensão trabalho e renda mais privação também é perceptível nas dimensões dos aspectos psicológicos das pobreza e habitação. Isto, pode ser

explicado, pois como já foi apontado a dimensão Trabalho e Renda sinaliza os aspectos mais visíveis das pobrezaas, que podem também ser observados a partir das condições de moradia, pois se liga as questões materiais. Como também já discutido a autopercepção das pessoas como pobres, e seus aspectos psicológicos, se relaciona com as questões dessa dimensão TR, por vezes, se apresentando como a representação da própria pobreza.

O que fomenta nossas discussões que as pobrezaas têm aspectos objetivos e subjetivos e que estes se relacionam (XIMENES, et.al., 2016; ESTANISLAU MOURA JR, 2012; 2015; ACCORSI; SCARPARO, 2019; MOURA JR; ALMEIDA SEGUNDO; BARBOSA, 2019). Assim, as pobrezaas apresentam os dois aspectos, e se correlacionam positivamente. Entendemos então a relevância de conceituar as pobrezaas enquanto uma questão psicossocial com implicações aos modos de vidas das pessoas (DANTAS, et.al, 2018; CIDADE, et.al., 2019; MENDES; RONZANI; PAIVA, 2019; CIDADE; SILVA; XIMENES, 2019).

Podemos inferir também que os aspectos psicológicos das pobrezaas têm mais impactos no sentido de comunidade desenvolvido por esta comunidade, e isto pode apontar para a relevância desses aspectos nas potências de mudança e ação das pessoas para com a comunidade. Góis (2004) aponta estes aspectos como uma das questões que despotencializam as pessoas para uma perspectiva de atividade comunitária. Nestes cenários, os sofrimentos psicossociais enfraquecem os indivíduos, os aprisionando numa espiral de autodepreciação e subordinação (MOURA JR, 2015).

Souza (2009) também aponta que a cultura de classe provoca nas pessoas em situação de pobreza um sentimento de incapacidade e resignação frente as estas condições. Como se estas condições fossem forças praticamente indestrutíveis e que só podem ser vencidas a partir de esforços pessoais, numa perspectiva meritocrata. Estas perspectivas individualistas sobre as causas e as possibilidades de mudanças das condições de pobrezaas, enfraquecem os movimentos comunitários, além de não realizar uma crítica consistente das causas das pobrezaas.

Neste sentido, tornam-se ainda mais relevante as intervenções psicossociais, que consideram as pobrezaas por um conceito multidimensional. Tendo em vista este contexto específico, é notório que ações baseadas exclusivamente em aspectos relacionados ao trabalho e renda, podem não fortalecer diretamente a comunidade. Contudo, é perceptível também que intervenções nos aspectos psicológicos podem gerar impactos positivos não só a

comunidade, como também nas invenções de novas possibilidades de atuação. Conectando inclusive questões de trabalho e renda, a própria dinâmica comunitária.

Confluindo assim, para o fortalecimento da capacidade de agência das pessoas e da comunidade, que envolve questões mais complexas do que a ausência de poder econômico (SEN, 2010). As agências são as capacidades de ação que as pessoas podem ter de agir sobre as suas realidades (MOURA JR, 2015). Assim, o reconhecimento dos impactos psicossociais das pobreza, para além de uma questão mais monetária, pode facilitar estratégias de resistências. O que corrobora com os pressupostos de McMillan e Chavis (1986) sobre o sentido de comunidade, reconhecendo as influências que este sofre dos territórios, das condições de vida, do acesso que as pessoas possuem ou não, à bens e serviços. E que influenciam os modos de vida e atuação que as mesmas desenvolvem dentro da comunidade.

Quanto a relação com a dimensão habitação, ela é possível de se perceber visto que as condições de habitação se relacionam as condições de trabalho e renda (OTTONELLI; MARIANO, 2014). É perceptível que com melhores condições de renda é possível aumentar o acesso a habitação. Inclusive é um indicador positivo para menor privação, ter acesso a moradia própria e a bens de consumo, que tem uma de suas vias de acesso as questões socioeconômicas (IBGE, 2017).

Além disto, uma das possíveis explicações para este resultado entre a dimensão habitação e o sentido de comunidade, tendo a habitação impacto negativo sobre o mesmo, seja que possivelmente habitações precárias podem ter estigmas mais fortes, isso pode levar a um isolamento social e não ter uma vinculação muito forte com o sentido de comunidade (MOURA JR, 2015).

Assim, embora a dimensão de trabalho e renda não tenha correlação estatisticamente significativa com o sentido de comunidade, ela apresenta correlação significativa com outras dimensões das pobreza que possuem correlação estatisticamente significativa. Entendemos então, que um dos fatores que podem ter interferido nesta questão é que as pessoas não reconhecem à comunidade enquanto espaço de produção de trabalho e renda, embora reconheçam os efeitos que estes têm sobre a mesma. Isto pode se dar, porque boa parte da comunidade não trabalha na mesma, e suas fontes de renda são externas ao território.

Desta forma, reconhecemos a complexidade das relações entre sentido de comunidade e pobreza multidimensional, que neste estudo apresentou três dimensões estatisticamente significativas, sendo as mesmas: habitação ( $r = - 0,29$ ;  $p = 0,00$ ); aspectos psicológicos das

pobrezas ( $r = -0,39$ ;  $p = 0,00$ ) e educação ( $r = 0,17$ ;  $p = 0,04$ ). Sendo que das mesmas, só a educação é correlação positiva.

Para averiguar de forma mais aprofundada foram realizadas análises de variância ANOVA para comparar a variável sentido de comunidade com a escolaridade (Item: Você estudou?). Verificou-se que há efeito significativo [ $F(4, 123) = 7,49$ ;  $p < 0,001$ ]. Este resultado corrobora o já apresentado na análise de correlação, que pontua que o sentido de comunidade tem relação com o nível de escolaridade.

A partir da análise dos *Testes Post Hoc* Bonferroni foi possível verificar que o grupo “3<sup>a</sup> ano ou curso superior (Ensino Médio ou Ensino Superior Completo)”, é o único que apresenta diferença significativa em relação aos outros grupos para variável dependente de sentido de comunidade. Entre os demais grupos não há diferenças significativas. Sendo os mesmos: “não estudou” ( $M = 3,34$ ;  $DP = 0,38$ ); “Até o 5<sup>a</sup> ano (Ensino Fundamental Incompleto)” ( $M = 3,29$ ;  $DP = 0,67$ ); “Do 6<sup>a</sup> ao 9<sup>a</sup> ano (Ensino Fundamental Incompleto ou Completo)” ( $M = 3,51$ ;  $DP = 0,34$ ); “Do 1<sup>a</sup> ao 2<sup>a</sup> ano (Ensino Médio Incompleto)” ( $M = 3,34$ ;  $DP = 0,38$ ).

Importante pontuar que o grupo “3<sup>a</sup> ano ou curso superior (Ensino Médio ou Ensino Superior Completo) apresenta a menor média em relação aos demais grupos ( $M = 2,72$ ;  $DP = 0,71$ ). Desta forma, as pessoas que compõe este grupo têm menor sentido de comunidade em comparação com os demais grupos. O que aponta para o resultado que com mais escolaridade, menos sentido de comunidade se apresenta.

Ximenes et.al. (2016) pontuou que em cenários em que havia baixo nível educacional o sentido de comunidade era mais alto, em comparação a outros territórios com melhores resultados nessa dimensão. O que corrobora com os achados deste estudo, que aponta que com mais privação na dimensão educacional mais sentido de comunidade a população em estudo tem.

Góis (2005) também pontua que essa relação alta entre a baixa escolaridade e o sentido de comunidade é possível de ser explicada também a partir do reconhecimento que nestes cenários há presença do tipo de consciência pessoal mágica ou semi-transitiva, que acaba sendo um fator protetivo a comunidade. Pois provoca a adesão das pessoas a ideias simplistas que explicam o porquê de as pessoas passarem por determinadas situações de privações.

Um poeta cearense, Patativa do Assaré, traduz em muitos dos seus versos os efeitos que estas explicações mágicas provocam sobre as pessoas em condições de pobreza. Em uma das suas poesias mais conhecidas “Caboclo Roceiro”, Patativa denuncia a necessária análise das estruturas de poder opressoras como causas das pobreza, e não as explicações mágicas, que apontam causas divinas e/ou a culpabilização das pessoas como causas das iniquidades a que estas são subordinadas.

Nesta perspectiva alienadora as condições opressoras funcionam para conformar as pessoas as estas condições, e as ideias de que é a “a vontade de Deus” e/ou de que “Deus quis assim” são fortalecidas nos imaginários das pessoas. Como pode ser visto nos seguintes versos da citada canção de Patativa: “Tu pensas, amigo, que a vida que levas/ De dores e trevas debaixo da cruz/ E as crides constantes, quais sinas e espadas/ São penas mandadas por nosso Jesus/ Julgando que Deus é um pai vingativo/ não vês o motivo da tua opressão”.

Essa forma de alienar é uma maneira de fortalecer as relações opressoras entre as classes. Porque ao passo que torna justificável e aceitável as condições de desigualdades e opressões, também aponta como causas uma divindade que não pode ser questionada e/ou indagada sobre suas decisões e a própria culpabilização das pessoas, que nestes cenários, são merecedoras, em alguma medida, destas condições. Para Souza (2017, p.83) essas formas de opressão e dominação são uma “[...] continuação da escravidão com outros meios que se utilizou e se utiliza da mesma perseguição e da mesma opressão cotidiana e selvagem para quebrar a resistência e a dignidade dos excluídos”.

Não havendo uma discussão profunda sobre as estruturas de poder opressoras, os privilégios não são questionados, pelo contrário, há um processo de culpabilização das pessoas pelas próprias iniquidades vividas (MOURA JR, ALMEIDA SEGUNDO, BARBOSA, 2019; MOURA JR, 2015). O sistema de capital opressor se beneficia das próprias privações que produz. Uma vez que a privação na dimensão educação, diminui e/ou impede o acesso das pessoas ao capital cultural, que para Souza (2017), é o capital mais importante, pois define as chances de sucesso de qualquer pessoa, imprescindível para a mudança e/ou manutenção do sistema de privilégios. Assim, Nepomuceno (2013, p.71) aponta que:

O sofrimento surge das situações de opressão vividas, geradoras de humilhação e agrava-se pela culpabilização do pobre, o que conduz a sentimentos de vergonha, pois se a pobreza existe por responsabilidade exclusiva dos sujeitos, por sua condição de inferior, de incapaz, a estes não lhe resta outra opção a envergonhar-se desta.

Assim o sujeito se torna o responsável pela situação em que vive a desigualdade social, as situações opressoras, são de responsabilidade deste, que seja por castigo divino e/ou por incapacidade é renegado a este lugar. Tendo ainda a vergonha de ocupá-lo e ser culpado por isto, cabendo a este aceitar este lugar vergonhoso. Dantas (2013) pontua também que o papel social do pobre ainda acarreta o de responsabilização pela sua própria situação de pobreza. Moura Júnior (2012) considera também, que a pobreza acarreta formas de constituição de identidade opressoras, que reproduzem práticas discriminatórias, fortalecem e mantém as condições opressoras existentes, e debilita as potencialidades dos indivíduos frente a estas.

Desta forma, uma das possibilidades de resistência e afrontamentos a tais situações seria o investimento nesse capital cultural e, por conseguinte, na dimensão educação. Que tornaria possível o reconhecimento das estruturas de dominação e opressão que favorece esse sistema de classes perversos, facilitando processos de tomada de consciência e resistências. Sendo necessário que este processo esteja atrelado a uma consciência crítica (GÓIS, 2005), pois se for tomado por questões individuais corre o risco de ser visto a partir de um ponto de vista meritocrático e capitalista. Onde as pessoas que alcancem este capital cultural reconheçam o mesmo descolados de suas realidades. Assim, torna-se relevante o vínculo com o sentido de comunidade nesta dimensão que reconheça esse capital cultural atrelado aos modos de vida cotidianos comunitários.

Neste sentido, a produção do saber e do conhecimento precisa dialogar com as realidades vividas. Seria então, uma produção contra hegemônica, já que reconhecemos que existem produções de saber que não possuem uma perspectiva libertadora. Segundo Grosfoguel (2016), o privilégio dos homens ocidentais, especialmente europeus e norte-americanos, sobre a produção de conhecimento científico, vem produzindo um 'epistemicídio' que desqualifica a produção de conhecimento advindas de outras vozes críticas ao projeto colonial, e produz uma injustiça cognitiva e o processo que ele denomina de racismo/sexismo epistêmico.

Assim, rompe-se com a ideia de uma epistemologia neutra, pelo contrário, há a defesa que a produção do conhecimento afiliada a projetos patriarcais/coloniais/ imperiais invisibiliza outras formas de produção de conhecimento, sendo uma das mais importantes problemáticas contemporâneas (BALLESTRIN, 2013). Desta forma, as formas de dominação ocidental capitalista, perpassam não apenas a produção de conhecimento, mas as próprias

estruturas sociais. Pois as teorias científicas são baseadas na experiência e concepção de mundo, oriundas de espaços sociais particulares de privilégio e poder. (GROSFOGUEL, 2012).

Para tanto o acesso à educação precisa ser mediado a uma perspectiva libertadora, pois quando a esta não liberta, ela serve à opressão (FREIRE, 2003). Candau (2017) discorre sobre a relevância da educação ter uma perspectiva intercultural que fomente processos de denuncia das diferentes formas de discriminação racial nas realidades latino-americanas e o combate da ideologia da “democracia racial”, que passa a falsa ideia de igualdade entre os diferentes grupos e classes, numa relação de cordialidade que invisibiliza as violências e desigualdades sociais vividas pelos mesmos.

Assim, entendemos que a educação está para além do ensino formal, perpassa o desejo de mudança nos modos de vida, a partir do afrontamento das formas de discriminação e subordinação dos povos oprimidos. Inclusive de questionar os saberes cristalizados que temos sobre os modos de produção de trabalho, conhecimento, cultura, saberes e de vida e sobre as “ditas verdades”, que nos aprisionam numa espiral de pessimismos e acomodação as desigualdades vividas, numa clara intenção de manter as estruturas de privilégios e poder vigentes (GROSFOGUEL, 2016).

Desta forma, termos uma correlação estatisticamente positiva entre sentido de comunidade e a dimensão educação, pode apresentar um caminho para fomentar estratégias de resistências. Inclusive de pensar a construção de sentido de comunidade conectada a perspectiva de *nosotros*, que reconhece a produção de saber atrelada aos modos de vida e como potência transformadora das relações sociais e de classe (GONZÁLEZ; LUNA, 2014).

Pois pode provocar um movimento de tomada de consciência coletiva, que favoreceria o reconhecimento das estruturas de dominação e opressão vividas, como também as resistências ao mesmo (GONZÁLEZ, 2014). Resistências estas que perpassam as diferenças étnicos raciais, culturais, sociais, de classe e de gênero que compõe o tecido comunitário. Numa perspectiva de produção de modos de vida para a libertação (MARTÍN-BARÓ, 2009).

O sentido de comunidade neste sentido, reconhece as situações de marginalização, pobreza e violências e intervém sobre os mesmos. A comunidade emerge como centralidade para as mudanças sociais e não apenas como consequência das mesmas. Isto quer dizer, que embora se reconheçam as influências das estruturas macrossociais sobre as comunidades,

especialmente as marginalizadas, há também o reconhecimento que estas comunidades possam tomar decisões para a mudança social a partir de processos de resistências. Nesta perspectiva o sentido de comunidade também se alia ao conceito de bem-viver que para Acosta (2016, p.29):

O Bem Viver – enquanto filosofia de vida – é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas.

Assim, as intervenções teriam como foco a comunidade, à reconhecendo como histórica, cultural, plural, num determinado território e com diferentes relações sociais (GÓIS, 2005). A comunidade seria então, um espaço de discussão, de consensualizar, produzir e aplicar resoluções aos efeitos das violências, discriminações e desigualdades sociais (ESTANISLAU, et.al., 2018). As visões excludentes de desenvolvimento, que sustentam as relações de privilégios e poder seriam afrontadas e as práticas de subversão e dominação subvertidas, a partir do fortalecimento das capacidades de refletir, pensar, propor, agir, indignar, afrontar e resistir a estas práticas e relações (ACOSTA, 2016).

Pois intervir sobre as pobrezaas, especialmente considerando o contexto latino-americano, é reconhecer que a mesma é atravessada pelos marcadores sociais da diferença de raça, etnia e gênero, e que uma perspectiva de resistência a mesma precisa reconhecer estas características e atuar sobre uma égide de interculturalidade crítica conectada as exigências dos tempos atuais (CANDAU, 2017).

Diante das relações estabelecidas entre as dimensões do IMPM e o sentido de comunidade, procedeu-se com a realização de uma regressão linear, com o intuito de identificar quais dessas apresentam poder explicativo. Levando em conta o caráter exploratório dessa análise, optou-se pelo método *backward* (retroceder), o resultado é o modelo com maior poder explicativo da variável dependente.

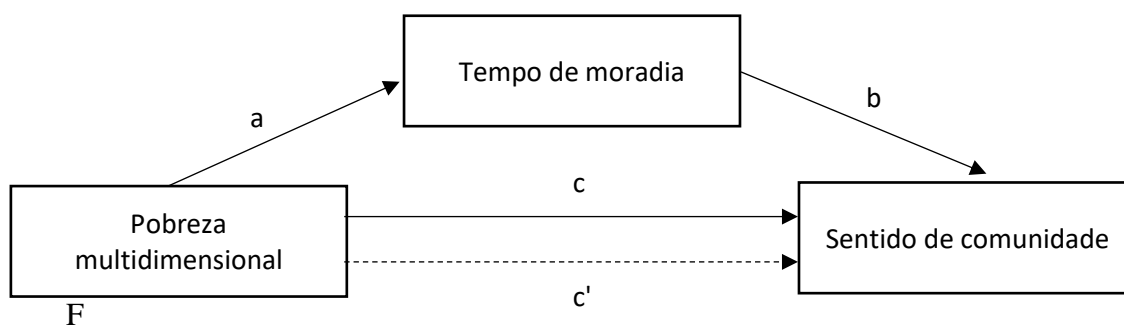
Diante desses resultados, levando em consideração o apontado pela literatura (LOOMIS; WRIGHT, 2018; LONG; PERKINS, 2003; TARTAGLIA, 2006), buscou-se verificar a possibilidade do tempo de moradia na comunidade atuar como mediador da relação entre as dimensões do IMPM e o sentido de comunidade. Na Figura 4 pode ser visto o diagrama de caminhos do modelo de mediação a ser testado. A letra “a” indica o coeficiente padronizado de regressão ( $\beta$ ) da pobreza multidimensional relação a variáveis critério, tempo de moradia. Por sua vez a letra “b” representa o coeficiente padronizado de regressão ( $\beta$ ) do



mediador para a variável dependente no modelo, ou seja, do tempo de moradia para o sentido de comunidade. Já “c” retrata o efeito direto da regressão, isto é, o quanto a variável independente é capaz de prever a variável dependente sem a presença das variáveis mediadoras, para esse modelo, o quanto a pobreza multidimensional é capaz de prever o sentimento de comunidade. Por fim, “c’” (c linha) indica o efeito indireto da relação entre a variável independente e a dependente, na presença das variáveis mediadoras.

De acordo com Jose (2013), pode-se afirmar que há mediação quando o valor de “c” é maior que o de “c’” (c linha), e para verificar a precisão desta informação, é apresentado o intervalo de confiança (IC). Desta forma, em casos onde o IC inclui o zero (0), ou está muito próximo desse, pode-se dizer que não há mediação, para todos os outros indicadores é possível observar a significância estatística.

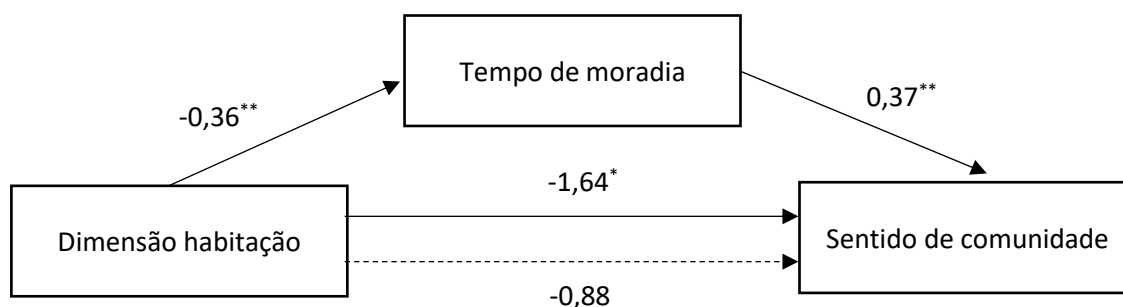
Figura 4 – Exemplo explicativo do modelo de mediação



Fonte: Própria Autora

Visto que apenas duas dimensões do IMPM apresentaram poder explicativo significativo, foram realizadas duas mediações utilizando o PROCESS macro desenvolvido por Andrew Hayes (2017, disponível em [www.processmacro.org](http://www.processmacro.org)), tomando como base o modelo 4, modelo de mediação. Com isso, se empregou a estimação por *bootstrap*, contando com 5.000 simulações com intervalo de confiança de 95%, para verificar os efeitos direto e indiretos no presente modelo. O primeiro modelo apresenta a dimensão habitação como preditora do sentido de comunidade, cujo resultado pode ser observado na Figura 5.

Figura 5. Modelo de mediação do tempo de moradia entre habitação e sentido de comunidade



Fonte: Própria autora

De acordo com esses resultados, é possível afirmar que há um efeito mediador, entretanto, os resultados exigem uma observação cautelosa, visto que os valores negativos podem confundir o leitor. Considerando que a dimensão habitação do IMPM apresenta poder explicativo negativo, a mudança nos valores de  $c$  e  $c'$  deve ser vista sob a ótica de diminuição do efeito negativo dessa variável. Além disso, o intervalo de confiança de  $c'$  é distante de zero (IC inferior =  $-1,44$ ; IC superior =  $-0,43$ ), corroborando o efeito mediador. Em outras palavras, a dimensão habitação tem efeito negativo sobre o sentido de comunidade, e quando acionamos o fator tempo como mediador, podemos observar que há uma diminuição desse efeito.

Podemos inferir que quanto mais tempo de moradia na comunidade, menos o efeito negativo da dimensão habitação é perceptível aos participantes da amostra. O que pode ser um efeito das relações consolidadas de vizinhança que podem diminuir os estigmas em relação às habitações precárias. À medida que pode haver um processo de conformismo com as condições de vida existentes, a ponto, que a vinculação com a comunidade, que compartilha condições semelhantes de pobreza, seja mais perceptível. Para Sarriera et al. (2016), em determinadas condições de pobreza o sentido de comunidade pode ser um fator tanto de libertação quanto de opressão, pois interage com a estrutura organizativa da comunidade.

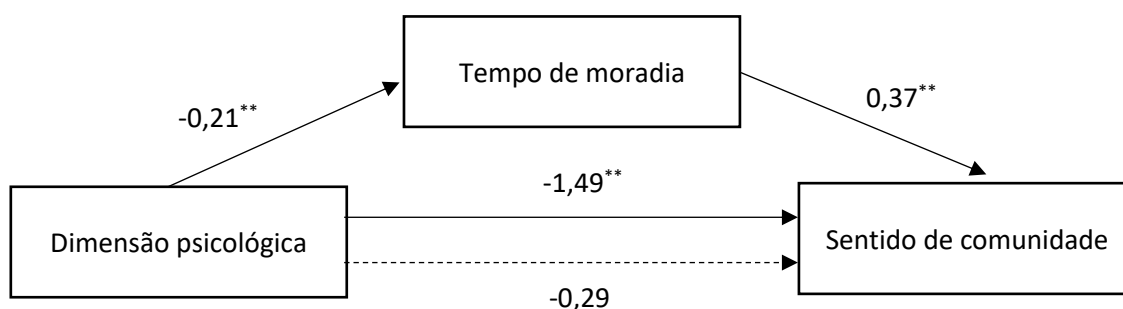
Góis (2012) pontua que em cenários de pobreza a depender das relações e dos contextos envolvidos no contexto comunitário, pode haver perspectivas de modos de vida relacionados a passividade, opressão, desagregadoras, que influenciam diretamente nos

processos psicossociais comunitários. Estas condições podem fomentar ciclos viciosos de resignação e opressão que afetam a capacidade de agência das pessoas para a mudança social (GÓIS, 2005; MOURA JR, 2015; SEN, 2010).

Assim, ao partilharem de condições de pobreza semelhantes aos pares, pode haver, nesse contexto, um pacto social de resignação a tais condições, que se tornaram estáveis ao longo do tempo. Pois a não alteração nas condições de habitações paupérrimas, pode levar a crença que não há possibilidades de mudanças. O conformismo e a passividade diante de tais condições se tornam naturais, e parte do sentido de comunidade. Já que traços comuns de pobreza são compartilhados, e assim, pode ser que a relações de vizinhança se tornem mais próximas. Então, há identificação com as condições e modos de vida dos outros.

Em relação aos aspectos psicológicos da pobreza, a Figura 6 apresenta os resultados da mediação. Os resultados são semelhantes a mediação anterior, e por tanto, os pontos apresentados anteriormente devem ser levados em consideração. Entretanto, o valor do intervalo de confiança do efeito indireto é próximo de zero (IC inferior = -0,61; IC superior = -0,04), indicando assim que não há efeito mediador do tempo de moradia.

Figura 6 - Modelo de mediação do tempo de moradia entre os aspectos psicológicos da pobreza e sentido de comunidade



Fonte: Própria Autora

Em outras palavras, o tempo de moradia não tem efeito estatisticamente significativo sobre o impacto da dimensão psicológica no sentido de comunidade. Isto quer dizer, que os impactos da dimensão psicológica são mais intensos e permanentes, não importando o tempo de moradia como fator de proteção. O que é diferente do observado na mediação anterior. Esta dimensão tem impacto tão significativo sobre o sentido de comunidade, que as intervenções psicossociais, considerando este contexto, devem começar por esta dimensão. O

que corrobora com outros estudos que veem apontando a relevância da dimensão dos aspectos psicológicos das pobreza sobre os modos de vida das pessoas (XIMENES, et.al., 2019; XIMENES, et.al, 2016; ACCORSSI, 2011; CIDADE; XIMENES, 2012; ESTANISLAU, et.al., 2018; DANTAS, et.al., 2018).

Para esta realidade os impactos psicológicos são tão relevantes, que tem mais significância sobre o sentido de comunidade, do que quaisquer outras dimensões da pobreza. Assim, a estratégias de enfrentamento das pobreza precisam intervir sobre estes aspectos. O que torna o campo de intervenção da(o) psicóloga(o) comunitária(o) ainda mais necessário nestes contextos. Visto que os efeitos psicossociais das pobreza afetam diretamente as capacidades de agência das pessoas (SEN, 2010; MOURA JR, 2015).

Para Góis (2005) um dos efeitos mais devastadores das pobreza é ideologia da resignação e submissão, pois torna o indivíduo- objeto. Para este autor, nestas condições de vida, os indivíduos são fatalistas, não se enxergam capazes de realizar mudanças comunitárias e/ou pessoais, vivem por meio da hostilidade e/ou servilismos às forças de opressão e dominação. Martín-Baró (1998) também considera que a cultura da pobreza, produz um modos de vidas oprimidos e explorados a partir de relações de dominação, que dificultam a tomada de consciência das pessoas, pois fomenta alienações, que as afastam de uma perspectiva dialógica e solidária que permitam a compreensão de seus modos de vida comunitário para um processo de mudança social.

Estas perspectivas se atrelam aos aspectos psicológicos das pobreza e em contextos comunitários podem despontecializar as pessoas e as relações comunitárias. Assim, fortalecer o sentido de comunidade pode afetar diretamente os aspectos psicológicos das pobreza. Neste sentido, o investimento em relações comunitárias de solidariedade que fortaleçam as identidades individuais e coletivas dos indivíduos pode apresentar os caminhos para uma intervenção comunitária que facilite o desenvolvimento das pessoas a partir de seu cotidiano (GÓIS, 2005). Fortalecendo as possibilidades de tomada de consciência e de autonomia, em detrimento, da alienação, impotência e do fatalismo (GÓIS, 2004).

Jacob (2001) tem pontuado que a partir da comunidade e do fortalecimento do sentido de comunidade torna-se possível intervenções psicossociais que possam ser efetivas para a mudança social. Rivera (2009) em seus estudos, aponta que o sentido de comunidade desassociado das questões psicossociais perde a potência para a mudança. Ximenes et.al. (2016) tem apontado que os fatores subjetivos das pobreza afetam as vidas das pessoas tão

quanto os fatores objetivos. Assim, para a tomada de consciência da realidade social vivida, é necessário investimento tanto nos aspectos psicossociais das pobrezaas quanto o fortalecimento do sentido de comunidade.

Importante considerar também que as relações entre sentido de comunidade e pobrezaas se tornaram ainda mais complexas do que as nossas ideias iniciais apontavam. Visto que, as pessoas por compartilharem condições de pobrezaas semelhantes, pois vivem no mesmo contexto, desenvolveram relações distintas com o sentido de comunidade. Sendo então, mais próximo dessa realidade, pensar não somente a relação pobrezaas e sentido de comunidade. Mas a relações das dimensões das pobrezaas e sentido de comunidade. Que desenvolvem impactos diferentes no mesmo.

### **3.5 Considerações Finais do Estudo 1**

A relação entre as dimensões das pobrezaas e o sentido de comunidade se mostraram complexas. Ao passo, que também demonstraram a potência para uma leitura psicossocial do território em estudo. Desvelando em que áreas e/ou dimensões as intervenções psicossociais seriam mais eficazes. Como também, é possível identificar caminhos e estratégias possíveis para o afrontamento das pobrezaas e uma possível mudança social.

O estudo da pobrezaa sob uma perspectiva multidimensional se apresentou essencial para conhecer como as pessoas vivenciam as condições de pobrezaas na comunidade. É perceptível que existem diferenças entre os níveis de pobrezaas, entre as dimensões. Foi notório que a dimensão trabalho e renda teve o maior nível de pobrezaa. No entanto, uma análise mais aprofundada do construto demonstra que as intersecções entre as dimensões têm um papel estratégico para compressão das condições de pobrezaas.

Neste estudo, também se tornou evidente a relevância da dimensão dos aspectos psicológicos das pobrezaas. Eles apontam tanto para iniquidades que estes produzem sobre os modos de vida das pessoas, quanto para uma possibilidade de intervenção psicossocial, especialmente considerando o campo da Psicologia Comunitária. Esta dimensão tem intersecção com outras dimensões das pobrezaas e apresentou o impacto mais significativo sobre o sentido de comunidade.

Desvela-se que os sentimentos, afetos e sentidos que as pessoas vivenciam em situações de pobrezaas tem grande relevância em seus modos de vida e em suas relações comunitárias. Assim, quanto mais desagregadas, resignadas, subordinadas e oprimidas as

pessoas, e suas relações estejam menos potências para agenciamentos comunitários e individuais as pessoas terão. Desta forma, investir na autonomia e em relações comunitárias que gerem novas possibilidades de ação, pode potencializar aos sujeitos para o enfrentamento dos efeitos psicossociais das pobrezaas.

Ainda sobre as pobrezaas, emerge a necessidade de refinar os instrumentos, especialmente em relação a dimensão saúde. Aproximações com visões ampliadas de saúde, considerando o saber popular pode ser um ganho para as interpretações sobre o processo saúde e adoecimento vivenciado nas realidades comunitárias. O que pode auxiliar nas intervenções psicossociais, pois poderia apresentar mais aspectos do que a ausência ou presença do acesso à saúde e/ou doença.

Por fim, torna-se importante investigar, sobre quais os impactos que as desigualdades sociais de gênero, possuem sobre a relação sentido de comunidade e dimensões das pobrezaas, pois as mesmas também possuem efeitos sobre o cotidiano e modos de vidas das pessoas. Consideramos que estes têm grande influências nas estruturas sociais de poder que perpassam as organizações societárias classistas e patriarcais que sustentam a nossa sociedade. E que por isto, também influenciam as relações comunitárias e as trajetórias de vidas das pessoas da comunidade especialmente das mulheres, que são maioria neste contexto social, sofrendo de forma mais abrangente os efeitos dessas desigualdades sociais.

## **4. ESTUDO 2- AS INTERSECCIONALIDADES DAS RELAÇÕES ENTRE SENTIDO DE COMUNIDADE E POBREZAS A PARTIR DA VIVÊNCIA DE MULHERES EM CONTEXTO COMUNITÁRIO DE POBREZA**

### **4.1 Introdução**

Este capítulo versa sobre as desigualdades de gênero e como estas afetam o sentido de comunidade e as relações comunitárias de mulheres que vivenciam situações de pobrezaas. Este será necessário para alcançamos o objetivo da pesquisa, e em especial, o objetivo específico: analisar sobre uma perspectiva interseccional as categorias de sentido de comunidade e pobreza multidimensional a partir da vivência das mulheres.

Sabe-se que alguns marcadores como os de raça, classe, gênero, território, geração dentre outros são fundamentais para a compreensão dos modos de vida das pessoas. Eles podem dar pistas essenciais para a compreensão dos processos psicossociais vividos e estratégias para o enfrentamento de mazelas sociais que as atravessam, tais como a Pobreza

(BERNARDINO- COSTA, 2015; CRENSHAW, 2002). O entendimento destes marcadores vai além do reconhecimento da existência destes, e atravessa uma dimensão vivencial. À medida que reconhece, que estes não apenas existem como se relacionam entre si formando e afetando as identidades e modos de vida das pessoas em relação a si mesmas e as outras (CASTRO, et.al., 2017; CRENSHAW, 2002).

É importante destacar que não se propõe uma análise somatória dos múltiplos marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade. Propõe-se, que estas análises sejam feitas de forma articulada para construir enfrentamentos as situações de opressão de forma não fragmentada, ou seja, a partir de um ponto de vista interseccional que reconheça a multiplicidade de diferenças, a partir dos sistemas machistas, patriarcais, racistas que as produzem (MAYORGA, 2014).

Entendemos também, que embora existam diferentes possibilidades de análises interseccionais, por uma limitação metodológica, nos focaremos na análise interseccional do marcador de gênero a partir da relação entre Sentido de Comunidade e Pobreza Multidimensional. Assim, cabe uma análise crítica acerca de como estes marcadores de classe e gênero se relacionam como o Sentido de Comunidade desenvolvido pelas pessoas.

No estudo I, nos concentramos na análise entre sentido de comunidade e pobreza. Os resultados deste estudo apontaram para as complexas relações entre sentido de comunidade e pobreza, e como estas afetam os modos de vida das pessoas. Uma das dimensões que mais se destacam na análise é a de aspectos psicológicos das pobreza. O que fomenta a discussão de que as implicações psicossociais da pobreza situam as pessoas nessa condição à marginalização e subalternidade, diminuindo as capacidades de agenciamento das mesmas (PRILLELTENSKY, 2008). Esta diminuição da capacidade de agência acarreta as pessoas, os sentimentos de inferioridade e vergonha, causados pela percepção autodepreciativa de que são culpadas pelas condições de pobreza vividas (LA TAILLE, 2002; COMIM, et.al., 2016).

Comim et.al. (2016) pontua que pessoas em condições de pobreza tem perdas significativas aos seus modos de vida que afetam seu bem-estar subjetivo e demonstram mais sentimentos de exclusão social, do que outros grupos que não estão em situação de pobreza. Estes mesmos autores pontuam que as privações são psicológicas e materiais, pois perpassam não só as questões objetivas da pobreza, devendo incluir as injustiças sociais e as diferenças de desigualdade em oportunidades.

Estas desigualdades de agenciamento e as injustiças sociais no Brasil tem origens muito antigas e que estão na base da organização social que vivemos (SOUZA, 2017). Esta organização social é baseada no classismo, patriarcado, racismo, e induz diferentes formas de privação e privilégios as pessoas, de acordo com os marcadores sociais da diferença que estas possuem (MAYORGA, 2014; DINIZ; MAYORGA, 2018). Assim, é importante considerar que os marcadores de raça e gênero, por exemplo, impactam em diferentes oportunidades as pessoas, deixando determinados grupos em situações mais vulneráveis que outros (COMIM, et.al., 2016; ACCORSI; SCARPARO, 2019; BERNARDINO-COSTA, 2015).

Neste sentido, investigar sobre como estes marcadores, especialmente, o de gênero é afetado pelas condições de pobreza vividas, e como isto impacta nas relações socio comunitárias é importante para que compreendemos os objetivos desta pesquisa. Quando pontuamos a relevância de tornar visível as desigualdades entre mulheres e homens, estamos partindo da concepção que as desigualdades são os processos que nos aproximam da compreensão dos mecanismos de reprodução das mesmas, como das formas de enfrentamento produzidas a partir das experiências das pessoas em posição de subalternidade (DINIZ, MAYORGA, 2018).

Embora não haja a intenção de aprofundamento de outros marcadores, é relevante situar algumas questões para tal construção. A primeira diz respeito ao território de atuação, se tratando do interior do Ceará, questões étnicas- raciais devem ser levadas em consideração para o entendimento do que é ser homem e do que é ser mulher em tal contexto. Entendemos que o bairro Parque da Liberdade é composto por maioria de mulheres, e que estas desenvolvem diferentes papéis sociais. Ainda assim, uma ligeira maioria ainda é dona de casa e/ou acumula esta função junta a outras possibilidades de trabalho.

Como também, o reconhecimento do contexto histórico- político no qual estamos imersos é marcado por retrocessos e avanço de posições conservadoras e autoritárias (LAVOR FILHO, BARBOSA, ALMEIDA SEGUNDO MOURA JR, JANNUZI, LIMA, 2018), fortalecendo estas estruturas de privilégios, em detrimento da subalternidade e opressão de outros (SOUZA, 2017; MAYORGA, 2014). Tal posição social de desigualdade torna injustas as possibilidades de agência dentre as pessoas, mesmo que estas vivam no mesmo território ou na mesma residência (CEPAL, 2017)

A díade privilégio- opressão tem impactos diferentes entre mulheres e homens, negros e negras, pobres e ricos, dentre outros. Contudo, o que nos propormos não é uma soma ou



sobreposição de marcadores identitários de diferença, mas a intersecção entre estes (CRENSHAW, 2002). Assim, discutir sobre um ponto de vista de gênero pode nos dar suporte para uma discussão mais ampla acerca do Sentido de Comunidade, entendendo o mesmo a partir de uma conceituação mais vivencial e situada em contexto de pobreza.

#### **4.2 Marco Teórico**

A Psicologia Comunitária nestes contextos de crise social em que vivemos, como pontua Moura Jr (2018), precisa ter uma atuação que considere no âmbito de sua práxis, especialmente junto as pobres, práticas que levem em consideração de forma ampliada as questões de raça, gênero, dentre outros marcadores sociais da desigualdade. Que nos contextos sócio-políticos vividos, tornam ainda mais centrais a relevância de uma atuação que tenha como cerne o fortalecimento comunitário.

Góis (2012), também pontua, que a Psicologia Comunitária precisa se afiliar a uma práxis libertadora que esteja voltada aos processos e modos de vida comunitários, que incluem os sentidos, sentimentos e significados empreendidos pelas moradoras e moradores nos espaços sociais, nas interrelações e na constituição da própria comunidade. Assim, a intervenção comunitária em contextos de pobreza, violências e desigualdades sociais vividos exigem do campo da Psicologia Comunitária um esforço teórico-prático para com a construção de uma ciência decolonial com cunho interventivo e que apresente um compromisso ético e político para com os emancipação das minorias sociais (MAYORGA, 2014).

Segundo Freire (2003;2001), a intervenção social que se reconhece como implicada, precisa, por necessidade, se assumir e se reconhecer como política. Pois é uma necessidade pensarmos criticamente, e aprendermos a sermos comunitários e a pensar no todo, mesmos em relação a nós mesmos. E que isto, infere uma ética humana consigo, com o(a) outro(a) e com o mundo. Este mesmo autor afirma que a ética é essencial para o afrontamento das condições opressoras e seus efeitos sobre os modos de vida e as discriminações de classe, gênero e raça.

Desta forma, apontamos que os marcadores de gênero, classe e raça podem operar tantas desigualdades, discriminações, opressões e vulnerabilidades quanto podem operar emancipação, empoderamento e resistências, que tem a capacidade de reverberar em estratégias de agenciamento democráticos (HENNING, 2015; SEN, 2010). Espinosa (et.al., 2017, p. 415) ressalta a relevância de nos vermos como “sujetos articulados por las

opresiones, por la necesidad de transformación y por la capacidad de tener, habitar y construir alternativas”. Assim acredita-se que visibilizar as desigualdades de gênero vividas pelas mulheres no contexto em estudo possa facilitar não apenas o reconhecimento das opressões, mas também caminhos para fomento e facilitação de estratégias de resistências.

É importante também pontuar, que nos propormos a tratar das realidades vivenciadas em contexto comunitário de mulheres que vivem em um território em situação de pobreza, sendo que em sua maioria se auto identificam como pardas e negras e que se localiza numa região mais interiorana no estado do Ceará. Entendendo a relevância de localizar a que mulheres nos referimos, pois como aponta Espinosa et.al. (2017) pensar a categoria mulher como universal e embasar práticas que não reconheçam as diversidades possíveis a esta fortalecem a violência e a subordinação operadas sobre as mulheres não-brancas, que não estão incluídas nessa universalidade burguesa.

Bell Hooks (2015) pontua que as teorias feministas inicialmente não emergem das realidades da maioria das mulheres, e sim de um recorte de mulheres brancas, acadêmicas, que em seus discursos não se preocupavam em discutir as questões de classe e raça como centrais ao feminismo, pelo contrário focalizavam seus discursos nas formas de desigualdades sexistas, que não incluíam as formas de opressão sofridas pelas mulheres subalternas. Tendo em vista isto, as autoras Espinosa et.al. (2017) têm considerado a relevância de um feminismo descolonial que tenha como práxis a transformação das relações sociais de opressão e subordinação a que as mulheres pobres, negras e indígenas tem sofrido, especialmente, considerando o território latino americano. Pode-se, assim, fortalecer processos de libertação e afirmação das múltiplas possibilidades comuns e singulares dos modos de vida e produção de subjetividade destas mulheres.

Crenshaw (2002) aponta que as discussões no âmbito do feminismo precisam perpassar a tríade gênero, classe e raça, numa perspectiva interseccional, que reconheça os processos de discriminação e exclusão a partir destes e de outros marcadores sociais das diferenças para um melhor afrontamento das distintas e múltiplas formas de opressões. Henning (2015) pontua também que a interseccionalidade faz referência as discussões e reflexões sobre as diversas diferenciações entre marcadores que se articulando a categoria gênero perpassam o social.

Os autores Christensen e Jensen (2012) consideram que a interseccionalidade é capaz de capturar as complexas relações e interações entre a categoria gênero e outras

diferenciações sociais no contexto sociocultural contemporâneo. Desta forma, a abordagem interseccional tem um princípio não- aditivo, pois os diferentes marcadores sociais se constituem mutuamente como formas de diferenciação social (CRENSHAW, 2002). Assim, entendemos que nos debruçarmos sobre a Interseccionalidade entre gênero e classe pode ser uma potente possibilidade de investigação em que a discussão interseccional tem grande relevância para problematizar a estrutura social, as relações sociais e as subjetividades produzidas no cotidiano.

Desta forma, pensando em contextos comunitários, Rivera (2009) pontua que é possível identificar diferenças significativas entre as vivências de mulheres e homens em contexto de pobreza. Tais diferenças se dão mesmo que estas pessoas compartilhem do mesmo território. Este autor pontua que, por exemplo, em relação ao Sentido de Comunidade mulheres tendem a ter relações de vizinhanças mais próximas, mas no estudo realizado tinham mais dificuldades de se verem em posição de liderança. Já os homens, tinham relações mais distantes com os demais moradores e moradoras da localidade, mas se colocavam com mais facilidade em papéis de liderança (RIVERA, 2009).

Assim, Walsh (2017) considera que estas intervenções em contextos comunitários, precisam partir de um processo de humanização que seja consciente e contra as estruturas e condições sociais que pretendem negar sua possibilidade. Dessa maneira, há uma compreensão de que não é possível a emancipação humana e a libertação individual sem que antes haja a emancipação coletiva. Segundo a mesma autora, as liberdades coletivas só podem ser vividas a partir do reconhecimento e do afrontamento das estruturas e condições sociais que desumanizam, oprimem e subalternam as pessoas às condições de violências, desigualdades e pobreza.

Outra questão relevante acerca desta temática é o reconhecimento que mulheres sofrem mais os efeitos da pobreza do que homens, à medida que a organização social capitalista também está baseada no sistema patriarcal que coloca a mulher em posição de subalternidade frente ao homem (DINIZ; MAYORGA, 2018). E esta posição de subalternidade torna-se ainda mais perversa, se esta mulher também for negra e pobre (CASTRO, et.al., 2017). Para Candau (2017), é relevante ao discutir pobreza na América Latina ter a compreensão, que está é atravessada pelo gênero, pelas etnias e pela raça, pois esta reconhece que as pobreza são mais presentes em determinados grupos e populações. Bernardino- Costa (2015) aponta que as mulheres negras sofrem mais desigualdades,

violências do que as mulheres brancas, pois a organização social brasileira, desde o período colonial, tem subalternizado as identidades destas mulheres. Como também aponta Castro et.al. (2017, p.101):

Ora, a intersecção entre o patriarcado e o racismo compõe um cenário que se propõe a regular e valorar seus corpos, afetos, cabelos, estéticas, racionalidade, intelectualidade sexualidade, seus corpos e produz efeitos, historicamente silenciados e invisibilizados, na subjetividade dessas mulheres.

As mulheres negras e em situação de pobreza tem ocupado historicamente uma posição de subalternidade que produz condições de vida de opressão, desigualdades e violências (CASTRO, et.al., 2017). Em relação às mulheres brancas, estas sofrem mais com as violências, sendo mais vitimadas tanto pela violência urbana quanto pela intrafamiliar. Dados mostram que enquanto o número de feminicídio tem diminuído entre as mulheres brancas, eles têm aumentado tangencialmente entre as mulheres negras (ROMIO, 2017).

Mayorga (2014) pontua que as feministas negras têm problematizado e construído importantes críticas ao reconhecimento da opressão das mulheres a partir do gênero como única forma de dominação. Para estas, é relevante dar importância às exclusões, opressões e discriminações vividas relacionadas a outros marcadores como a sexualidade, raça e a classe e desenvolver seus conceitos de gênero do feminismo a partir de um viés interseccional. Assim, tomamos como relevante construir esta análise a partir desta perspectiva de gênero sobre os contextos de pobreza e sobre o sentido de comunidade. Ao mesmo passo, deve haver uma estratégia de visibilização das diferenças e desigualdades vividas por mulheres no contexto de estudo, como também, para o afrontamento das mesmas. A decisão de não tomar a priori a raça como marcador, embora, reconheçamos que tratamos em sua maioria de mulheres não- brancas, está em não delimitar por estas o reconhecimento de raça.

É sabido que no Brasil o “mito da democracia racial” como forma de dominação produziu no âmbito histórico-cultural das pessoas, especialmente as minorias subordinadas, mas não só destas, consciente (ou não) um *modus operandi* de negação da negritude e de tudo que relacione a mesma (SOUZA, 2000). Tal medida fomentou e ainda fomenta o desejo pela branquitude, a partir das tentativas de identificação, imitação e/ou subordinação a mesma (CARDOSO, 2014; BENTO, 2009). Esta ideia de democracia racial é uma falácia que sustenta o patriarcalismo, fortalecendo as estruturas sociais dominantes em seus lugares de privilégios (SOUZA, 2000). O que Souza (2017) aponta é que no Brasil, há uma racialização da pobreza, mas sem uma discussão das origens coloniais dessas desigualdades e injustiças sociais, as pessoas que estão nesta condição de iniquidades, são as que todas as outras classes

querem se diferenciar. No outro extremo, a classe de privilégios, que não por coincidência é hegemonicamente branca e a que todos querem se aproximar.

Assim, as discussões de raça dentro deste contexto precisam ser mediadas pelas percepções de negritude e branquitude, que atravessam as produções de vida e de morte nestes contextos periféricos (MBEMBE, 2017; BENTO, 2009). Neste sentido, entendemos como interessantes as discussões suscitadas por Walsh (2017) e Espinoza et.al. (2017) que numa construção crítica desse processo vivido no Brasil, e em outros países da América Latina, vem discutindo a identidade da mulher não-branca reconhecendo outras produções de subjetividades conectadas com outras possibilidades de ser mulher. Especialmente quando se dialoga, com a cultura ameríndia, e com os contextos de desigualdades sociais, violências, e subordinações a que estão submetidas a maioria destas mulheres (ESPINOZA, et.al., 2017; GONZAGA, 2015).

Importante considerar também que as diferenças entre as condições de pobreza entre mulheres brancas e mulheres não-brancas é relevante. Segundo o IBGE (2019), considerando a pobreza monetária, a proporção de mulheres brancas com renda per capita inferior a US\$ 5,50 PCC diários (equivalentes à 420 reais) é de 15,2%, enquanto as mulheres não-brancas é de 33,5%. Assim, torna-se evidente que as desigualdades sociais afetam de maneira mais forte estas últimas. Desta maneira, embora reconheçamos os efeitos nefastos da estrutura social racista em que vivemos tem sobre homens e mulheres não-brancos, entendemos que sobre estas mulheres as condições de vida ainda são mais perversas (MACEDO, 2008).

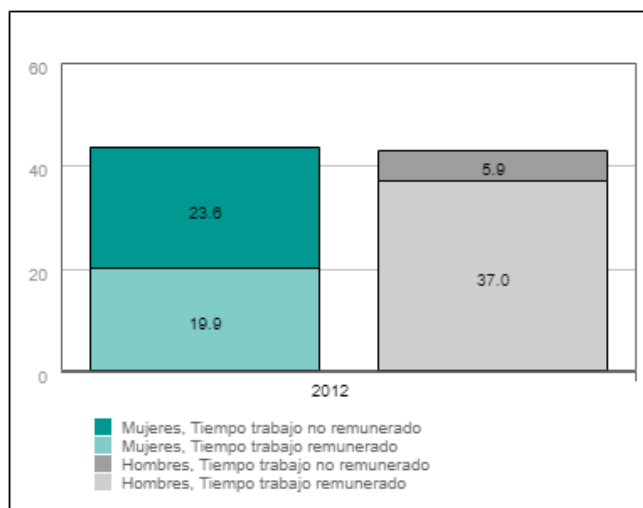
Neste sentido, a CEPAL (2016, p.24) aponta que as mulheres tendem a sofrer mais os efeitos da pobreza, porque são privadas de mais direitos do que os homens. Na “América Latina, em 2014, uma em cada três mulheres acima de 15 anos de idade que não estudavam de maneira exclusiva, não tinha renda própria, enquanto uma situação semelhante só ocorre em um em cada dez homens”. Para as mulheres isto implica menos possibilidades de acessar a serviços e bens. Além disso, elas podem ser colocadas numa posição de subalternidade e dependência financeira com mais facilidade do que homens (ROMIO, 2017). Isso pode ajudar a explicar a participação crescente da representação de mulheres nos domicílios mais pobres, e também a vulnerabilidade de muitas destas, que mesmo em domicílios não pobres, caso haja alguma mudança profunda na estrutura familiar, tais como divórcio e viuvez, tendem a estar mais vulneráveis a está em situação de pobreza (CEPAL, 2016).

Para Romio (2017), as mulheres historicamente têm sofrido privações econômicas, sociais, dentre outras, que tem produzido desigualdades entre homens e mulheres. Estas tem estado, mais frequentemente do que os homens, em situação de vulnerabilidade a situações de violências e pobreza, especialmente considerando as estruturais macrossociais classistas, machistas e patriarcais. A CEPAL (2016) também pontua que existem mais mulheres vivendo sem receita própria (26,8%) do que homens (15,7%), considerando o ano de 2014. Para o IBGE (2019), em 2018 os homens ganham em média 27,1% a mais do que as mulheres, considerando os ganhos relacionados a produção de trabalho. Embora consideremos, neste trabalho, uma noção mais ampliada de pobreza, estes dados nos apresentam que mesmo considerando apenas a questão monetária existem desigualdades entre as diferentes populações e também entre gênero que se tornam indicativos de que existem grupos mais privados de suas capacitações do que outros. E que neste cenário, as mulheres são mais vulneráveis às situações de pobreza do que os homens.

Outro dado significativo é apresentado pelo IBGE (2019) quando considera a nível de instrução de homens e mulheres em relação a inserção na força de trabalho, quanto o maior o nível de instrução maior será a participação. Os dados apontam que as mulheres brasileiras estão alcançando nível de instrução maiores ao longo dos anos, enquanto os homens não têm crescido tanto, mas em 2018, isto não foi suficiente para garantir que estas tivessem mais participação na força de trabalho do que homens. Pelo contrário, os homens tiveram um resultado de 72,0%, enquanto mulheres tiveram o resultado de 52,9%. Isso aponta que somente escolaridade não é suficiente para que as mulheres elevem sua força de trabalho em proporção semelhante ou maior à dos homens (IBGE, 2019).

Esta constatação também se torna evidente ao compararmos o gráfico relativo ao tempo médio destinado ao trabalho não remunerado e remunerado da população acima de 15 anos, por sexo, no ano de 2012. Perceberemos que mais da metade do tempo de trabalho das mulheres (23.6 horas/semanais) é não remunerado. Já os homens ocupam apenas 5.9 horas (semanais) com trabalhos não remunerados.

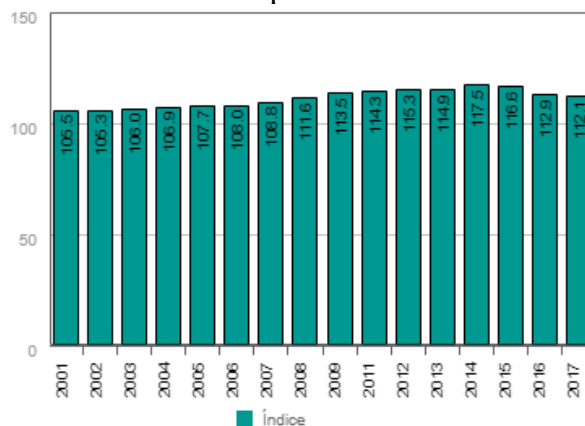
Figura 11- Gráfico CEPAL: Autonomia econômica



Fonte: CEPAL (2016)

Essa diferença no quanto a pobreza afeta de forma desigual a homens e mulheres, também é evidente mesmo considerando a vivência de homens e mulheres em situação de pobreza. O “índice de feminidade da pobreza<sup>1</sup>” compara a porcentagem de mulheres pobres de 20 a 59 anos em relação a homens pobres na mesma faixa de idade. E, no caso da realidade brasileira, ele aponta que para cada 100 homens vivendo em situação de pobreza, existem 113 (112.1) mulheres na mesma situação (CEPAL, 2019). O que estatisticamente corrobora a tese de que mulheres são mais vulneráveis a situação de pobreza, como demonstra o gráfico abaixo:

Figura 12 – Gráfico CEPAL: Índice de Feminilidade da pobreza



Fonte: CEPAL (2016)

O que aponta para o que Mayorga (2014) pontua acerca da necessidade de que as análises e intervenções psicossociais levem em consideração além da questão da classe, outros marcadores, como o gênero, sexualidade, território, raça dentre outros, pois a opressão se estabelece e afeta as pessoas de maneira diferenciada. Exige-se, assim, uma amplitude sobre o nosso entendimento dos processos psicossociais de opressão, dominação e de emancipação.

Para tanto, também consideramos que uma perspectiva de gênero sobre esta relação seria de grande relevância, pois entendemos que não seja possível pensar em estratégias de enfrentamento de pobreza sem questionar as desigualdades de gênero entre homens e mulheres. Segundo a CEPAL (2016), é necessária e urgente reconhecer que às desigualdades de gênero afetam de diferentes formas homens e mulheres e que os estudos estatísticos têm falhado ao partir de um pressuposto que a distribuição da renda dentro dos domicílios é igualitária em desconsiderar o valor do trabalho não remunerado. Aponta-se para a necessidade de rever as escolhas e estratégias metodológicas e quais as implicações das mesmas devem ser a favor da autonomia econômica das mulheres.

Gonzaga (2015) situa que as mulheres têm sido colocadas historicamente numa posição de subalternidade. As suas possibilidades têm sido podadas por uma organização social machista e patriarcal, que limita as mulheres reconhecendo sua relevância social apenas no que tange a maternagem e os cuidados domésticos. Este movimento encontra resistências, e uma delas é centrar a discussão de gênero não apenas como sinônimo de mulher, mas numa perspectiva de reconhecimentos das relações de desigualdades entre mulheres e homens frente a organização social (MACEDO, 2008). Entendemos que o classismo, racismo e patriarcado são formas de poder estruturantes da sociedade brasileira, mas não são impermeáveis. É possível pensar em estratégias e novos projetos subjetivos societários que afrontem as formas de opressão fomentadas (CASTRO, LINO, GONZAGA E MAYORGA, 2017).

Macedo (2008) aponta que tomar o gênero como categoria de análises pode oferecer entendimentos acerca das relações entre mulheres e homens e suas vivências e representações sociais dentro de suas famílias, comunidade e da sociedade como um todo, sendo uma possibilidade de resistência aos efeitos perversos na vida das mulheres ocasionado pelas desigualdades de gênero, como também, serve para percebermos as transformações nas relações de poder possibilitada pelo crescente protagonismo social feminino. As autoras Castro, Lino, Gonzaga e Mayorga (2017) dizem que o gênero enquanto categoria de análise pode tornar visível o modos operante do sistema e do poder patriarcal, racista e hierárquico brasileiro que historicamente tem produzidos desigualdades entre mulheres e homens, negras(os) e brancas (os), pobres e ricos(as), além de possibilitar o seu enfrentamento.

Assim, é relevante pontuar que tem havido importantes mudanças sociais que apontam para o aumento significativo dos níveis de escolarização e participação social e no



mercado de trabalho das mulheres, que tem fomentado uma diminuição significativa na concepção de homem como provedor único (MACEDO, 2008). Estas mudanças têm contribuído para o processo de emancipação feminina, embora ainda haja muitos desafios para que se alcance a igualdade de gênero.

Também é importante indicar que as políticas de transferência de renda têm colocado como centro as mulheres, como suas principais beneficiárias (COMIM, et. al., 2016). É perceptível que houve mudanças nas estruturas familiares, e as mulheres têm ocupado cada vez mais o papel social de chefes de família (MACEDO, 2008). Desta forma, embora haja um movimento para a produção e manutenção desses padrões de subalternidades e desigualdades, há também um movimento de resistências, lutas, e ressignificação da vida, pois estas pessoas não se sujeitaram passivamente a estes padrões de poder racistas, classistas e patriarcais (BERNARDINO- COSTA, 2015). Para Diniz e Mayorga (2018, p. 9):

[...]resistir é negar a legitimidade da norma, é interpelar a submissão à regra externa; é, sobretudo, desnudar a arbitrariedade da dominação. Nesse sentido, a microrresistência, investida de poder, se sustenta em outras normas, diferentes das dominantes. Ela emerge como efeito do poder de outros princípios que buscam se tornar imperativos. Isso nos permite perceber que a afirmação da autonomia não é simplesmente um idílio.

Assim, pensamos nas estratégias de resistência e de enfrentamentos que as mulheres, neste caso específico, mas também negros (as), LGBTI+, imigrantes, dentre outras minorias possuem, possibilita a expansão da autonomia das mesmas nas relações sociais. Mesmo que estas relações ainda se constituam a partir de matrizes racistas, patriarcais e classistas, há um processo crescente que produz furos nas identidades cristalizadas destas pessoas a partir de novas formas de subjetivação a partir da emancipação humana.

Desta forma, a Psicologia Comunitária precisa considerar a relevância de possuir implicação teórica- prática com as questões de gênero, especialmente sobre um viés feminista. Pois este campo teórico prático que tem se implicado historicamente com os enfrentamentos das opressões e desigualdades (GÓIS, 2012). Assim, pode ser uma importante ferramenta para o fomento de intervenções socio-comunitárias comprometidas com a construção de realidades menos marcadas pelo eixo da opressão (MAYORGA, 2014).

## **4.3 Método**

### *4.3.1 Tipo de Pesquisa*

A Abordagem Qualitativa busca compreender a dimensão subjetiva da realidade e fomentar um olhar sobre o contexto histórico, cultural, político e psicossocial, considerando

sujeitos e contextos sociais. Deste modo, nesta investigação se considera importante permitir que as participantes da investigação sejam partícipes na construção de estratégias de superação das situações de opressão e da produção compartilhada de conhecimento (MINAYO, 2007). Utilizamos o método de pesquisa-participante (FLICK, 2009), que propõe, uma possibilidade de pesquisar junto as pessoas em contextos comunitários, que é de onde emergem as problemáticas sociais, e o problema delimitado nesta pesquisa.

#### 4.3.2 Participantes e Territórios da Pesquisa

As participantes da pesquisa foram dez (10) mulheres moradoras do bairro Parque da Liberdade, na cidade de Redenção-CE. Estas mulheres têm idades que variam de 26 a 72 anos, e vivem a dez anos ou mais no território. Entre elas existem algumas, que estão entre as primeiras pessoas a morar no bairro e outras que moram no bairro desde que nasceram. A localidade foi escolhida em virtude de em paralelo a pesquisa ocorrer um processo de extensão universitária da ReaPODERE. Entramos em contato com as mesmas a partir de uma inserção comunitária realizada no território e da identificação de lideranças comunitárias. A escolha das participantes foi dada a partir de conveniência e do procedimento “bola de neve” (*snow boll*) (FLICK, 2009). Os critérios de participação na amostra foram: aceitar participar da pesquisa, ter idade mínima de 18 anos; viver na comunidade em estudo e serem mulheres.

Entendemos como relevante apresentá-las, de maneira geral. Assim, resguardando suas identidades pessoais, vamos apresentar alguns elementos de suas trajetórias que são relevantes para as discussões que serão apresentadas nesta pesquisa. Esta apresentação não tem por objetivo fazer julgamento de valor, pelo contrário, a o desejo de reconhecer e legitimar todas as trajetórias. Que fazem parte do modo de ser mulher de cada uma das participantes.

Foram dados nomes fictícios as participantes para resguardar as identidades pessoais destas. A escolha dos nomes será aleatória, não tendo relação com suas trajetórias de vida. A priori, serão nomeadas por nomes de outras mulheres com trajetórias relevantes de luta e resistência no contexto nordestino e brasileiro, sendo a grande maioria de mulheres não-brancas e nordestinas. Dez mulheres foram convidadas a participar desta etapa da pesquisa:

- A primeira destas, é Nísia Floresta<sup>1</sup>. Mulher de 67 anos, como ela mesma se apresentou é uma mãe de cinco filhos, branca. Nísia aos dez anos foi levada por uma

---

<sup>1</sup> O nome Nísia Floresta, mulher, nordestina e a primeira educadora feminista no Brasil. Para saber mais: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/>

família com mais condição financeira que a sua, segundo o que ela relata, ela não era empregada. Porém tinha todas as obrigações de uma doméstica. Ela demonstra que a relação com a chefe dessa nova família era muito próxima, e que ela aos 17 anos decidiu voltar para a sua família, mesmo sobre a ameaça da família que a acolheu. Constituiu família, teve um filho e ficou viúva. No segundo casamento, teve três filhos, e teve o processo de separação. O marido a deixou quando os filhos e filhas eram crianças, e foi constituir outra família com uma mulher mais nova. É aposentada. Vive na comunidade a aproximadamente 35 anos. Também é vista como liderança comunitária, especialmente pelos trabalhos relacionados ao cuidado com o espaço comunitário.

- A segunda mulher é Maria Firmina dos Reis<sup>2</sup>, tem 70 anos, vive na comunidade a um pouco mais de 40 anos, negra. Também teve alguns filhos e filhas. Hoje sua vida está cerceada pelos muitos grupos da igreja católica que ela coordena e/ou é membro. É uma das primeiras moradoras da comunidade e é reconhecida por muitos como uma liderança. É casada há 41 anos, e junto ao seu companheiro foram os primeiros moradores da comunidade, ambos são referenciais para a comunidade. No início de sua chegada passaram por muitas privações, esta trabalhou como doméstica durante grande parte de sua vida. Ele trabalhava como caseiro. Ambos são aposentados atualmente.
- A terceira mulher é Laudelina de Campos Melo<sup>3</sup>. Ela tem 72 anos, negra, teve cinco filhos, quando o último nasceu o marido se separou da mesma, para viver outra relação com uma mulher mais nova. Ela relata que passou por muitas privações para criar os filhos e filhas. Que por vezes, teve que trabalhar na casa de outras pessoas, em troca de um prato de comida. Relata não saber ler e escrever, e que por isso, não se sente alguém importante. Também faz parte de muitos grupos da igreja católica. Por vezes, traz na sua fala uma preocupação excessiva em se afirmar como uma “mulher direita” e de “valor”, muito baseado no fato de não está em um casamento. É aposentada. Esta vive na comunidade a quase 40 anos.

---

<sup>2</sup> Maria Firmina dos Reis, a primeira mulher (nordestina e negra) a publicar um romance na América Latina, importante militante no movimento abolicionista brasileiro. Para saber mais: <https://mdemulher.abril.com.br/cultura/quem-e-maria-firmina-dos-reis-a-escritora-negra-homenageada-pelo-google/>

<sup>3</sup> Laudelina de Campos Melo foi a primeira presidente do sindicato de trabalhadoras domésticas, importante nome na resistência contra o racismo e as formas de submissão de mulheres negras. Para saber mais: <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/heroi/laudelina>

- A quarta mulher é Maria Bonita<sup>4</sup>, tem 27 anos, parda. É funcionária pública de uma instituição federal. Vive na comunidade desde que tem 10 anos de idade. É casada, e não tem filhos. Ela não participa de grupos na comunidade, mas tem relações próximas com a vizinhança. Esta relata senti falta de participar mais dos processos organizativos da comunidade, mas que não encontrou tempo dentro de sua rotina para isto.
- A quinta mulher é Dadá<sup>5</sup>, tem 65 anos, é viúva, parda. Vive na comunidade há mais de 30 anos. Esta vive em casa com a filha mais nova. Ela se sente isolada da comunidade e sente que este isolamento se tornou mais forte desde o falecimento do companheiro, há seis anos. Acredita que se tivesse mais grupos voltados para os idosos ela poderia ter relações mais próximas com seus pares na comunidade;
- A sexta mulher é Lia de Itamaracá<sup>6</sup>, tem 26 anos, branca. Tem uma filha, ela é professora em uma localidade fora da comunidade. Não participa de grupos na comunidade. Tem uma relação mais distante com a vizinhança por conta do trabalho. Contudo, cresceu na comunidade desde que tem um ano de idade.
- A sétima mulher é Elisabeth Teixeira<sup>7</sup>, ela tem 34 anos, parda. Atualmente está desempregada. O principal motivo do desemprego é por não conseguir um emprego próximo a sua residência, em que fosse possível que ela pudesse também cuidar do filho pequeno. Não se envolve em grupos na comunidade. É casada, tem dois filhos.
- A oitava mulher é Soledad Barrett<sup>8</sup>. Tem 54 anos, branca, e tem uma filha. A filha dela estuda na Unilab, e por isto, Soledad sempre referencia a educação como a coisa mais relevante dentro da comunidade. Ela não participa de grupos na comunidade, mas possui uma relação muito próxima com os vizinhos. É separada.

---

<sup>4</sup> Maria Bonita, o nome escolhido é em alusão a rainha do Cangaço, a primeira mulher a fazer parte desse movimento de resistência nordestino. Para saber mais: <http://www.revistacapitolina.com.br/mulheres-no-cangaco-resistencia-e-subversao/>

<sup>5</sup> Dadá, o nome escolhido a uma das mulheres nordestinas do movimento de resistência conhecido, como cangaço. Esta recebe destaque por ter sido a única mulher que realmente foi para a linha de frente das batalhas. Para saber mais: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/dada-a-amazona-do-cangaco-que-lutou-ao-lado-de-corisco-no-bando-de-lampiao.phtml>

<sup>6</sup> Lia de Itamaracá, mulher negra nordestina, símbolo de resistência, cultura e arte nordestina. Para saber mais: <https://asminanahistoria.wordpress.com/2016/12/23/lia-de-itamaraca/>

<sup>7</sup> Elisabeth Teixeira, nordestina, uma das líderes de um movimento de resistência camponês. Para saber mais: <https://asminanahistoria.wordpress.com/2017/02/16/elizabeth-teixeira-simbolo-de-resistencia/>

<sup>8</sup> Soledad Barrett, paraguaia, uma das importantes militantes contra movimentos ditatoriais na América Latina e Brasil: <https://asminanahistoria.wordpress.com/2017/01/16/ha-44-anos-assassinaram-no-brasil-a-paraguaia-soledad-barrett/>

- A nona mulher é Esperança Garcia<sup>9</sup>, tem 42 anos, preta. É uma importante liderança comunitária, estando a frente de importantes grupos religiosos, que também realizam atividades consideradas de caridade e solidariedade dentro da comunidade. Ela é artesã, e vive na comunidade desde criança, a aproximadamente 30 anos. Ela é divorciada e tem duas filhas. Ela tem relações próximas com os e as moradoras mais antigas na comunidade, sendo também uma referência aos mesmos pelos trabalhos desenvolvidos junto aos grupos religiosos.
- A décima mulher é Margarida Alves<sup>10</sup>, tem 60 anos, parda. Mora a 24 anos na comunidade. É aposentada. É casada. Ela não participa de grupos na comunidade. Hoje se dedica ao cuidado dos netos. Não tem uma relação de grande proximidade com a vizinhança.

#### *4.3.3 Instrumentos de Coleta de Dados*

Foi realizada uma entrevista semiestruturada a partir de perguntas abertas baseadas na análise dos resultados obtidos no estudo quantitativo, buscando a apreensão dos sentidos e experiências cotidianas relacionadas ao fenômeno em estudo e a imbricação com a fundamentação teórica do mesmo, como também, no desejo de aprofundar as questões de gênero e desigualdades sociais. A proposta do roteiro de entrevista dialoga também com as delimitações da pesquisa guarda-chuva sobre Sentido de Comunidade.

A entrevista semiestruturada é uma técnica de apreensão das experiências cotidianas e dos sentidos desenvolvidos pelas entrevistadas a partir da construção de um roteiro elaborado de forma dedutiva a partir das experiências da realidade em estudo e da fundamentação teórica do mesmo (FLICK. 2009). O roteiro de entrevista está em apêndice (Apêndice B: roteiro de entrevista).

Também é importante pontuar a flexibilização na elaboração deste roteiro, a fim, de permitir a dinamicidade às perguntas a partir do discurso das entrevistadas (BREAKWELL et.al., 2010). As entrevistas foram realizadas baseadas numa relação de horizontalidade, respeito e empatia as entrevistadas, para que estas se sentissem acolhidas e expressassem seus

---

<sup>9</sup> Esperança Garcia, mulher, negra, nordestina, importante símbolo de resistência negra. Para saber mais: <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/esperancagarcia>

<sup>10</sup> Margarida Alves, mulher, nordestina, foi militante e importante liderança de um dos movimentos de resistências mais conhecidos do país, de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Para saber mais: <https://revistaforum.com.br/noticias/conheca-a-historia-de-margarida-alves-que-inspira-a-marcha-das-margaridas/>

pontos de vista sobre a problemática estudada (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005). Estas também foram gravadas e o material foi transcrito para fins de análise.

#### *4.3.4 Análise de dados*

A análise que nos propomos tem um viés interseccional, pois leva em consideração os marcadores interseccionais, os contextos específicos e as relações de poder atreladas ao mesmo para a construção das reflexões analíticas (CHRISTENSEN; JESEN, 2012). As informações oriundas das entrevistas foram analisadas a partir do referencial teórico da análise de conteúdo (BARDIN, 2010). Esta análise tem como finalidade a interpretação baseada em inferência a partir de indicadores qualitativos e quantitativos. A autora relata que esta análise pode ser realizada a partir de seis técnicas possíveis, nos centraremos na análise categorial.

A análise de conteúdo categorial, segundo a autora Bardin (2010), é uma das técnicas de análise de conteúdo mais utilizadas. Esta apresenta a possibilidade de categorização a partir da análise temática, que neste trabalho, se centra nas dimensões das categorias gênero, desigualdade de gênero, sentido de comunidade e pobreza multidimensional, exploradas nas entrevistas. Esta mesma autora destaca que há a possibilidade de realizar esta análise a partir de categorias dedutivas e indutivas. Contudo, a proposta é que esta análise seja construída a partir das falas das pessoas, portanto, só utilizaremos as categorias indutivas. Na fase de codificação dos dados foi utilizado como recorte a perspectiva temática vinculada às categorias analíticas. Na fase de agregação, as categorias foram relacionadas em macro categorias ou relacionadas entre si. Também, foi possível enumerar a frequências das categorias e das macro categorias utilizadas.

#### *4.3.5 Procedimentos*

Para a realização desta pesquisa foi necessária à inserção comunitária no território do Parque da Liberdade localizado na cidade de Redenção-CE. Esta investigação foi realizada em parceria com o grupo de extensão/pesquisa ReaPODERE. Inicialmente foram realizadas as caminhadas comunitárias para apropriação do território e fortalecimento do vínculo com a população do bairro.

Após a aplicação do instrumento quantitativo referente ao estudo 1, iniciamos um processo de reconhecimento das principais lideranças comunitárias do bairro. Neste sentido, os meses de inserção de aplicação do instrumento, auxiliaram no processo de familiarização

com o território da pesquisa (MONTERO, 2004). Ao nos tornarmos mais próximos ao território, pudemos reconhecer relações, tensionamentos e os modos de vida do lugar.

Em meio a este processo emerge um movimento de moradoras em prol de realizar ações voltadas a problemática do lixo nas ruas, canteiros e pontos estratégicos do bairro. Esta foi uma das questões que mais emergiram nas falas dos e das moradoras, e de alguma forma, quando os questionamos (estudo 01) sobre o que não gostavam na comunidade e a referência da maioria era o lixo, acabou reverberando um movimento de afrontamento a tal questão.

Deste movimento, foi possível identificar algumas pessoas, que embora não sejam lideranças formais da comunidade, eram pessoas que tinham poder de decisão e tomavam a frente nas questões mais centrais ao grupo comunitário. Estas eram em sua maioria mulheres. Assim, entendemos como relevante convidá-las a se tornarem participantes desta pesquisa. Propomos assim, um roteiro de perguntas abertas para a entrevistas. Retornamos nas casas das mulheres reconhecidas com esse perfil de liderança para a realização da entrevista. À medida que entrevistamos uma participante, ela indicava uma outra pessoa que poderia ser entrevistada. E assim, realizamos cinco entrevistas.

Em meio a essa inserção comunitária, especialmente dos laços criados ainda no estudo 01, algumas outras mulheres também se mostraram disponíveis a serem entrevistadas por já terem participado no estudo 01. Assim, também entrevistamos mulheres, que não se identificavam e/ou eram identificadas como lideranças. Tendo ao todo 10 participantes. Importante também relatar que devido a extensão do roteiro de entrevista, por o mesmo abarcar perguntas referentes a pesquisa guarda-chuva, mais as perguntas relacionadas as desigualdades de gênero, optamos por fazer a entrevista em dois momentos. Um para o as perguntas referentes ao roteiro da pesquisa guarda-chuva e mais algumas perguntas sobre pobreza, e um segundo momento para as perguntas sobre desigualdade de gênero. Tendo em média cada entrevista, considerando os dois momentos, de 35 a 45 minutos.

Entendemos que visibilizar a experiência dessas mulheres com ou não participação social ativa seria de grande relevância para os objetivos deste estudo. Após as entrevistas, as transcrições das mesmas foram realizadas pela pesquisadora responsável. Em seguida, realizou-se a análise de conteúdo categorial, para a construção dos resultados e discussão do estudo.

#### 4.3.6 *Questões Éticas da Pesquisa*

Inicialmente, reforçar-se o compromisso ético-político com as atrizes sociais envolvidas nesse processo investigativo. Especialmente, considerando que o tipo de investigação que aqui se propôs diz respeito às trajetórias de vida destas, que se dispuseram a serem partícipes, e através da pesquisa podem ser levadas a refletir sobre si e sua realidade (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005).

Foi considerada a resolução de ética na pesquisa 510/2016, que diz respeito às questões éticas de pesquisa com seres humanos, definindo critérios, delimitações, entre outros aspectos referentes à pesquisa com seres humanos que priorizam em seu cerne a vida e a dignidade humana. E este trabalho de pesquisa seguiu as normas e procedimentos éticos desta resolução.

De tal maneira, o compromisso ético aqui assumido é ampliar os benefícios e minimizar os prejuízos as participantes da pesquisa, reconhecendo a possibilidade de riscos mínimos e disponibilizando as mesmas a possibilidade de suporte institucional a partir da parceria estabelecida com a Prefeitura de Redenção – CE (CRESWELL et.al., 2010). Também asseguramos disponibilidade a qualquer momento os pesquisadores para esclarecimentos sobre quaisquer aspectos da pesquisa.

As participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Contando com uma explicação do propósito da pesquisa, as expectativas que se têm das participantes na pesquisa, o procedimento que seriam realizados com os dados, e também foi garantindo o sigilo e anonimato das pessoas informantes da pesquisa (BREAKWELL, et.al. 2010).

Assim, pontua-se como compromisso a realização da devolutiva dos resultados as instituições parceiras ao projeto, como também as participantes da pesquisa, que assim desejarem. Por fim, importante pontuar que o compromisso ético e social é transversal a esta pesquisa, sendo a mesma submetida e aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira), sobre o número de registro CAAE: 89916418.2.0000.5576.

#### **4.4 Resultados e Discussão**

Importante pontuar que as mulheres participantes desta pesquisa, por mais que vivam no mesmo território, possuem distintas características, que modificam o modo como percebem



a comunidade, as questões de pobreza, de gênero e a si mesmas. Estas são mulheres em situação de pobreza, pertencentes a comunidade numa região do interior do Ceará, e em sua maioria, não-brancas. E que estes marcadores sociais representam o reconhecimento da diversidade e da pluralidade da categoria mulher, especialmente neste contexto. Pensar a categoria mulher como universal e embasar práticas que não reconheçam as diversidades possíveis a esta fortalecem a violência e a subordinação operadas sobre as mulheres não-brancas, que não estão incluídas nessa universalidade burguesa (ESPINOSA et. al., 2017). Assim, Crenshaw (2002) aponta que as discussões no âmbito do feminismo precisam perpassar a tríade gênero, classe e raça numa perspectiva interseccional, reconhecendo os processos de discriminação e exclusão a partir destes e de outros marcadores sociais das diferenças para um melhor enfrentamento das distintas e múltiplas formas de opressões.

Gonzaga (2015) situa que as mulheres têm sido colocadas historicamente numa posição de subalternidade. As suas possibilidades têm sido podadas por uma organização social machista, que tem limitado as possibilidades de modos de vida das mulheres. Desvela que em mesmo em cenários de pobreza, as mulheres acabam sofrendo mais privações pela organização social patriarcal e machista. Tendo estas, por vezes, que assumirem duplas e/ou triplas jornadas de trabalho. Desta forma, Walsh (2017) aponta que é relevante nos colocarmos contra as estruturas sociais que não fomentem processos de emancipação humana e de liberdades individuais e coletivas. Para esta autora, é relevante o reconhecimento e o enfrentamento destas estruturas que desumanizam e subalternam as pessoas às condições de pobreza e desigualdades, especialmente as mulheres, que historicamente têm sido colocados nesta posição.

Spivak (2010) discorre que historicamente no processo de colonialidade tem existido tensões excludentes de pessoas a partir de marcadores da diferença, como a classe, raça e gênero. E que este projeto colonial age em concomitância ao patriarcado e ao capitalismo, cerceando as liberdades, de negras(os), pobres e mulheres, que tem se apresentado como subalternos. Suas liberdades de emancipação humana são podadas em prol de uma supremacia de um outro. Uma das participantes ainda pontua sobre as liberdades entre mulheres e homens que:

Aquela história de que, eu também disse, de que homem pode, homem pode beber, homem pode não sei o quê, pode sair. Acho que isso ainda é meio, meio forte. E alguns casos quando é diferente, são poucos, mas acho que ainda se predomina isso (Trecho de entrevista de Margarida Alves).

Tendo em vista isto, as autoras Espinosa et.al. (2017) têm considerado a relevância de um feminismo descolonial, que tenha como práxis a transformação das relações sociais de opressão e subordinação a que as mulheres pobres, negras e indígenas têm sofrido. Fortalece-se, assim, processos de libertação e afirmação das múltiplas possibilidades comuns e singulares dos modos de vida e produção de subjetividade dessas mulheres. Neste sentido, apresentamos os achados encontrados a partir das entrevistas realizadas com estas mulheres. O roteiro proposto discorria sobre as temáticas de pobreza, sentido de comunidade e gênero. Contudo, o processo de realização das entrevistas desvelou outros atravessamentos, que não estavam explícitos no roteiro, como o conflito geracional expresso a partir das opiniões das mulheres, as políticas públicas e a religiosidade.

Retomando a discussão feita no capítulo anterior, apontamos que o sentido de comunidade enquanto expressão de *nosotros* tem dialogado junto com as realidades comunitárias como fator de proteção social e estratégia de resistência (GONZÁLEZ; LUNA, 2014). Assim, entendemos que, a partir da realidade vivida pelas pessoas em seus contextos, é possível construir e co-facilitar estratégias de intervenções psicossociais que tenham efeito político em suas vidas cotidianas (XIMENES, CIDADE, SILVA, 2019). Desta forma, reafirmamos a compreensão de um construto de sentido de comunidade que facilite processos de mudança social, à medida que o mesmo emerge com e a partir das pessoas, de seus significados e de suas vivências históricas (GÓIS, 2008; MARTÍN- BARÓ, 2009).

Importante pontuar que como discutido no capítulo anterior, o sentido de comunidade sofre influências das dimensões das pobreza. E que isto referenda as discussões levantadas por outros estudos, que afirmam que o sentido de comunidade é impactado pelas condições de vida das pessoas e seus contextos sociais (JACOB, 2001; MARANTE, 2010; GONZÁLEZ; LUNA, 2014; GONZÁLEZ, 2015; XIMENES, et.al., 2019; OBST; WHITE, 2004). E considerando, que neste estudo, há um atravessamento evidente dos marcadores sociais das participantes do mesmo, há também a compreensão que estes afetam o sentido de comunidade desenvolvido pelas mesmas. Assim, consideramos as falas das mesmas e suas perspectivas sobre o que é o sentido de comunidade para refletirmos sobre esta categoria de análise.

Considerando os marcadores sociais de classe (entendendo que não falamos de qualquer classe, mas de pessoas em situação de pobreza), território, gênero e geração, que foram mais evidentes a partir das análises realizadas, percebemos como estes dialogavam

com a construção de sentido de comunidade que estas desenvolvem. Aportando a Jacob (2001), a partir de sua compreensão dos conceitos de comunidade e o de sentido de comunidade, uma das participantes ao ser indagada o que é o sentido de comunidade, respondeu o seguinte:

É porque eu preciso da minha comunidade, eu não sou nada sem a minha comunidade. Eu não sou nada, né? Eu me sinto assim feliz, porque eu sei que tenho essa pessoa, que vão de qualquer maneira incentivar na minha vida, a vida se torna mais feliz, mais agradável, a gente fica sabe mais “eu to com esse problema aqui, mas eu vou já ali, vou já conversar com fulano”. Aí chega lá você desabafar com aquela pessoa e você sente aquela gratidão de pertencer aquela comunidade, porque você sabe que você é da comunidade. A comunidade precisa da gente, e a gente precisa da comunidade, por que o que faz a comunidade não é as pessoas?! Não é a união das pessoas que faz a comunidade?! A comunidade é a união de pessoas, sobreviver perto daquelas pessoas (Trecho de Entrevista com a Participante Soledad Barrett)

Neste trecho há uma percepção que a própria comunidade é constituída a partir deste sentido de comunidade, atrelado ao sentimento de pertença e de emoções compartilhadas. O que corrobora com o pressuposto de autoras como Montero (2004) e Jacob (2001) que apontam que o sentido de comunidade é diferente do conceito de comunidade, mas o compõe. Não se pode pensar no mesmo desassociado da comunidade. Esta enquanto espaço geográfico, político, histórico, cultural, onde a vida e as relações entre e com as pessoas se realizam, possibilitando formas de vida em comum (GÓIS, 2008). E o sentido de comunidade enquanto possibilidade de suporte mútuo e apoio social comunitário, o que pode facilitar o processo de proteção social.

A fala da participante *Soledad Barrett* também aponta para um conceito de sentido de comunidade atrelado a ideia de pertencimento que para McMillan e Chavis (1986) seria uma das dimensões que compõe esse construto. Esse pertencimento também delimita a um lugar, as possibilidades de relações e modos de vida presentes que para participante é cercado pela união entre as pessoas, pelo apoio social entre os membros da comunidade. Desvela a possível existência de uma rede de relações pessoais para o suporte mútuo no espaço comunitário, numa perspectiva de ser em comum as outras pessoas. Perpassa a ideia de comunidade, enquanto espaço coletivo, onde as identidades individuais se fortalecem a partir do diálogo com as identidades coletivas da comunidade (RIVERA, 2009).

Esta ideia foi muito comum entre as entrevistas, como podemos visualizar a partir da fala de outra participante *Nísia Floresta*: “Eu acho que o sentido de comunidade é a gente se unir, ser uma família, o que eu quero pra minha casa, você quer pra sua, e o que a gente quer

pra o nosso bairro, todo mundo querer, que a gente mora aqui. Eu, meu modo de pensar é desse jeito.” Fortalece-se o sentido de comunidade relacionado a expressão de *nosotros*, reconhecendo na estrutura sócio comunitária a percepção de modos de vida vinculados a uma perspectiva coletiva (GONZÁLEZ; LUNA, 2014). Em contrapartida, há uma visão individualista e utilitarista do território (GUARESCHI, 2014; GONZÁLEZ, 2015). Há uma preocupação em construção de vida em comum, em co-responsabilização pelas questões comunitárias, que são perpassadas por relações de proximidades entre os e as moradoras, que dividem anseios, sonhos e perspectivas de modos de vida, em ações para o bem viver (ACOSTA, 2016).

Segundo a maioria das entrevistas, as relações entre as vizinhanças são próximas. Um dos fatores que favorecem isso é o tempo de moradia, muitas destas tem mais de trinta anos que moram neste território. E por vezes, os seus vizinhos também são familiares. Muito presente nas falas das entrevistadas a percepção de vizinhança como apoio social e suporte mútuo. Como é possível observar nestes relatos:

[...] porque você ver quantas famílias precisam ir embora da onde vivem porque não se dar com o vizinho, porque os filhos não se dar, pra não morrer, pra não matar. Muitas famílias se demandam, vai pra um lado vai pra o outro. Mas aqui minha filha, quando um gritar todos correm, aqui é família que se um tiver sofrendo todos sofrem junto, se um tiver sorrindo, todos sorriem juntos. Ai eu acho que a comunidade unida, comunidade amiga, porque a gente faz amizade é assim (pausa) até parteira eu fui peguei dois meninos (risos) (trecho entrevista de Laudelina de Campos Melo)

[...] a comunidade nos ajuda muito, eu tiro por mim, porque assim a comunidade incentiva muito a gente, porque quando a gente tá triste, não tá querendo reagir um problema. Aí chega um vizinho, ai fala “não Soledad não é assim, você tem que reagir”. Eu acho muito importante a convivência na comunidade, e a comunidade é muito importante na nossa vida né, saber conviver na comunidade, respeitar os direitos uns dos outros. Procurar ajudar, se eu tenho um vizinho ali que tá com problema, aí eu tenho que procurar uma solução né? [...] (Trecho entrevista de Soledad Barrett).

Aí nós somos tudo família, pelo menos a minha rua, tem gente que acha que nós somos é tudo irmão, o problema de um é o problema do outro, eu tenho uma vizinha aqui que o povo jura que nós somos irmãs, assim, meus filhos nasceram aqui e eles vieram pra cá com os filhos pequenininhos, nós somos uma família, a nossa Travessa Redenção o resto eu não sei. (Trecho de Entrevista de Nísia Floresta).

Contudo, há um reconhecimento que nem todas as relações de vizinhança são de muita proximidade. Apontam que a chegada da Unilab no território mudou a dinâmica comunitária, especialmente nessas relações de vizinhança. Ainda assim, há uma abertura por parte de algumas moradoras entrevistadas de incorporar os e as moradoras novas, especialmente os e as estudantes da Unilab a dinâmica comunitária:

Mas agora, outras famílias que vai chegando, que a gente não tem mais contato assim, num tem conhecimento né? Porque muito morador, principalmente agora, esses estudantes da UNILAB que entraram, o pessoal, os estudantes, tem gente de todo canto. Tem gente de todo canto. A gente não conhece todo mundo né? Mas aí a gente vai... pelo menos eu, graça a Deus, meu Deus, mais eu tenho um queda muito grande para conversa, nesse portão aqui, era é cheio, mas cheio mesmo de africano, pra mim ajeitar as coisas deles. Os pobres no meio do mundo né? Que vem de muito longe, sem família, sem contato com a família, sem ter quem fizesse. Tem deles que sai de casa, saiu assim como quem diz, sem rumo né? Só pra vim parar aqui, sem saber o que fazer e sem ter quem faça. Aí, eu fico com uma pena muito grande (Trecho de entrevista de Laudelina de Campos Melo).

Era mais tranquilo, era mais calmo. Mas também, porque a população era menor. E assim, agora tem gente que vende as casas né? Tem muito morador novo, pessoas que a gente não conhece né? Que a gente passa a conhecer né? E no começo a população era menor e a gente se conhecia melhor né? (Trecho de Entrevista de Esperança Garcia).

É, eu considero muito boa, sabe? Porque assim, apesar de ter alguns moradores novatos, que vão chegando, mas a gente tenta visitar né? Tenta conhecer. Mas a convivência é boa, eu acho uma convivência muito pacata, graças a Deus. Problemas têm, para todos os cantos, mas. (Trecho de Entrevista de Dadá).

Contudo, também foi observado um outro movimento quando observamos os discursos de participantes com mais e menos participação ativa dentro da comunidade. Percebemos, que o envolvimento social das participantes afetava a forma como estas percebiam o apoio social e integração e satisfação das necessidades sociais das mesmas, dentro da comunidade. Neste trecho temos a fala de uma das participantes, reconhecida como uma pessoa influente no tecido social:

[...]porque é muita gente mulher, muita gente fala muita coisa, diz muita coisa, exige, se você for fazer, porque no dia da reunião<sup>11</sup> eu disse lá, até a Dr<sup>a</sup> foi, aí ela discordou de mim, que eu disse assim (pausa), todo mundo vai, na hora foi doze pessoas que se prontificou aí pra o grupo, eu disse “eu acho que não vai dar certo”, aí ela perguntou “porque?” aí eu disse “é muito fácil você dizer que vai, aí na hora vamos ver quem vai” (pausa) e vai aparecer como apareceu, essa rua ali ficou lotada de gente (lugar onde foi realizada a intervenção do jardim comunitário) pra dizer como era pra fazer, como era que podia ser feito, que assim tá melhor, e fazer? Não tem ninguém fazendo. (Trecho de Entrevista Participante Nísia Floresta).

Enquanto neste trecho, a fala de uma participante que reconhece não ter participação social ativa, embora reconheça a relevância da participação social para o desenvolvimento comunitário:

Participam, não muita gente né? As poucas pessoas que vão já é melhoria, não é coisa que não foi ninguém né? Foi alguém, muitos são chamados e poucos são escolhidos, e aí aquelas pessoas que foram, esse que tiveram coragem, que se incentivaram e tão fazendo, a gente agradece, a gente tem que agradecer assim a ação das pessoas né? Sempre tem uma pessoa que vai agir, nem que seja uma

---

<sup>11</sup> Referindo-se a reunião realizada para tentar solucionar a questão do lixo

peessoa que venha de fora, tá ajudando a nossa comunidade, tem sempre um incentivo pra nossa vida hoje, graças a Deus (Trecho de Entrevista Soledad Barrett).

O que podemos observar é que a satisfação com as necessidades sociais na participante que é ativa, é baixa, pois a mesma tem uma percepção de que a comunidade não investe em estratégias e ações para o bem comum. Enquanto a mulher com participação menos ativa, reconhece mais facilmente as ações realizadas, embora não se veja fazendo parte da construção destas. Freitas (2008) aponta que há diferentes tipos de participação, e que estas reverberam em diferentes estratégias de ação, que produzem efeitos distintos sobre a continuidade dos trabalhos em comunidade. Esses diversos tipos psicológicos de participação, fomentam dualidades entre “o fazer e o sentir-se em relação a esse fazer; entre o agir e as diferentes maneiras de sentir-se fazendo (ou não) algo, independente deste fazer ser real, próximo ou visceralmente implicado com a realidade concreta (FREITAS, p.37, 2005).

A vida e a trajetória cotidiana destas participantes aportam para participações e não participações nas estratégias psicossociais na comunidade. Estas contradições perpassam as práticas comunitárias e as redes de relações de solidariedade (MONTERO, 2003). Neste sentido, o que colocamos em análise não é o nível de participação, mas consideramos que a adesão a participação social está imbricada ao sentimento de pertencimento e as resistências a partir de práticas de liberdade e justiça, para uma conseqüente mudança social (MARTIN-BARÓ, 2009). E estas não estão desassociadas de um fortalecimento de um sentido de comunidade, que perpasse o investimento das pessoas em ações cotidianas conjuntas (GÓIS, 2008; FREITAS, 2015).

Esse investimento e/ou adesão a uma participação social mais ativa e com efeitos sobre o cotidiano comunitário é possível a partir do fortalecimento de processos de conscientização (FREIRE, 2003). Este processo se atrela a uma perspectiva de ação libertadora (MARTIN-BARÓ, 2009) que neste contexto necessita também dialogar com uma perspectiva de gênero. Para Biroli (2018), a participação das mulheres em diferentes dimensões da vida pública é prejudicada nas sociedades modernas. E apontamos em especial a brasileira, porque existe uma estrutura patriarcal, racista e classista que fomenta uma divisão sexual do trabalho, que produz uma divisão desigual de recursos fundamentais para a participação social, a saber: a renda e o tempo livre.

Esta autora argumenta ainda, que a abordagem de gênero é central para compreendermos a participação política feminina. Hoje ocupamos cerca de 10% dos cargos

eleitos no legislativo, embora sejamos mais de 50% da população brasileira (IBGE, 2019). Contudo, o gênero não se separa das questões de classe e raça, pois as privações que as mulheres passam não são as mesmas para todas as mulheres. E para Macedo (2008) as mulheres brancas não sofrem as mesmas privações de mulheres negras, assim como as ricas não sofrem as mesmas privações que as pobres. E fatores como gênero, classe, raça e nacionalidade atravessam as oportunidades reais de participação social e de privilégios que as pessoas possuem (BIROLI, 2018).

E essas hierarquias de classe, raça, gênero incidem sobre o acesso a espaços de poder que uma pessoa pode ou não ocupar. E, nestes cenários, as mulheres pobres e não-brancas são as mais privadas (BERNARDINO- COSTA, 2015; BELL HOOKS, 2015). O que apontamos é que existe uma sequência de desvantagens a estas mulheres, que são ocasionadas pelas posições em que estas ocupam, mantidas a partir dessas hierarquias opressoras (BIROLI, 2018). E isto afeta as identidades das mulheres e suas ações e/ou possibilidades de ações frente ao mundo (MAYORGA, 2014).

Um dos fatores que influenciam estas questões é que mulheres não – brancas em comparação com as mulheres brancas, e a homens negros e brancos tem menos possibilidade de se dedicar a própria formação profissional (BIROLI, 2018). Estas ocupam os trabalhos com menos remuneração, são a maioria das trabalhadoras domésticas (BERNARDINO-COSTA, 2015). Tem mais direitos trabalhistas violados devido as condições de subalternidades vivenciadas em trabalhos informais, mal remunerados, e com alta carga de trabalho (SOUZA, 2017). Isto também afeta suas disposições para a participação social, como pode ser observado a parte da fala da participante:

Essa mulher aqui nunca estudou, não sabe de nada. Eu participo das coisa da igreja graças a Deus gosto muito, graças a Deus sou católica apostólica romana com todo gosto. E ai nós faz parte de muitas coisas, dos círculos bíblicos, das legionárias de Maria, nós faz parte do apostolado do coração de Jesus, nós participa de tudo da igreja. Ai eu não sei ler nada, ai quando chega nos canto: “fala maria? Ai eu digo não sei falar não, fala vocês que sabem ler, que são formados” (pausa). (Trecho de Entrevista Participante Laudelina de Campos Melo)

A falta de um processo de educação formal despotencializou essa mulher a acreditar-se diminuída, incapaz de produzir conhecimento e de está a frente de processos relevantes dentro de seu círculo sócio- comunitário. Ela desde a infância vem passando por processos de pobreza, que se agravaram após o fim do casamento. Como a mesma relata neste trecho da entrevista:

[...] vivi muito com isso. Lavei muito prato pra poder ganhar um prato de comida, eu criei seis filhos, quantos anos eu tinha quando fiquei separada de marido? 32 anos (pausa). Fiquei separada de marido com meia dúzia de filhos, eu fiz todo trabalho que tinha direito, só teve duas coisas que eu não fiz, foi graças ao meu Deus, foi me prostituir e roubar, mas o resto (risos). Pois é minha filha mas é assim, eu fiquei criei esses filhos, hoje estão todos nas casas deles, casados, meus seis filhos, três homens e três mulheres, graças a Deus, tão lá tudo numa boa, agora eu duvido você dizer quantos anos eu tenho (Trecho de Entrevista Participante Laudelina de Campos Melo).

Segundo Biroli (2018), as mulheres, por conta da própria divisão social do trabalho, se tornam mais vulneráveis quando põem fim do casamento e quando possuem filhos, porque a organização social as colocou na responsabilidade de cuidado e proteção dos filhos. É um processo desigual, visto que os homens dedicam menos de um terço do tempo aos cuidados domésticos e de filhos (CEPAL (2017)). Eles representam cerca de 3,6% dos chefes de família, formadas por homens e seus filhos, enquanto as mulheres são 42,65% das chefes de família formadas por mulheres e seus filhos (IPEA, 2014).

A partir disto, é que consideramos que discutir o sentido de comunidade a partir de uma perspectiva de *nosotros* é relevante. Para considerar nas discussões as desigualdades sociais de território, raça, classe e gênero, reconhece-se que os mesmos atravessam as possibilidades de sentidos de comunidades desenvolvidos por moradoras e moradores no contexto comunitário. Então, reconhecer que as mulheres assumem mais atividades no ceio comunitário, contudo, não são reconhecidas como lideranças comunitárias é reconhecer que existem estruturas macrosociais que elege às mulheres trabalhos não remunerados e não reconhecidos como relevantes socialmente (WALSH, 2017; DINIZ; MAYORGA, 2018). Embora elas sejam essenciais para o funcionamento social (BIROLI, 2018). Outro ponto desta discussão, que cabe relatar é a influência social. Algumas destas participantes eram vistas pelas outras como pessoas relevantes para o bairro. No entanto, elas não se auto referenciavam como alguém que tivesse influência social. Como pode ser observado na seguinte fala:

“Eu não, e nem quero, (risos) quando eu quero fazer minhas coisas eu vou só e faço. Aqui quase todo mundo, mais novo me chama de Maria de Redenção, “D. Maria de Redenção lá em casa, vamos lá, minha mãe está doente”, não sei o quê, não sei o quê. Aí eu corro lá, só pra isso, porque diziam que eu era doutora, eu era advogada, eu era policial, eu era tudo. Aí eu disse: “porque tão me chamando eu vou, né?” Mas se não ser pra algo, não chama a gente não. Ali são meus sobrinhos, eles nunca vem aqui, passam aqui, parece que não tá nem vendo, mas se lá tiver uma confusão, eles correm “Tia Nair, vamos lá em casa, tá tendo uma confusão lá em casa”. A gente não precisa só disso né. Eu disse: “a gente tem que ser amigo é nas horas ruins e também nas boas”. Aí hoje, eu tô ficando linguaruda ainda mais, aí eu digo



assim: “eu não sou mais *melhoral* que só serve na hora da dor, não me chame não, que eu não vou”. (Trecho de Entrevista Participante Nísia Floresta).

Rivera (2009) também percebeu este fenômeno em seu estudo, onde as mulheres apresentavam mais estratégias de intervenção psicossocial, mas não se viam ocupando lugares de liderança comunitária. Isto nos chamou a atenção, porque durante o processo de campo, apenas dois homens foram referenciados como importantes e com influência no bairro. E estes eram respectivamente, filho e companheiro de uma mulher, que foi a segunda pessoa a ser mais referenciada enquanto liderança comunitária. Ainda neste sentido, é importante relatar que a comunidade não possui uma liderança comunitária formal. Estas mulheres foram referenciadas enquanto pessoas que assumem atividades inerentes a esse papel, mas não o ocupam formalmente. Quando questionadas se existem e quem são as lideranças, elas não sabem informar e/ou afirmam não existir.

Só que assim (pausa) tem comunidade que tem um líder para ajudar e nessa comunidade eu não conheço se tem, não conheço pra conquistar alguma coisa assim para o bairro, geralmente tem um líder né? Um representante, que eu conheço não tem não. (Trecho de Entrevista Participante Elisabeth Teixeira).

Porém quando perguntadas sobre pessoas que exercem influência, que ajudam e fazem ações em prol da comunidade, elas referenciam algumas das mulheres que são participes desta pesquisa. Esses dados podem revelar que existe participação comunitária ativa de mulheres nos enfrentamentos de problemas comunitários e na promoção de ações voltadas ao bem-estar na comunidade, mas que o processo organizativo comunitário não as atribui papel de liderança. E o que pode estar por trás disso é uma estrutura de poder que mesmo reconhecendo a ação e influência das mulheres para a organização social, não permite que esta seja reconhecida a partir de um lugar de liderança.

Na medida, que nem mesmo o auto reconhecimento é fomentado, inferimos que podem haver conjunturas que não facilitam processos de protagonismo feminino. Castro et.al. (2017) apontam que uma das possibilidades de mudança social é a partir deste protagonismo social feminino, que não apenas reconhece o papel social das mulheres como fomenta estratégias de favorecimento do mesmo. Este protagonismo social feminino precisa ser mediado, pelas hierarquias operacionalizadas pelas opressões e desigualdades de gênero, classe, território e raça, que são força estruturantes a nossa sociedade, mas não impermeáveis (DINIZ, MAYORGA, 2018).

Estas estruturas encontram resistências, e uma delas é centrar a discussão de gênero não apenas como sinônimo de mulher, mas numa perspectiva de reconhecimentos das relações de desigualdades entre mulheres e homens frente a organização social (MACEDO, 2008). É possível pensar em estratégias e novos projetos subjetivos societários que afrontem as formas de opressão fomentadas (CASTRO, et. al., 2017). Como é possível identificar no seguinte trecho da fala de umas das participantes, micro resistências que movem novos agenciamentos de ser mulher:

[...]E pra mim, assim, eu particularmente, eu busco ser totalmente o oposto do que vi, vejo e venho vivenciando durante muito tempo. Principalmente depois que a gente casa e tem muita aquela cobrança, você casa aí: “e filho?”, e não sei o quê. Então, por essa cultura, eu, eu particularmente prezo o oposto, que a gente deve pensar bem, priorizar primeiro os nossos sonhos e *depooiiis*, essa questão da família. Não que eu seja contra, mas, eu priorizo primeiro, elencar outras coisas, pra depois se acontecer, esteja em segundo plano (Trecho de Entrevista de Maria Bonita).

Assim, embora existam esses processos de opressão e subalternidade é relevante pontuar que há também processos de resistências interseccionais que tem afirmado no cerne de suas ações a visibilidade e o fortalecimento dos agenciamentos de afrontamentos e resistências das minorias, inclusive destas mulheres, especialmente no contexto latino-americano (WALSH, 2017).

Importante também foi considerar o que as entrevistadas pensavam sobre pobreza. Entendemos que partimos de uma concepção de pobreza multidimensional, a partir das abordagens das capacitações (SEN, 2010). Reconhecemos a partir do estudo anterior que trabalhar a partir desta concepção amplia as nossas possibilidades de análise, pois as dimensões das pobreza têm diferentes efeitos sobre a vida cotidiana das pessoas e no contexto comunitário em estudo.

Estes efeitos perpassam as questões quantitativas mais visíveis das pobreza e afetam também as questões qualitativas, menos visíveis (DEMO, 2008). Acreditamos que visibilizar estas questões menos visíveis a partir das falas das entrevistadas seja relevante para os objetivos do estudo. Desvelar-se a partir das realidades das mesmas como as pobreza se dão dentro de suas trajetórias e em seus cotidianos, entendendo que seus marcadores sociais continuam sendo relevantes para análises que faremos a seguir.

Por mais que partamos de uma concepção de pobreza multidimensional, não necessariamente será desta concepção que as participantes centraram suas opiniões, porque há hegemonicamente uma concepção de pobreza unidimensional, e na maioria das vezes,

centrada na dimensão econômica (STOTZ, 2005). Neste sentido, é que se encontra a relevância de contextualizar o lugar que estas participantes partem para construir tais opiniões, porque estas opiniões partem, muitas vezes, de suas trajetórias pessoais, como do contexto sociopolítico macrosocial. Ao serem indagadas sobre o que é pobreza, algumas respostas possíveis foram:

Tem tanto, que a gente não sabe nem o quer que diga. Aí, o presidente entrou, nada tá fazendo. O quer que tá fazendo, né? Desempregando um bocado de gente aí, é isso, só isso. Como na UNILAB né, aí, desempregou um bocado de gente, e a pessoa tem que aceitar. E aja pobreza, a gente tudo dentro de casa, não é não? Só isso. (Trecho de Entrevista de Esperança Garcia).

Porque não tem emprego, né. O presidente tá aí fazendo um bocado de coisa aí mulher, a gente só fica vendo, vendo, vendo no jornal e calado, calado, calada né. De quem é a culpa? É da gente mesmo, que a gente coloca esse povo aí, né, no poder e fica desse jeito. Pode não. A pessoal tudo desempregado, a maioria por aí, tem gente que vive dos, dos aposentos dos pais né? Os filhos dentro de casa. É, aqueles que tem muito menino, como é... acho que passa é fome, é. (Trecho de Entrevista de Dadá)

Pobreza é você não ter como, sobreviver né? Não ter chance de trabalho, de estudo não é? Porque é uma situação bem difícil, bem precária. (Trecho de Entrevista de Margarida Alves).

Ausência de recursos financeiros, mas também, a falta de acesso a políticas públicas também. (Trecho de Entrevista de Lia de Itamaracá).

Pobreza eu acho que é quando a pessoa não tem a oportunidade de conquistar nem o alimento, e nem moradia eu acho que é, porque a gente pobre, a maioria é pobre, mas tem o alimento e tem a moradia, eu acho que tem tudo. Pobre é que não tem condição de ter o alimento todo dia e uma moradia digna (Trecho de Entrevista de Elisabeth Teixeira).

Estas concepções de pobreza aportam para o reconhecimento da dimensão trabalho e renda das pobres com o atravessamento das políticas governamentais inclusive de perceber, que existem perspectivas de gerenciamento de políticas que favorecem ou desfavorecem o enfrentamento das pobres (XIMENES, et.al., 2015). É perceptível que depois de 2016, quando houve o golpe de estado, destituindo a presidente eleita Dilma Rousseff e hoje com o (des)governo antidemocrático vigente, houve um aumento das pobres e das desigualdades sociais no país (BIROLI, 2018).

Importante lembrar que com o Decreto N° 9.759, de 11 de abril de 2019, do atual presidente antidemocrático, extingui e suprimiu a participação social, garantida pela Constituição Federal, dos 700 conselhos existentes, sobrevivendo cerca de 50 conselhos (BRASIL, 2019). Além de outras manobras para impedir e/ou diminuir a participação social

de centenas de pessoas representantes de classes e/ou minorias, o que na prática enfraquece a participação e o controle social sobre as políticas públicas.

Podemos inclusive pontuar que há uma perspectiva de estado atual, embalada pelos atuais governantes antidemocráticos, de aniquilamento de minorias (REISHOFFER; BICALHO, 2009). Estas tem sofrido o efeito, com mais evidência, dos cortes realizados em políticas públicas de assistência social, saúde e educação numa tentativa vil de dismantelar as estratégias e ações garantidas por lei e pela constituição federal de garantia de direitos básicos, como a saúde, educação, a moradia, a alimentação, dentre outros. Esse processo torna-se ainda mais violento e torpe, porque utiliza mecanismos neoliberais que fomentam a culpabilização pelas pobreza, inclusive a do país, às pessoas que são mais afetadas pelos efeitos das pobreza (ACCORSSI, SCARPARO, GUARECHI, 2012; BIROLI, 2018) além de prever uma desresponsabilização do estado em relação a esta questão.

Contudo, embora haja forças que trabalhem em prol de uma culpabilização do jeito pelas condições de pobreza vividas, há também resistências a este movimento, no sentido, de reconhecimento das estruturas macrossociais que desvelam processos de desigualdades sociais (MAYORGA, 2014; LEITE, et.al., 2016). Neste sentido, reverbera também a compreensão das pobreza como causadas por essas desigualdades, que fomentam concentração de renda e privilégios a determinadas classes, e miséria a outras (SOUZA, 2017). Como pode ser possível observar na seguinte fala:

Essa falta de oportunidade né? Que existe. Às vezes, muitas vezes por ter, por a renda está só concentrada em uma determinada classe, não ter, não se pensar em outras políticas pra abranger, pra expandir. (Trecho de Entrevista de Maria Bonita).

Podemos inferir a partir disto, que as condições de vidas das pessoas em situação de pobreza se tornam ainda mais difíceis a partir do contexto socioeconômico vigente. No caso brasileiro, há uma expansão das iniquidades sociais (BIROLI, 2018), que são um mecanismo de expansão das desigualdades sociais e da supremacia de determinada classe social sobre as outras (SOUZA, 2017).

Importante também pontuar que há outras concepções de pobreza expressas por estas mulheres. Elas desvelam outra característica do contexto comunitário, como a religiosidade. Então, quando questionadas sobre pobreza, muitas respostas se encaminharam nesse sentido, apresentando múltiplos significados de pobreza, que apontam outras possibilidades de significar a mesma relacionada a religiosidade, como pode ser visto nas falas a seguir:

Pobreza (pausa) existe vários tipos de pobreza, pobreza de espírito, da alma, do coração, mesmo que a pessoa não tenha nada que seja pobre, as vezes tem muito pobre que não tem nada e é rico de espírito. Eu acho que é isso (Trecho de Entrevista de Maria Firmina dos Reis).

pobreza ela é (pausa) mesmo a pessoa pobre de bens materiais, mas sendo rico de espírito, de fé que tudo vai mudar, as coisas vão mudando né? (Trecho de Entrevista de Soledad Barrett).

É, é espírito mesmo pobre, meu espírito não é pobre, eu sou pobre, e não tenho inveja de ninguém, eu só tenho inveja de uma coisa na minha vida, de quem tem fé, eu acho que tem fé bonito, se eu pudesse eu teria muita fé, (Trecho de Entrevista de Nísia Floresta).

Neste sentido, é possível compreender que para o contexto estudado, há uma clara associação entre o significado de pobreza e a religiosidade, sendo um processo de reconhecimento dos aspectos religiosos como centrais para o contexto vivido. E a falta desses aspectos é relevante para pontuarmos a existência ou não de pobreza. E nos auxilia a compreender a dimensão multidimensional como ainda mais relevante para a compreensão das implicações psicossociais das pobreza (XIMENES, et.al., 2016) por fomentar as possibilidades que outras dimensões, que não só a econômica, sejam partes deste processo de compreensão.

Uma perspectiva multidimensional de pobreza possibilita reconhecer a complexidade deste fenômeno e suas nuances, com outras dimensões não tão conhecidas e com impactos menos visíveis inclusive pouco citadas nas mensurações oficiais sobre pobreza (COMIM, et.al., 2006). Assim, neste contexto tornou-se importante apontar essa relação, porque as experiências e trajetórias destas mulheres pontuaram esta intersecção, não apenas para significar as pobreza, como também, as implicações psicossociais desta. Como podemos apontar, na seguinte fala, que conectam as causas das pobreza relacionadas as questões divinas, que se aproximam de uma visão fatalista. Como pode ser visto a seguir:

Aí a mulher pobre, que não tem trabalho, que quer luxar sem poder, pois aceite sua pobreza né? Aceite do jeito que você é né? Porque é como, Deus fez assim. Se Deus não me deu uma riqueza é porque eu tenho que ser só aquele tatinho que Deus me deu né? Tem que aceitar o que Deus dá. Se Deus deu a outros mais alguma coisa, é porque aquele ali mereceu, tem que ter. Mas, ou então se tem alguma coisa é roubado, roubado é que não dá né? É pior. Pois é mulher, é isso aí. (Trecho de Entrevista de Laudelina Campos).

O fatalismo é um dos efeitos vivenciados pelas condições de vida em situação de pobreza (CIDADE; XIMENES, 2012). Para Cidade (2019), o fatalismo se manifesta pelo presenteísmo, pessimismo, predestinação e controle divino. E a fala de Laudelina trata destas

duas últimas características do fatalismo. São aportadas as causas das pobrezaas a uma predestinação ocasionada por uma força maior, que não pode ser questionada e/ou afrontada. Partindo então, de uma explicação simplista e mística sobre as causas das pobrezaas, não há uma reflexão crítica sobre as mesmas (GÓIS, 2008). Existem também concepções de pobrezaas relacionadas a perspectivas fatalistas, de acomodação pela condição de pobreza vivida, como no trecho a seguir: “Então eu sempre aceitei, eu nunca me preocupei, porque eu sou pobre, porque fulano tem e eu não tenho. Eu nunca sofri e eu sempre fui pobre, e eu fui muito pobre” (Trecho de Entrevista de Nísia Floresta).

Neste processo, a própria pessoa que vive em situação de pobreza se reconhece a partir do lugar de resignação e opressão (GÓIS, 2012). Essa identidade de oprimida e resignada se associa a processo de acomodação e fatalismo em relação à pobreza, à medida que este, parece cristalizado, sem possibilidades de mudanças. Pode acarretar sentimentos de desagregação e despontecialização da pessoa em situação de pobrezaas, repercutindo no isolamento comunitário, que pode fragiliza-la e deixa-la mais vulnerável às múltiplas formas de violência (MARTÍN- BARÓ, 2011).

Dentro desta concepção de culpabilização da pessoa, há também uma perspectiva sobre a própria condição de estar em pobreza, baseada na trajetória pessoal, como argumento de culpabilização de pessoas em condições de pobrezaas análogas as vividas na sua trajetória, em especial pelos sentimentos relacionados à essa condição. É uma perspectiva que não apenas culpabiliza, mas produz preconceitos, humilhação e vergonha a quem está em situação de pobrezaas (MOURA JR, 2015). Como pode ser visto a seguir:

[...]mas eu acho que pobreza tem gente que gosta de ser assim ó coitadinho. Eu, eu hoje eu continuo pobre, pobre de dinheiro o resto eu sou é rica, mas eu nunca me senti coitadinha Eu tinha cinco filhos, eu nunca dobrei minha cabeça e nem fiquei assim pensando, tão triste, tão pobre (pausa). E eu fui muito carente sim, mas eu nunca a dei a saber ninguém (pausa), eu nunca gostei de me sentir coitadinha, velhinha doente, “ô uma velhinha tão doente”(Trecho de Entrevista de Nísia Floresta).

Há também um reconhecimento de culpabilização da pessoa, relacionando a condição de estar em situação de pobreza, ao comodismo, à falta de busca por trabalho e/ou aceitação de formas de trabalho menos valoradas. Para as entrevistadas, a não aceitação das pessoas em assumirem determinadas formas de trabalho, que para elas foi uma possibilidade de enfrentamento das pobrezaas, é que faz com que os indivíduos fiquem em situação de vulnerabilidade social. Como pode ser visto a seguir:

Eu acho que a pobreza pra mulher mesmo é quando ela não tem é coragem de trabalhar, porque se a pessoa não tiver coragem de trabalhar né? Pra se sustentar, pra fazer alguma coisa. (Trecho de Entrevista de Maria Firmina dos Reis).

Mulher pobreza (pausar) no meio da pobreza (risos) tem mais é falta de coragem, porque tem gente que é tão preguiçoso que se julga ser pobre, pobre, que anda por ai pedindo, mendigando, mas não vai trabalhar. Nós dessa idade ainda trabalha tanto, cuida de neto, cuida de casa e cuida de tudo, ai tem alguém que passa nas portas da gente pedindo, e ai a gente pergunta "minha filha você não quer trabalhar não?" Ai ela diz assim pra gente ' não a minha mãe não deixa não, meu marido não deixa, meu pai não deixa, não sei quem não deixa". Quer dizer com isso daí que a pobreza de preguiça também né? Gente pobre preguiçoso, porque dentro de uma vez que você procura alguma coisa na vida, encontra. O povo disse que quem procura encontra, mas ai se tá se acostumando só em pedir, não tem pobreza. A pobreza é a preguiça é a falta de coragem em trabalhar. (Trecho de Entrevista de Laudelina Campos de Melo).

Eu nunca passei fome, eu nunca amanheci o dia e não uma coisa pra botar na minha panela, porque eu corria atrás. E hoje eu vejo gente nova, que não tem coragem de fazer nada (Trecho de Entrevista de Nísia Floresta).

Não teve, como se diz, coragem de enfrentar mesmo né? Aí se acomoda, é acomodação também a pobreza. Se acomoda muito, "ah, porque sou pobre, aí vou ficar ali sem procurar mais um emprego, sem procurar nada", acha que não tem chance. (Trecho de Entrevista Margarida Alves).

Esta discussão é relevante para desvelar que o discurso de culpabilização não é exclusivo das classes dominantes, embora se originem a partir desta. Há também entre os e as oprimidas pessoas que reproduzem estes discursos de culpabilização. Mesmo mulheres em situação de pobreza opinam de forma depreciativa sobre as causas das pobreza de outras mulheres nas mesmas condições. Este fenômeno é bem interessante, porque revela a potência das macroestruturas de poder classistas, patriarcais e racistas, que conseguem cúmplices entre os oprimidos (ROMIO, 2017; MACEDO, 2008; CASTRO et.al., 2017).

Neste sentido, entendemos que para as classes dominantes esse processo é relevante, porque favorecem a compreensão errônea da meritocracia, e não se produzem discussões mais profundas sobre as causas efetivas das pobreza. Assim, as relações individuais e coletivas, especialmente em contextos comunitários, se tornam mais desagregadas, opressoras, passivas, influenciando diretamente na dinâmica psicossocial existente (SARRIERA, et.al., 2016).

Contudo, o discurso de culpabilização, mesmo sendo hegemônico, na amostra em estudo, encontra dissidências. Uma delas é o reconhecimento destes sentimentos como a vergonha, a falta de esperança e humilhação, como legítimos e relacionados com as condições de pobreza relatadas pelas participantes nas entrevistas. Estes sentimentos já foram apontados por Moura Jr (2015) como presentes nas experiências das pessoas em

situação de pobreza, pois, existem processos de culpabilização das pessoas por estarem em situação de pobreza:

O que eu acho da pobreza, é angustiante né? Muitas vezes é perder a esperança. É você, às vezes acordar ao dia né? E não saber se vai ter almoço, vai ter jantar né? Ou se ter almoço sem saber se vai ter jantar, ou se você tem hoje e não saber como vai ser amanhã. Não só em relação a gente ter né? Um vestir né. Mas no sentido alimento né? Que o alimento é mais urgente né. E porque a gente sabe que o alimento é prioritário. Não adianta encher a barriga, nem sempre encher a barriga é ser alimentar né? Você pensa em fazer bucho né, faz aquela bucha, mas não se alimenta né. (Trecho de Entrevista Esperança Garcia).

Há também uma percepção que ser mulher é um diferencial para vivências em situações de pobreza. Ou seja, a diferença entre mulheres e homens em situações de pobreza mesmo que estes vivam no mesmo território, e por vezes até na mesma casa. Biroli (2018) pontua que as mulheres sofrem de maneira mais nefasta os efeitos das pobreza, porque dentro da estrutura macrossocial, estas são mais vulneráveis por não possuir os mesmos privilégios que os homens. Há também diferenças entre mulheres brancas e não-brancas, sendo que as últimas sofrem ainda mais vulnerabilidades (BELL HOOKS, 2015; BERNARDINO- COSTA, 2015). Como pode ser visto na fala da entrevista a seguir:

Eu acho que no bairro aqui não tem assim uma questão econômica muito elevada não. As mulheres ainda têm muita dificuldade, ou dependem muito do companheiro, ou tem também a questão da renda dos programas sociais né? Mas acho que a maioria ainda, é muito dependente financeiramente dos companheiros. (Trecho de Entrevista Lia de Itamaracá).

Um dos efeitos desta desigualdade social entre homens e mulheres neste contexto é as diferenças visíveis a partir da fala das participantes sobre o acesso que mulheres e homens têm ao estudo e ao trabalho. A maior parte das participantes reconhecem que há distinções relevantes. E que nesse contexto os homens são mais privilegiados por não assumirem responsabilidades, tais como o cuidado doméstico e o cuidado de filhos (MACEDO, 2008). O que é fruto da organização social machista e patriarcal que vivemos, que toma tais cuidados como responsabilidade inerente à mulher (BIROLI, 2018), como pode ser visto nas falas a seguir:

O homem tem mais né? Às vezes a mulher começa a cuidar de família mais cedo né? E os homens podem continuar estudando e a mulher vai cuidar dos filhos. (Trecho de Entrevista Maria Firmina dos Reis).

Porque eu acho principalmente, que em cidade pequena, as meninas muitas vezes engravidam muito cedo e acabam perdendo isso, a oportunidade. Fica atribuído a elas, o papel de cuidar né? Da família, esse papel de cuidado. E o rapaz, o homem,



muitas vezes, ele não assume essa responsabilidade e acaba se beneficiando, de certa forma com isso. Tem mais oportunidade de trabalho, de subir seu nível de escolaridade, e tudo. (Trecho de Entrevista de Lia de Itamaracá).

É de trabalho, eu acho que ainda fica sendo quase que da mesma forma maneira do estudo. Acaba que sendo, por essa questão da família, acaba que os homens tendo um pouco mais, porque tem mais liberdade e o privilégio de ir, e de não ter muita coisa, pra ter que dar conta. Porque assim, a gente acaba que trabalhando o triplo, porque aí em casa, é filho, é família, é muita coisa pra você poder dar conta. E nem todo mundo consegue fazer, algumas não consegue conciliar. (Trecho de Entrevista de Maria Bonita).

Estes relatos, apontam para o reconhecimento intrínseco de que há uma divisão sexual do trabalho e que existem funções de cuidado que são deliberadamente dadas as mulheres, acarretando duplas e até triplas jornadas de trabalho (BIROLI, 2018). Não é uma característica exclusiva desta comunidade. Esses mesmos tipos de relações são presentes no contexto brasileiro, onde uma mulher chega a gastar até mais do que a metade de sua carga horária de trabalho em cuidados domésticos e dos filhos, enquanto os homens, não gastam um terço do seu tempo (CEPAL, 2017). E estas diferenças se tornam ainda mais perversas, quando se trata de mulheres não-brancas e pobres (CASTRO et.al., 2017). Estas assumem as responsabilidades por estes cuidados, inclusive como forma de renda, muitas vezes mal remuneradas e com carga horária de trabalhos exacerbatentes (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Uma outra questão acerca da responsabilização exacerbada do cuidado pelas mulheres, especialmente de crianças, idosos e pessoas que precisam de cuidados integrais é a nitidez que isto as torna mais vulneráveis as implicações psicossociais das pobreza. Na maioria dos casos, estas não passam privações sozinhas (BIROLI, 2018). São responsáveis pelos cuidados dos filhos e que é comum no contexto comunitário, que haja muitas mulheres que foram abandonadas pelos seus companheiros e se tornaram mais vulneráveis economicamente falando. Boa parte já não tinha renda própria, pois o trabalho desenvolvido era não-remunerado. Com as separações tiveram que se inserir no mercado de trabalho, e pela não-qualificação, dentre outros fatores, assumem posições de trabalhos mal remunerados por precisarem prover todo o sustento familiar (ROMIO, 2017). Como é possível ver nas falas a seguir:

Pois é, aí a gente vai vendo, eu pelo menos, graças a Deus, toda vida trabalhei, já tô bem pertinho de bater o motor, mas já trabalhei muito, muito, muito mesmo. Porque quem tem uma família que nem eu tive né? Eu criei os meus filhos só. Então eu tive que trabalhar. Ou trabalha ou passa fome né. E aí não tinha coragem de pedir, não tinha coragem de fazer o que era errado, aí e trabalha né? Pra criar os filhos, criei

todo mundo, graças a Deus tá aqui, tudo criado. Aí, eu espero que um dia, quando eu tiver pra morrer, se eu não morrer logo, eles cuidem de mim né? Como eu cuidei muito deles, cuidei muito dos meus filhos, graças a Deus. (Trecho de Entrevista de Laudelina de Campos Melo).

Porque a gente não cria filho com pensão sabe? Quando o homem tem consciência e paga a pensão do filho é uma ajuda, mas nenhuma mulher consegue criar um filho com uma pensão não. Então, o quer que eu acho disso né? Eu acho assim: que graça a Deus né? Que existe mulheres com coragem de assumir os seus filhos, quer se não assumisse, seria bem diferente né? Mesmo né? Com problemas de emprego, mesmo ganhando pouco né? Mas elas arregaçam as mangas né? E consegue criar. (Trecho de Entrevista de Esperança Garcia).

E nestes cenários também se destacam as formas de trabalho e renda que as mulheres assumem. Muitas destas trabalham em serviços domésticos mal remunerados, ou a remuneração é realizada a partir de trocas, como alimentação. As mulheres, especialmente as não-brancas em situação de pobreza, se tornam ainda mais expostas as vulnerabilidades, porque o trabalho que realizam é mal e/ou não remunerado e de autoconsumo (MELO; DI SABBATO, 2006). Como é possível observar nas falas a seguir:

É o papel da mulher, é trabalhar, procurar um trabalho. Ou é nas cozinhas, ou no mercantil quem sabe de alguma coisa né? Quem não sabe, não tem mesmo como, é ou é a língua ou o berço, uma das duas, é o jeito que tem. Aí, porque todo mundo necessita, todo mundo tá precisando. (Trecho de Entrevista de Laudelina de Campos Melo).

eu fui muito bem criada, eu fui criada numa família que ela (pausa) eu tinha tudo lá, eu num vinha na bodega fazer uma compra porque eu tinha vergonha de sair com a sacola na mão, e eu me vi casada com uma trouxa na cabeça lavando roupa, pra fora, porque eu não ia pedir e nem fica ali coitadinha passando fome dentro de casa (Trecho de Entrevista dona Nísia Floresta).

Falta de emprego né? Falta de oportunidade, baixo salário né. Porque às vezes, você tem até proposta de emprego né? Mas quando o salário não é digno né? Quando você trabalhar em casa de família né. Agora, você já ganha um melhor, um pouquinho, mas antigamente quem trabalhava em casa de família aqui. Hoje em dia, a gente sabe que é obrigado, pagar o salário, mas muitos ainda negociam, e muitos precisam e aceitam né? Mas é uma escravidão, você trabalha às vezes muito, e ganha muito pouco, pra ser empregado doméstico, um trabalho é cansativo e rotineiro. (Trecho de Entrevista de Esperança Garcia).

É a maioria aqui é comércio né? Algumas trabalha na casa de família em Fortaleza. É poucas acho que umas duas ou três que eu vejo, que faz bordado ou crochê, mas que tá naquela, naquela coisa assim, mais de casa e tem como uma outra alternativa, pra ser um dinheiro extra. Ou que já aposentou e faz alguma coisa do tipo. Mas a maioria que eu vejo é assim, é comércio ou então fora, pra trabalhar em casa de família. (Trecho de Entrevista de Maria Bonita).

Evidenciando que há uma estrutura culturalmente criada que fomenta relações assimétricas de poder, que desfavorecem as mulheres, que são forçadas a assumirem triplas jornadas de trabalho, tendo a responsabilidade pelo âmbito doméstico familiar, quase que

inteiramente sozinhas (LEITE, et.al, 2016). É necessário que ao explicar as disparidades entre as desigualdades que mulheres e homens em situação de pobreza apontam como cerne as relações de gênero estabelecidas socialmente (DINIZ; MAYORGA, 2018). Como Biroli (2018, P. 51) pontua: “permanece, portanto, a necessidade de se compreenderem e enfrentarem os padrões de gênero nessas hierarquias, considerando que a produção do gênero nas relações de trabalho se faz na intersecção de ao menos três fatores: gênero, classe e raça.

E estas trajetórias são vivenciadas por gerações de mulheres da mesma família. E na grande maioria das vezes, iniciadas ao trabalho doméstico ainda na infância, porque cotidianamente e historicamente estas mulheres ocupam este lugar subalterno (SOUZA, 2017; BERNARDINO- COSTA, 2015). Acreditamos que essas opressões não são fatores isolados e inerentes a apenas estas trajetórias, porque existe um recorte de classe, raça e gênero nos processos vividos (BEL HOOKS, 2015), fazendo com que estas trajetórias sejam comuns as mulheres não-brancas e pobres. Elas desempenham formas de trabalhos não-remunerados e alienantes à medida que lhe são tirados a própria dimensão que estejam realizando um trabalho (BIROLI, 2018). Como pode ser observado nos trechos a seguir:

É porque assim, no passado, antigamente, as mulheres num tinha direito né? As mulheres não tinham direito, as mulheres ficavam em casa, nem que passasse necessidade. Tu ver que antigamente a coisa era tão ruim, sobretudo, necessidade de tudo. Eu lembro da minha mãe, nos pequenos, eu e minha mãe, nós não tinha nem roupa, às vezes a minha mãe queria comprar roupa, mas a gente não tinha roupa, porque não dava pra comprar. Porque o homem trabalhava, ganhava um pinguim de nada, e o pouco que ganhava era pra comer. Porque antigamente, os homens eram muito machista, não queriam nem que a mulher trabalhasse... Mas é minha filha é assim mesmo. (Trecho de Entrevista dona Laudelina de Campos Melo).

Eu nunca sofri porque eu era pobre, meu pai era um trabalhador de sítio, nós éramos em sete irmãos e nós vivia daquele dinheiro que ele ganhava. E quando eu, eu fui saindo pra casa de família, fui criada por um pessoal lá do Diamante, eu fui pra lá com 10 anos, sai com 22 anos, e la eu vivia muito bem, eu nunca fui tratada nem como empregada. Daí, eu tinha roupa, calçado, tinha dinheiro pra passear, pra onde iam, me levava, mas nem aquilo me fez eu viver aquilo não, eu até sofria, porque eu vivia muito bem e meus irmãos e meus pais não. Aquilo ali nem me servia, que no dia que eu vim embora, a senhora disse assim: “lá você vai sofrer, aqui você tem tudo e lá na sua mãe, você vai comer feijão com farinha, você vai voltar”, “volto não, eu vou porque é uma opção minha”, e nunca sofri, nunca me acostumei com aquilo lá, era bom, era, mas eu achava melhor na minha casa. (Trecho de Entrevista de Nísia Floresta).

porque às vezes por ter filhos e tudo mais, às vezes algumas mulheres acabam meio que ah, achando que isso é condição pra não fazer. Por gerações, gerações, que a gente vem vendo isso. Até você ter outra visão né? Demora, meio que demora um pouco, é, as mulheres acabam meio que primeiro, priorizando a família, os filhos, aí depois que vão pensar em si e assim: “agora é que eu quero trabalhar, agora eu vou fazer isso, agora vou ter o meu dinheiro pra comprar as minhas coisas”, mas acaba que ela ficando em segundo plano. (Trecho de Entrevista de Maria Bonita).

A partir dos relatos acima é possível compreender alguns aspectos que diferenciam as situações de pobres para mulheres não-brancas. São contextos de muitas privações que já iniciaram nas suas infâncias com a rápida inserção ao trabalho (BERNARDINO- COSTA, 2015). O trabalho infantil realizado pelas mesmas, por vezes, nem é reconhecido como tal, em seus relatos. Há um processo de invisibilização destes trabalhos domésticos, como tal, o que no contexto brasileiro é comum, pois existe um processo de servidão relacionado a ganhos de necessidades básicas (de alimentação, roupas, moradia), que muitas vezes não são suprimidas pelas famílias de origem (BIROLI, 2018; MACEDO, 2008). Acarreta-se uma relação servil, onde a empregada não se sente como tal, porque o trabalho realizado é como se fosse uma dívida de gratidão pelo “cuidado” prestado (SOUZA, 2017).

Outra questão que se destaca é a dependência financeira das mulheres aos seus conjugues, como descrito no primeiro relato. Esse processo de dependência financeira é fruto de um percurso histórico social de outras dependências (de trabalhos domésticos, cuidado dos filhos, emocional), que são sobrecarregadas as mulheres (especialmente as não-brancas), que tem menos tempo e possibilidades de se dedicarem as próprias formações e carreiras profissionais (BIROLI, 2018).

O casamento para estas mulheres não-brancas acaba acarretando uma jornada de trabalho não remunerado, que é considerado necessário para a (re)existência da família, porém muito pouco valorado socialmente (ROMIO, 2017). As mulheres não-brancas, nestes contextos de vulnerabilidades, acabam então tendo menos possibilidades e tempo para o trabalho remunerado, especialmente o mais qualificado (MACEDO, 2008; CEPAL, 2017).

O que é agravado a partir das estruturas machistas, patriarcais vigentes, que as tornam ainda mais suscetíveis a privações (DINIZ, MAYORGA, 2018). Essas estruturas fomentam não apenas no passado destas mulheres, e de tantas outras, processo de submissão, mas também nos tempos atuais. Por vezes, especialmente, nas condições de pobres e trabalhos menos qualificados e de mal remunerados, as mulheres são remuneradas de maneira inferior aos homens (SILVA, 2013). Isto é a posição de subalternidade que as mulheres não-brancas ocupam nas relações de trabalho fomenta e fortalece a dominação do patriarcado (BIROLI, 2018). Um desses processos de submissão por parte de alguns homens à suas companheiras é a proibição que estas exerçam determinadas formas de trabalho. É relatada a partir da fala da entrevista:

Aqui passa tanta gente pedindo ajuda, umas meninas novas, umas pessoas novas. Aí, a gente pergunta: “ei mulher, tem a minha filha que tá precisando de um

trabalho, uma pessoa pra trabalhar”; “não, não quero não, que meu pai não deixa não”, ou “meu namorado que não deixa”. Oia, já pensou? O namorado não deixa e deixa ela ir pra porta de alguém pedir ajuda. (Trecho de Entrevista de Laudelina de Campos Melo).

Contudo, é importante destacar que estas estruturas machistas, patriarcais, classistas e racistas também mobilizam efeitos entre as pessoas em condição de opressão e subordinação (MAYORGA, 2014; LEITE, et.al., 2016). Neste sentido, estas também reproduzem entre seus pares estes discursos. Durante o processo de entrevistas pudemos perceber que por alguns momentos, as mulheres trouxeram em suas falas a reprodução de concepções machistas sobre os modos de vida das mulheres. Ao serem indagadas sobre se existem mulheres mal faladas na comunidade e se mulheres e homens tem as mesmas liberdades, muitas respostas expressas, reproduziram concepções evidentemente machistas, como pode ser observado nos trechos a seguir:

Porque é complicada, porque as mal falada, que a gente sempre tem umas por lá acolá, que a gente conhece. Essas mal falada é porque as vezes dar motivo, também, pra ser mal falada. Porque não tem aquela história cada qual conheça o seu lugar, num é? Cada qual conheça o seu lugar. Isso aí é no traje, é na roupa, é em qualquer coisa. Porque se eu sou velha desse jeito já, eu vou usar um short bem aqui, bem curtinho, pra passar? “Ixeee Maria! Que coisa feia, aquela velha ali cheia de pea, e nuazinha”, fica feio né? Aí quer dizer, tem gente que faz assim da vida, achando que tem direito, mas não é não, porque cada qual tem o seu respeito pra não ser falada. Pra não ser falada, porque depois falada, minha filha, não tem mais borracha que apague não, fica falada para sempre. Pois é, mulher. (Trecho de Entrevista de Laudelina de Campos Melo).

Mulher isso nem existe mais. Porque hoje eu não sei o que é mal falada e não mal falada, porque as mulheres que a gente sabe que não tem um, não vive direito né? Se sente mais direita do que as outras. Que antigamente era horrível pra gente viver, na minha época qualquer danação que a pessoa vacilasse aí ô (barulho de tapa), as outras mães das moças deixava nem andar com a pessoa, porque aquela criatura era falada. Hoje não tem ninguém falado. (Trecho de Entrevista dona Nísia Floresta).

Primeiro né? Às vezes a mulher mesmo não se valoriza. Segundo é o preconceito né? De nós da sociedade. A gente tem muito preconceito. E além do preconceito, muitas de nós mesmo, não se valoriza né? Não são todas não né? Mas tem algumas, que realmente às vezes faz questão de demonstrar a opção, que não tem aquele cuidado, aí, infelizmente tem uns que tentam né? Cuidar da vida dos outros né? E se tornam mal faladas né. (Trecho de Entrevista de Esperança Garcia).

Importante considerar que a comunidade em estudo é relativamente pequena. Como resultados do estudo apontaram, há um estreitamento dos laços de vizinhança. Desta forma, é importante considerar na dinâmica dos processos psicossociais comunitários a reprodução destes discursos machistas entre as mulheres, porque eles podem fragilizar as relações entre as mesmas. Contudo, é relevante aqui fazermos um recorte geracional, que, segundo Barreto

(2009), é um dos aspectos que deve estar relacionados ao gênero, necessitando de análises interseccionais desta categoria. Há distinções relevantes entre as opiniões expressas pelas mulheres mais velhas e mais jovens. Esse conflito geracional se torna mais evidente nestas questões relativas ao modo de ser mulher. Obviamente, que não apenas a questão geracional, mas o acesso à educação também afeta estas questões, neste contexto. As mulheres mais jovens entrevistadas tinham níveis educacionais mais elevados. Entendemos que há muitas nuances que explicam o porquê destas distinções e que se desvelaram como significativas para análises aqui apresentadas. Como pode ser observado a partir das seguintes falas:

Eu criei uma neta, não, ela veio morar comigo um tempo, aí foi embora e voltou mais mocinha. Aí um dia, eu fui arrumar as coisas dela e encontrei uma caixa de concepional nas coisas dela, aí eu disse assim: “de quem é isso aqui?”, “é minha vó”, “sua?”, “sim, comprimido”. Eu disse: “eu sei que é comprimido. É teu?”, “é meu”, “eu tô lhe perguntando, porque eu achava...”, eu dizendo a ela né, “... que moça não precisava tomar anticoncepcional”. Mas eu sei que ela, “te orienta vó...”, ô o que ela disse comigo, “nós estamos no século XXI”, aí veio pra cá, mangá com o namorado né, “olha aí, a vó ignorando, devia dar graças a Deus, eu tá me cuidando”, e tudo bem. Mas olha aí, como é que é a resposta. Aí hoje então eu não sei, parece que tudo tá bom. (Trecho de Entrevista Nísia Floresta).

Acho que eu elencaria assim: que o mal falado talvez seria por isso, porque hoje algumas pessoas optaram por outra maneira de viver. Algumas pessoas criticam, porque talvez não fosse no seu tempo, não fosse daquela maneira. De repente a mulher foi criada pra ter aquela rotina, quando ela ver uma outra sendo diferente, acaba que criticando por ter assim um outro olhar: “não deveria fazer, ah, tipo se separa do marido e tá com outra pessoa, deveria aguentar, porque mulher tem que estar naquele espaço ali, casar e não sei o quê e ficar aguentando”. E ainda bem que se é pra ser mal falada, que seja pra mudar a sua vida e não tá aguentando aquilo, porque é muito fácil falar, o ruim é você tá vivendo aquela situação, e se a pessoa toma essa atitude é porque com certeza ela estava passando por coisas maiores né? (Trecho de Entrevista de Maria Bonita).

Estes conflitos fazem parte da própria dinâmica comunitária e das distintas e possíveis representações sociais de ser mulher possíveis. Ambos desvelam que existem perspectivas que relacionam diferentes liberdades e modos de vida e suas reverberações para o cotidiano das mulheres. É visível que para *Nísia Floresta* existe um padrão do modo de vida de mulher, constituído a partir de sua trajetória de vida, que entra em conflito com as novas experiências e possibilidades que as gerações mais novas possuem. Exemplo disto é uma vivência da liberdade de forma diferenciada da época em que esta era adolescente. O que pode revelar, por um lado, o reconhecimento que existem avanços e conquistas as mulheres ao longo do tempo, e que diferenciam seus modos de vida atualmente (MACEDO, 2008).

Por outro lado, os aspectos que *Maria Bonita* desvela são esses avanços, como a possibilidade do divórcio. Estabelecem-se outros modelos sociais para o ser mulher,

recebendo críticas inclusive entre pares. Contudo, as mesmas não capazes de barrar estas múltiplas possibilidades de vivência. Pelo contrário, há um movimento de insubordinação e resistências que tornam possíveis essas novas trajetórias. Perpassam também as possibilidades que o próprio tempo histórico, social, cultural e econômico vem possibilitando as estas mulheres das novas gerações, que gozam de mais oportunidades e possibilidades que as mulheres de anos atrás não poderiam (SILVA, 2013; MACEDO, 2008; ROMIO, 2017). Deve-se rememorar, que muitos desses direitos só foram possíveis por conta destas mulheres.

Importante apontar que estes marcadores sociais também produzem resistências e agenciamentos para a mudança social (SEN, 2010; HENNING, 2015). E estes movimentos de resistências as estruturas micro e macrosociais opressoras se desvelam a partir das falas trazidas pelas mulheres. Apresentam-se direcionamentos para abordagens psicossociais que tomando o gênero como categorias de análise, possam produzir afrontamentos as desigualdades sociais (MAYORGA, 2014). Uma das questões que apareceram são os movimentos que estas mostraram possíveis de desnaturalizar e descristalizar o papel social da mulher de subalternidade, possibilitando a existência de outros papéis sociais. Inclusive, inverte-se a lógica machista da mulher enquanto exclusivamente cuidadora do lar. Como é possível observar nos seguintes trechos:

É, assim, porque a liberdade das mulheres, é como eu já disse, tem delas que trabalha mais do que o homem né? Porque o que tem de as vezes, que o homem fica em casa e as mulheres vão trabalhar. Meu filho, ele passa o dia em casa, ele faz a comida, ele vai deixa a esposa no trabalho, ele vai buscar, mas é porque ele trabalha de vigia da prefeitura, ele trabalha aqui na escola, aí de qualquer maneira é um dia sim e um dia não. E ele fica no trabalho e de dia fica em casa, cuidando das crianças, dos filhos, cuidando das coisas...(Trecho de Entrevista de Laudelina de Campos Melo).

[...] tem uns casos que o homem às vezes, ele tem que fazer o papel de dono de casa, ou quer queira, ou quer não queira, pra poder a esposa ir trabalhar. Já acontece isso. Que muitas vezes se a mulher né? Não correr atrás pra sustentar a casa também, fica difícil. (Trecho de Entrevista de Esperança Garcia).

E aí quer dizer que hoje, você ver que a mulher tá por cima da carne seca né? As mulher estão por cima de tudo, é, porque toda mulher trabalha. Hoje tem mulher em tudo né? Agora eu faço quem nem o cd que eu tenho ali do Padre, hoje tem mulher caminhoneira, tem mulher doutora, tem mulher em tudo né? Tudo. (Trecho de Entrevista Maria Firmina dos Reis).

Como também há o reconhecimento que as políticas públicas, especialmente, as de distribuição de renda são importantes estratégias de enfrentamentos das pobrezas, especialmente para as mulheres. Inclusive, porque partes destas políticas tem as mulheres como principais beneficiárias (COMIM, et. al., 2016). Estas políticas têm por objetivo ser

uma estratégia de redução e enfrentamento das pobreza, oferecendo as famílias e pessoas mais pobres fomento e ampliação de acesso a direitos básicos, como saúde, educação, alimentação, moradia, à luz, dentre outros (LEITE, et.al., 2016).

[...] mas a pobreza é triste demais, pobreza total né? Que graças a Deus né? Porque muita gente acha que essa bolsa família ela não influencia, mas ela influencia muito viu, ajudou muita gente, graças a Deus. Porque (pausa) porque assim, antes era pior. Hoje não, as pessoas falam que essas bolsas, a bolsa família ajudou muita gente, agora com essa bolsa família não tem mais aquela pobreza mais não. As pessoas foram se incentivando através daquele dinheiro né, melhorou muito assim, a atitude das pessoas (Trecho de Entrevista de Soledad Barrett).

Pensar as políticas públicas a partir de um reconhecimento das desigualdades de gênero, especialmente em contextos de pobreza, possibilitam a estas mulheres, e não só a estas, mas numa perspectiva social, mudanças societárias para uma sociedade mais justa e equânime (MACEDO, 2008). E umas das possibilidades de transformação é incluir outras estratégias e ações, não apenas voltadas para a renda, mas para outros aspectos relacionados aos enfrentamentos das pobreza (DEMO, 2008; SEN, 2010; MOURA JR, ALMEIDA SEGUNDO, BARBOSA, 2019). O que nos leva a um outro fator relevante dentro das falas das mulheres em relação as políticas públicas, que é o reconhecimento da política de interiorização do ensino superior, que possibilitou que a cidade pudesse sediar uma universidade federal, no caso a UNILAB. As entrevistas citam os benefícios que esta aproximação causou ao bairro, não apenas da inserção de pessoas da localidade ao ensino superior, mas também de melhorias na economia e nas questões sociais na cidade. Como pode ser visto na fala a seguir:

A coisa boa que temos por aqui, perto de nós, graças a Deus né? É a bendita UNILAB deixada por nosso querido Lula né? Eu não canso de dizer: “olhar, hoje ele tá aí preso né, estão colocando um bocado de coisa aí oh, mas vamos valorizar o desenvolvimento que ele fez”. Porque com todos os problemas que estão aí tentando né? Resgatar de negativo. Graças né? Ao esforço dele, hoje nós temos a UNILAB na nossa terra né? Uma coisa muito boa, que veio somar né. E nós ganhamos muito com isso né. Porque além da, da, tem um nome né... Nós ganhamos muito também, culturalmente né, com a vinda de pessoas pra nossa cidade. Eu acho que isso enriqueceu muito, não só né, o intelectual, como uma cidade universitária né, mas o que a gente ganha com cada um de vocês que chegam. (Trecho de Entrevista de Esperança Garcia).

O acesso à educação sendo reconhecido como fator de proteção e desenvolvimento social. É um dos aspectos interessantes para a dinâmica comunitária do local em estudo. Possível a partir do reconhecimento da relevância do investimento em educação, sendo uma



conquista como colocado, no governo PT. Desvela-se a importância que nas estruturas macrosociais também hajam perspectivas governamentais inclusivas, que pensem estratégias de enfrentamento das pobreza sobre uma perspectiva multidimensional (XIMENES, et.al., 2016). Pois as mudanças estruturais nas sociedades são essenciais para os afrontamentos das desigualdades sociais e de gênero que visem e mobilizem mudanças sociais. Desta forma, consideramos que existem avanços e relevantes mudanças sociais, que vem fomentando enfrentamento as desigualdades sociais e de gênero. Estas mudanças têm contribuído para o processo de emancipação feminina, embora ainda haja muitos desafios para que se alcance a igualdade de gênero.

#### **4.5 Considerações Finais do Estudo 2**

A partir do exposto podemos ponderar a relevância de contextualizar as trajetórias das mulheres participantes do estudo, pois foi intuito de analisar seus marcadores sociais relacionados as categorias de sentido de comunidade e pobreza. Tem-se como finalidade que os resultados do estudo pudessem apresentar uma leitura interseccional que oferecesse possibilidades de estratégias de intervenções psicossociais que dialogassem com a realidade vivida.

Em relação ao sentido de comunidade, é essencial para uma leitura concreta da comunidade e de suas relações uma perspectiva decolonial de *nosotros*. É mais do que apontar a existência ou não de seus componentes, é entender nas vicissitudes das relações socio comunitárias e como os mesmos se localizam. Importante destacar que as mulheres desenvolveram sentido de comunidade no seu contexto, mas o mesmo é vivido de maneiras distintas pelas participantes.

Cabendo destaque para a participação social, esta é um fator profundamente relacionado com o sentido de comunidade, uma vez que se relaciona com aspectos desta categoria, podendo ser um fator protetivo a comunidade e/ou de vulnerabilidade. É perceptível que existem diferentes formas de participação comunitária dentro do território, e que estas produzem implicações diferentes às dinâmicas comunitárias.

Contudo, também foi relevante compreender que existem diferentes motivos para participação não-ativa para estas mulheres. Sendo um deles, a própria desigualdade social de gênero, que fomenta diferentes oportunidades de participação social e políticas a mulheres e homens. As mulheres são privadas e/ou inibidas de realizarem participações mais expressivas, porque existem mecanismos na nossa sociedade patriarcal, machista, classista e

racista, que fomentam a supremacia de determinado gênero sobre o outro, de determinadas classes sobre as outras.

Assim, pensar o sentido de comunidade desassociado destas estruturas de poder, pode nos dar uma visão errônea sobre a comunidade, a partir do não reconhecimento das estratégias de dominação e opressão que cerceiam o âmbito comunitário. Inclusive, numa perspectiva de gerar relações comunitárias mais fragilizadas, e um processo de culpabilização individual das pessoas que vivem nos territórios pelas iniquidades vividas. Aumentando o sentimento de isolamento, fatalismo e diminuindo o sentido de comunidade.

Isto se torna ainda mais grave quando consideramos territórios em contextos de pobreza, pois as implicações psicossociais das pobreza, especialmente nos aspectos psicossociais das mesmas, fragilizam as relações socio comunitárias de solidariedade. Dificulta-se o desenvolvimento de ações e estratégias que visem o bem- viver, a partir de uma perspectiva de autonomia social que inclua perspectivas individuais e comunitárias.

Assim, nos foi relevante entender de forma mais profunda como estas mulheres vivenciam as pobreza. Sendo assim, nos foi perceptível que múltiplas percepções sobre pobreza foram possíveis, desde formas mais críticas que incluíam perspectivas de reconhecimento da mesma, como um fenômeno social e agravado pelas condições socioeconômicas vigentes e ausência e/ou ineficácias de políticas públicas. Até visões menos críticas, consideravam a pobreza como responsabilidade individual de quem passar por tais privações, sendo o mesmo responsável por todas as iniquidades vividas.

Nos foi interessante também a relevância da relação entre religiosidade e pobreza. Afirma-se a relevância de uma perspectiva multidimensional que valore não só aspectos quantitativos e mais palpáveis das pobreza, mas também aspectos qualitativos que produzem efeitos psicossociais aos modos de vida das pessoas. Principalmente, quando concepções de culpabilização das pessoas vigoram nestes contextos de pobreza, podem fomentar processos de fragilidades das relações comunitárias. Visto que, há um processo de afastamento e culpabilização individual das pobreza, dificultando estratégias de enfrentamentos coletivas.

Sobre as pobreza também nos foi relevante compreender que existem diferenças significativas sobre as vivências das mulheres em situação de pobreza por estas serem mais vulneráveis aos efeitos de dominação e opressão forjados pelas estruturas de poder. Existe uma divisão desigual de poderes, que fomentam as mulheres menos privilégios e mais privações. É importante também colocarmos que nestes contextos as mulheres não-brancas e

pobres se tornam ainda mais vulneráveis, passando por situações mais nefastas de opressão que por vezes, são fomentadas por outras mulheres em posição sociais de maior privilégio.

É necessário apontar igualmente que neste contexto se destacam as relações de opressão que homens operam sobre as mulheres, especialmente, nas relações conjugais. As mulheres relatam agravamentos das condições de pobreza por conta do casamento e/ou divórcio, especialmente quando estes possuem filhos(as). Isto ocorre, porque estas acabam assumindo duplas e até triplas jornadas de trabalho, na sua maioria, mal remunerados, para darem conta do cuidado familiar e doméstico. Esta responsabilização recai sobre as mulheres, que não é uma característica exclusiva da comunidade, mas uma estratégia de poder das estruturas patriarcais de dominação feminina. Esta tem sido nefasta e efetiva à medida que esta estrutura de dominação tem se repetido a gerações e gerações de mulheres, como também pode ser visível a partir dos relatos. Estas mulheres atualmente idosas contam situações de privações relacionadas a desigualdade de gênero vividas ainda na infância, e que suas mães já viviam, e que em certa medida estas mulheres ainda vivem.

Contudo, embora estas mulheres tragam perspectivas de vivências dominação e opressão, há também resistências e microrresistências sociais que estas vem forjando em suas trajetórias. Podem apresentar possibilidades de afrontamentos as desigualdades sociais e de gênero que as afetam, mostrando possíveis caminhos para uma mudança social. E dentre as muitas possibilidades de resistências interseccionais apontadas, estavam as políticas públicas distributivas. Estas apontam como tendo efeitos as suas trajetórias, e também a comunidade. Embora reconheçam que há uma política de governo atual antidemocrática que tem tentado diminuir e/ou acabar com os direitos sociais já garantidos.

Uma outra questão relevante são as estratégias de resistências e também de compreensão das relações e modos de vida das mulheres deste território, reconhecendo as diferenças geracionais. O aspecto geracional, neste contexto, se relaciona com as questões de gênero e desigualdade, pois as posições das mulheres de diferentes gerações têm sido distintas sobre o enfrentamento das pobreza e das estruturas de poder patriarcais dentro do contexto comunitário. É uma questão de investigação relevante para uma leitura psicossocial comunitária da vivência de mulheres.

## 5. CONCLUSÃO

A partir dos estudos I e II realizados, acreditamos termos alcançados os objetivos almejados neste trabalho, mas não esgotamos as possibilidades de análises entre as categorias centrais do mesmo, sendo as mesmas: sentido de comunidade, pobreza e gênero. Acreditamos que deixamos pistas para os próximos estudos das relações possíveis entre estas, e especialmente, das muitas possibilidades de intervenções psicossociais que se tornam passíveis de serem facilitadas em contextos comunitários.

Iniciamos esta investigação reconhecendo que havia relações significativas entre estas categorias e com a compreensão que estas se conectam diretamente com as realidades vividas. Neste sentido, era a partir do contexto de estudo que compreenderíamos os objetivos da investigação. Entendemos a complexidade da dinâmica comunitária e nos reconhecemos como pesquisadores externos desta realidade. Mesmo com posturas disponíveis e implicadas com a comunidade não seria suficiente para que tivéssemos uma visão ampla das questões sociais envolvidas.

Assim, e mediante a ausência e/ou ineficiência dos dispositivos públicos no território, compreendemos como relevante realizarmos um levantamento descritivo e correlacional da comunidade. Contudo, não queríamos perder de vista as pessoas que moravam ali, suas trajetórias e sentidos dados a mesma. Assim, apontamos para uma escolha metodológica, que melhor desse conta dessas realidades. E acreditamos numa perspectiva mista. Desta forma, as conclusões apresentadas aqui terão por viés esta perspectiva mista (quantitativa e qualitativa) que produzimos de forma interdependentes tentando ampliar as possibilidades de leitura sobre esta realidade psicossocial.

Reconhecemos que uma abordagem multidimensional e interseccional é necessária para lidar com o fenômeno da pobreza e do sentido de comunidade. Acreditamos que tomar o gênero como categoria de análise em contextos de desigualdades sociais e pobreza possibilita que se compreendamos as vivências e representações sociais que as mulheres experimentam dentro desta estrutura opressora. O que pode facilitar o processo de reconhecimento dos efeitos das opressões vividas pelas mesmas, como também o fomento de estratégias de resistências.

As relações entre sentido de comunidade e pobreza multidimensional se mostram complexas e apontaram para a relevância dos aspectos psicológicos das pobreza, pois os mesmos tiveram efeitos negativos sobre o sentido de comunidade. Ou seja, quanto mais

pobres multidimensionalmente as pessoas eram, nessa dimensão, menos sentido de comunidade desenvolviam. Este resultado foi interessante, porque quando realizadas as entrevistas com as mulheres percebemos que aspectos psicológicos como a vergonha e humilhação relacionadas a estar em pobreza foram evidentes. E mais, estavam diretamente relacionadas a um processo de culpabilização das pobres as pessoas que estavam nestas situações.

O que pode nos apontar para intrínseca relação entre a fragilização dos vínculos comunitários, e por conseguinte do sentido de comunidade, e o fomento de práticas de discriminação e culpabilização das pessoas em situação de pobreza. Aporta-se que em relações comunitárias mais frágeis os efeitos psicológicos se tornam mais fortes, porque existem menos perspectivas coletivas de solidariedade e de bem- viver. Por outro lado, as pessoas que passam por esse processo de discriminação e culpabilização também se tornam mais desagregadas e desvinculadas do contexto socio comunitário.

Ainda acrescentamos a estes resultados, o reconhecimento que as condições de pobreza são mais perversas as mulheres. Aportamos a isto, porque os relatos de discriminação descritos pelas participantes eram em sua maioria direcionados a outras mulheres. O que pode indicar para um reconhecimento da feminilidade da pobreza no território, e também para uma concepção de desagregação e laços comunitários enfraquecidos entre as mesmas. As participantes reconhecem suas próprias trajetórias de resistências frente as pobres como fruto de um esforço pessoal realizado e não a partir de uma perspectiva coletiva.

Desta maneira, elas compreendem que as pessoas, especialmente as mulheres, em situações de pobreza devem se submeter a quaisquer condições de trabalhos possíveis as mesmas. Consideram-se a realidade de trabalhos mal remunerados e as sobrecargas dos cuidados relativos as famílias e ao trabalho doméstico. E, em certa medida, se baseiam em suas próprias trajetórias pessoais de resistências, que também tiveram estas sobrecargas.

Estes resultados são interessantes, pois, no estudo I, a dimensão trabalho e renda foi a mais significativa dentre as dimensões das pobres, apontando a um sentido relevante dado pelos partícipes as questões econômicas. Entendemos que esta seja mais visível e com efeitos imediatos sobre o cotidiano das famílias. Porém, ao compararmos os resultados, entendemos que possa haver também uma necessidade de refinamento da dimensão trabalho e renda, para que haja a possibilidade de reconhecer estas estruturas de dominação e opressão que perpassam estas “escolhas” de submissão a quaisquer formas de trabalho enquanto possibilidades de subsistências. Concebe-se que o valor da renda mensal individual e/ou

familiar pode não dar conta das complexidades destas relações. Provavelmente perguntas sobre o vínculo empregatício e satisfação com o trabalho possam melhorar este aspecto.

Importante considerar também que atualmente vivemos uma gestão governamental antidemocrática que tem aumentando as vulnerabilidades sociais, com estratégias de cortes de direitos, e ações de aniquilamento das minorias sociais, especialmente em contextos periféricos. O que é um dos fatores que podem tornar a adesão a trabalhos análogos a condição de escravidão uma realidade para centenas de pessoas, sendo “naturalizado” nas relações sociais.

Consideramos também que as mulheres têm menos tempo e possibilidades de se qualificarem, e que por conta, disto, assumem, muitas vezes, trabalhos mal remunerados. Neste contexto, ficou visível que existem mais dificuldades para estas trabalharem e/ou estudarem, do que para os homens. O que fomenta as estruturas de poder, que desqualificam e desvalorizam as mulheres, a partir de uma divisão social e sexual do trabalho, que as submetem a mais condições de opressão do que aos homens.

Contudo, é importante salientar que embora haja iniquidades ao território, especialmente considerando as desigualdades sociais e de gênero, há também estratégias de resistências. Elas puderam ser desveladas a partir de um reconhecimento de um sentido de comunidade, relacionado a união, as relações de proximidades e ao desejo pelo bem comum. Traduzem-se em ações comunitárias e/ou individuais existentes no território que mobilizam parte das pessoas em busca de melhorias, como foram as ações relativas ao cuidado com espaço comunitário e descarte adequado do lixo. Embora, não sejam reconhecidas como lideranças, as mulheres têm encabeçado esses movimentos, ganhando força a partir da união de pequenos grupos de pessoas.

Importante considerar também que essas dissidências produzidas entre as diferentes perspectivas de modos de vida e de se relacionar com a comunidade, são possibilidades possíveis a estas pessoas. E, portanto, válidas. Inclusive, porque as mesmas não devem ser responsabilizadas, exclusivamente pela transformação social, cabendo o reconhecimento que tal mudança emerge de forças internas e externas ao contexto comunitário e aos próprios modos de vida das pessoas. Assim, os apontamentos devem servir de indicadores para intervenções psicossociais que provoquem efeitos positivos no cotidiano das pessoas.

Vale destacar também, que a partir deste trabalho, especialmente da fase de campo realizada no estudo 1, surge um projeto de extensão com as mulheres da comunidade em estudo, facilitado pelas extensionistas da ReaPODERE. Este projeto é intitulado “Confecção de Bolsas da Comunidade: tecnologia social de inclusão produtiva de renda e de acesso a

direitos sociais no Maciço do Baturité/CE”. E trabalha a partir de tecnologia social com a confecção de bolsas. Visando as questões de direitos sociais, especialmente relacionados as mulheres. Sendo uma das formas de devolutiva desta pesquisa.

Penso que novos estudos poderiam se aprofundar nos aspectos psicológicos das pobreza e seus efeitos sobre os modos de vida comunitários. Visto que, os efeitos destes, segundo os resultados deste estudo, são mais profundos e duradouros. Assim, refinar um instrumento tanto quantitativo, quanto qualitativo que tratem desses aspectos pode ser um processo relevante para os estudos sobre as implicações psicossociais das pobreza. Considero também, que investir mais na relação entre as desigualdades sociais de gênero e pobreza relacionadas aos aspectos geracionais é de fundamental relevância. Embora, não tenha sido um objetivo a priori neste trabalho, as entrevistas desvelaram que há diferenças significativas entre as vivências de mulheres em situações de pobreza de diferentes gerações.

Um outro apontamento, seria a possibilidade de investigar estas mulheres após a inserção no grupo de extensão de geração de renda, nascido a partir desta pesquisa. Para pensarmos como as estratégias de extensão universitárias podem produzir e fomentar estratégias de enfrentamento das pobreza, a partir de demandas que emergem da pesquisa. E os efeitos das mesmas sobre o cotidiano. Assim, como aprofundar as discussões sobre a produção coletiva entre um processo de investigação na pós-graduação e a vivência de extensão universitária da graduação, como a parceria entre estas atividades podem produzir outras possibilidades de pesquisas. Mais próximas das realidades socioculturais. E com efeitos sobre estas.

Por fim, entendemos que apesar dos cenários opressores vividos socialmente é visível um crescente protagonismo social feminino. Mesmo considerando que vivemos em meio a estas relações sociais machistas, é notório, que também se tem produzido dissidências. Que facilitam os agenciamentos de identidades individuais e coletivas para um processo de libertação. E as mulheres têm sido protagonistas, destes movimentos.

## REFERENCIAS

- ACCORSI, A.; SCARPARO, H. Social Representations of Poverty. Psychosocial In: XIMENES, V.M.; NEPOMUCENO, B.B.; CIDADE, E.C.; MOURA JR, J.F. (Org.). *Implications of Poverty Diversities and Resistances*. Nova York (EUA): Springer Nature Switzerland, 2019.p. 17-36.
- ACCORSSI, A. *Materializações do pensamento social sobre a pobreza*. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- ACCORSI, A.; SCARPARO, H.; GUARESCHI, P. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte-MG, v.24, n.3, p.536-546, 2012.
- ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elefante Editora; Editora Autonomia Literária, 2016. p.264, 2016.
- ALCANTARA, S. C.; ABREU, D. P.; FARIAS, A. A. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicología*, Bogotá, v.24 n.1, p.129-143, 2015. Doi:10.15446/rcp.v24n1.40659.
- ALKIRE, S.; KANAGARATNAN, U.; SUPPA, N. *Global Multidimensional Poverty Index 2018: Brief methodological note and results*. Nova York (EUA): OPHI MPI Methodological notes n. 46, 2018.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Natal-RN, v.11, p. 89-117, 2013.
- BARBIER, R. *A pesquisa-ação*. Brasília: Editora Plano, 2002.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BARRETO, C.S. História das relações de gênero. In: MORGA, A.E.; BARRETO, C.M. *Gênero, Sociabilidade e efetividade*. Itajaí: Casa aberta, p.129-154, 2009.
- BARROS, J. P. P.; PAULA, L. R. C.; PASCUAL, J. G., COLAÇO, V. F. R.; XIMENES, V. M. O conceito de “sentido” em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. Belo Horizonte: *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte-MG, v.21, n.2, p.174-181, 2009.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Dentzien, P. (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p.135, 2003.
- BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. (Orgs.), *Psicologia do racismo no Brasil: estudos sobre branqueamento e branquitude no Brasil*. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.



BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília-DF, v.30, n1, p.147-163, 2015.

BELL HOOKS. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Brasília: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.16, p. 193-210, 2015.

BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 227.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Pobreza Multidimensional: subsídios para discussão à luz do MPI/OPHI*. Brasília: Estudos técnicos SAGI, p. 17, 2014.

BRASIL. Decreto Nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Atos do Poder Executivo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, : seção 1, edição: 70-A, p.5, órgão: Atos do Poder Executivo, 2019.

BREAKWELL, G. M.; FIFE-SCHAW, C.; HAMMOND, S.; SMITH, J. A. *Métodos de Pesquisa em Psicologia*. Porto Alegre: Artmed, 3 ed. 2010.

CARDOSO, L. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*. 290f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Araraquara-SP, 2014

CÂMARA, S. G. Compromisso, participação, poder e fortalecimento comunitário: à procura de um lugar no mundo. In: DIMENSTEIN, M. (org). *Psicologia social comunitária: aportes teóricos e metodológicos: GT Psicologia Comunitária/ANPEPP*. Natal: Edufrn, 2008. Cap. 3. p. 24- 43.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto-SP, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CANDAU, V. M. F. Educación Intercultural Crítica: Construyendo caminos. IN: WALSH, C. *Pedagogías Decoloniales. Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir Serie Pensamiento Decolonial*. Editora Abya-Yala. Equador, 2017. Tomo I, p. 144-161.

CASTELLÁ, J. S.; MOURA JR, J. F.; XIMENES, V. M.; RODRIGUES, A. L. Sentido de comunidade como promotor de bem estar em crianças brasileiras. *Interamerican Journal of Psychology*, Porto Rico, v. 50, n. 1, p. 106-116, 2016.

CASTRO, R.D.; LINO, R.T.; GONZAGA, P.R.B.; MAYORGA, C. Raça, gênero e classe: notas a partir da experiência de mulheres negras de classe média na UFMG. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 6, n.2, 2017, p. 99-100.

CEPAL -Comisión Económica para América Latina y Caribe. *Anuário Estadístico de América Latina y El Caribe*, 2017. Disponível em:<<https://www.cepal.org/es/publicaciones/43239-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2017-statistical-yearbook-latin>>

CEPAL- Comisión. *Autonomia das mulheres e igualdades na agenda de desenvolvimento sustentável*, 2016. Disponível em:<<https://www.cepal.org/es/publicaciones/40972-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2016-statistical-yearbook-latin>>

CHAVIS, D. M., HOGGE, J., MCMILLAN, D. e WANDERSMAN, A. Sense of community through Brunswick's lens: A first look. *Journal of Community Psychology*, New York (EUA), v. 14, p. 24-40, 1986.

CHIPUER, H.M.; PRETTY, G.M.H. A review of the Sense of Community Index: Current uses, factor structure, reliability, and further development. *Journal of Community Psychology*, Nova York (EUA), v.27, p. 643-658, 1999.

CHRISTENSEN, A.D.; JESSEN, S.Q. Doing Intersectional Analysis: Methodological Implications for Qualitative Research. *NORA*, Londres, v.20, n.2, p.109-125, 2012, DOI: 10.1080/08038740.2012.673505.

CIDADE, E.C.; ESMERALDO FILHO, C.E.; MOURA JR, J.F.; XIMENES, V.M. Escala Multidimensional de Fatalismo: Validação da Versão para Contextos de Pobreza Rural. *Revista de Psicologia*, Natal-RN, v.27, n.2, p.1-13, 2018.

CIDADE, E.C.; SILVA, A.M.S.S.; XIMENES, M.V. Poverty and Youth: Psychosocial Implications, Ways of Life, and Coping with Daily Adversities. IN: XIMENES, V.M.; NEPOMUCENO, B.B.; CIDADE, E.C.; MOURA JR, J.F. (Org.). *Psychosocial Implications of Poverty Diversities and Resistances*. Nova York (EUA), Springer, Nature Switzerland, p. 191-206, 2019.

CIDADE, E.C.; XIMENES, V.M. As manifestações do fatalismo de jovens em condições de pobreza no Brasil. *Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín- Baró*. Santiago, v.1.n.1, p. 80-102, 2012.

CIDADE, E.C. *Estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza: um estudo sobre o fatalismo e a resiliência em pessoas residentes na zona rural brasileira*. 2019. 295f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2019.

COMIM, F. V.; BAGOLIN, I. P.; PORTO JR, S. S.; BENDER FILHO, R.; AVILA, R. P.; PICOLOTTO, V. *Indicadores de Pobreza Multidimensional e Pobreza Extrema para Porto Alegre*. Porto Alegre: REDE URB-AL, 2007.

COMIM, F.V.; BAGOLIN, I.P.; AVILA, R.; PORTO JR, S.S.; PICOLOTTO, V.(Pesquisadores) ; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL- FRGS. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA. *Projeto de Pesquisa: pobreza multidimensional em Porto Alegre. Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações*. Porto Alegre, 2006. Disponível em:<[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/indicador\\_multidimensional.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/indicador_multidimensional.pdf)>

COSTAS, F.A.T.; FERREIRA, L.S. Sentido, significado e mediação em vygotsky: implicações para a constituição do processo de leitura. *Revista Iberoamericana de Educación*, Santiago (Chile), n.55, p.205-233, 2011.

COZBY, P. C. *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Atlas, 2006.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis-SC, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRESWELL, J. W. *Projetos de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, P.J. S. C. *Extensão Popular: a pedagogia da participação estudantil em seu movimento nacional*. 2010. 339f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

DANTAS, C. M. B. *A ação do psicólogo na assistência social: “interiorização da profissão” e combate à pobreza*. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

DANTAS, C. M. B.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. F.; TORQUATO, J. L.; MACEDO, J. P. A pesquisa em contextos rurais: desafios e metodológicos para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte-MG, p. 1-10, 2018.

DEMO, P. *Pobreza política*. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

DINIZ, A.G.R.; MAYORGA, C. Notas sobre autonomia e desqualificação social de mulheres prostitutas. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte-MG, v.30, e165432, p.1-12, 2018.

ESPINOSA, Y.; GÓMEZ, D.; LUGONES, M.; OCHOA, K. Reflexiones Pedagógicas em torno al feminismo descolonial: una conversa em cuatro voces. IN: WALSH, C. *Pedagogías Decoloniales*. Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Equador: Editora Abya-Yala, 2017. Tomo I. p. 403-441. Serie Pensamiento Decolonial.

ESTANISLAU, M.A. FEITOSA M. Z. S. XIMENES V. M. SILVA A. M. S. ARAÚJO, M. S. BOMFIM, Z. A. C. Apoio social: modo de enfrentamento às vivências de humilhação e de vergonha em contextos de pobreza. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São José del Rei-MG, v.13 n.2, p.1-17, 2018.

ESTANISLAU, M.A.; XIMENES, V.M. Experiences of Humiliation and Shame: A Psychosocial Analysis in Contexts of Poverty. In: XIMENES, V.M.; NEPOMUCENO, B.B.; CIDADE, E.C.; MOURA JR, J.F. (Org.). *Psychosocial Implications of Poverty Diversities and Resistances*, Switzerland: Springer Nature, 2019. p. 61-76.

FAHEL, M.; TELES, L.R.; CAMINHAS, D.A. Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.31, n.92, p. 1-21, 2016.

FLICK, U. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, p.164, 2009.

FORTINI, R.M.; TEIXEIRA, E.C.; SILVEIRA, S.F.R.; MOREIRA, V.S. Mensuração da Pobreza Multidimensional Rural nas Mesorregiões Norte e Jequitinhonha de Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília\_DF*, v.57, n.1, p. 1-20, 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. v. 28, p. 148.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 184, 2001.

FREITAS, M. F. Q. Estratégia Saúde da Família e Psicologia Comunitária. In: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, H. T.; INZUNZA, J. A. *Perspectiva psicossocial na saúde comunitária: a comunidade como protagonista*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 239-254.

FREITAS, M. F. Q. Estratégias de ação comunitária e mudança social: relações a partir da vida cotidiana e dos processos de participação. In: DIMENSTEIN, M. (org). *Psicologia social comunitária: aportes teóricos e metodológicos*: GT Psicologia Comunitária/ANPEPP. Natal: Edufrn, 2008. p. 12- 23.

GÓIS, C. W. L. *Psicologia clínico-comunitária*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

GÓIS, C.W.L. Psicologia Comunitária. *Universitas Ciências da Saúde*, Brasília-DFv.2, n.1, p.277-297, 2004. Disponível em:<<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/view/511>>

GÓIS, C. W. L. *Psicologia comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza, CE: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.p. 237.

GONZAGA, P. R. B. *Eu quero ter esse direito a escolha: formações discursivas e itinerários abortivos em Salvador*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GONZÁLEZ, K. I.H. Perspectiva psicossocial comunitaria de los pueblos originarios en la ciudad de México. El caso de Santa Martha Acatitla (entre los carrizos). *Sentido de comunidad en un pueblo originario: Santa Martha Acatitla (entre los carrizos)*. México: Facultad de Psicología: UNAM, 2014.

GONZÁLEZ, K.I.H. Resistencia comunitaria de los pueblos originarios: un espacio de acción del psicólogo con la comunidad. Asunción (Paraguay): *Eureka*, v.12, n,1 p. 48-72, 2015.

GONZÁLEZ. K. I. H; LUNA, B.M.M. *Sentido de Comunidad en un Pueblo Originario: Santa Martha Acatitla (entre los carrizos)*. Coyocán: Editora Buena Onda, p.180, 2014.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, 2016.

GROSFOGUEL, R. The dilemmas of ethnic studies in the United States: between liberal multiculturalism, identity politics, disciplinary colonization, and decolonial epistemologies. *Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge*, v. X, n. 1, p. 81-90, 2012.

GUARESCHI, P. A. Compromisso social da psicologia. In: CANIATO, A.M.P.; TOMANIK, E.A.(Org.). *Compromisso social da psicologia*. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2001.

GUARESCHI, P. A. O mistério da comunidade. In: SARRIERA, J.C.; SAFORCADA, E.T. *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas*. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 13-23.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos epistemológicos implícitos no conceito de libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR, F. *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação*. São Paulo: Alínea, 2009. p. 49-64.

GÜNTHER, H. *Como elaborar um questionário*. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003. p. 1-15, 2003. (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, Nº 01).

GUZZO, R. S. L.; LACERDA, JÚNIOR, F. *Psicologia social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. São Paulo: Alínea, 2009.

GUZZO, R.S.L. A (des)igualdade social e a Psicologia: uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. In: XIMENES, V.M.; NEPOMUCENO, B.B.; CIDADE, E.C.; MOURA JR. J.F. (Org.). *Implicações Psicossociais da pobreza*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p.149-164.

HAYES, A. F. *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach*. Nova York, EUA: Guilford Publications, 2017.

HAIR JR., J.F.; WILLIAM, B.; BABIN, B.; ANDERSON, R.E. *Análise multivariada de dados*. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina-PR, v.20, n.2, nov. 2015.

IBGE. COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, n.37, p.147, 2017.

IBGE. COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, n.40, p.128, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. *Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)*. Fortaleza, Ipece, 2019.

- JACOB, M K. Hacia una Redefinición del Concepto de Comunidad – Cuatro Ejes para un análisis y una Propuesta. *Revista de Psicología*, Chile, v. x, n.2, p. 49-60, 2001. DOI: 10.5354 / 0719-0581.2012.18572
- JOSE, P. E. *Doing statistical mediation and moderation*. Nova Iorque: Guilford Press, 2013.
- KLOOS, B., HILL, J.; DALTON, J. H.; ELIAS, M. J.; WANDERSMAN, A.; THOMAS, E. *Community psychology: Linking individuals and communities*. Belmont (Califórnia): Wadsworth Publishing Company, 3ed. 2011. p. 608.
- LACERDA, F. C. C. *A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações*. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) \_ Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2009.
- LA TAILLE, Y. *Vergonha: a ferida moral*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LARDIER JR., D. T.; REID, R. J., GARCIA-REID, P. Validation of the Brief Sense of Community Scale among youth of color from an underserved urban community. *J. Community Psychol.* v.46, p.1062–1074, 2018. DOI: 10.1002/jcop.22091
- LAVOR FILHO, T.L.; BARBOSA, V.N.M. ALMEIDA SEGUNDO, D.S.; MOURA JR, J.F.; JANNUZI, P.M.; LIMA, R.S. Análises Interseccionais a partir da Raça e da Classe: Medo do Crime e Autoritarismo no Brasil. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v.38 n. 2, 6 ed., p. 223- 237, 2018.
- LEITE, J. F. Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte-MG, v.22 n.2 p. 269-279, 2010.
- LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. A formação em contextos rurais: o dilema da migração. In: LEITE, J. F.; MACEDO, J. P. S.; DIMENSTEIN, M.; DANTAS, C. *Psicologia e contextos rurais*. Natal: Ed. UFRN, 2013.
- LEITE, J.F.; DIMENSTEIN, M.; DANTAS, C.; MACEDO, J.P.S.; FREITAS, A.B. Pobreza, participação política, e autonomia de mulheres no meio rural brasileiro. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR, J. F. *Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p.45-65.
- LONG, D. A.; PERKINS, D. D. Confirmatory factor analysis of the sense of community index and development of a brief SCI. *Journal of Community Ppsychology*, New York (EUA), v. 31, n.3, p. 279–296, 2003.
- LOOMIS, C.; WRIGHT, C. How many factors does the sense of community index assess? Wiley Periodicals, *Journal Community Psychol.*, New York (EUA), v.46, p.383–396, 2018. DOI: 10.1002/jcop.21946.
- MARANTE, P.R.L. *A reconstrução do sentido de comunidade: implicações teórico-metodológicas no trabalho sobre a experiência de sentido de comunidade*. 2010. Dissertação

(Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

MARCHAND, P.; RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française. *JADT*, p. 687-699, 2012.

MARTÍN- BARÓ, I. Desafios e Perspectivas da Psicologia Latino-Americana. IN: GUZZO, R. S. L; LACERDA, JÚNIOR, F. *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. São Paulo: Alínea, 2 ed., p.199-220, 2011.

MAYORGA, C. Algunas contribuciones del feminismo a la psicología social comunitaria. *Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social*, Barcelona, v. 14, n. 1, p. 221-236, 2014.

MBEMBE, A. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2017.

MCMILLAN, D. W. Sense of community. New York (EUA): *Journal of Community Psychology*, New York (EUA), v.24, p.315-325, 1996.

MCMILLAN, D. W.; CHAVIS, D. M. Sense of community: A definition and theory. *Journal of Community Psychology*, New York (EUA), v.14 n.1, p. 6-23, 1986.

MELO, H.P.; DI SABBATO, A. M. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In MDA (Org.). *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p.47-88.

MENDES, K.T.; RONZANI, T.M.; PAIVA, F.P. Poverty, Stigma, and Drug Use: Reflections About a Perverse Relation. In: XIMENES, V.M.; NEPOMUCENO, B.B.; CIDADE, E.C.; MOURA JR, J.F. (Org.). *Psychosocial Implications of Poverty Diversities and Resistances*. Switzerland, Springer Nature , 2019. p. 77-90.

MINAYO, M.C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, M.C; ASSIS, S.G. SOUZA E.R. (org.) *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005. p. 244.

MONTERO, M. *Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MONTERO, M. *Teoría y práctica de la Psicología Comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

MONTERO, M.. *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires. Argentina:Editorial Paidós. 2004. Disponível em:<<http://www.catedralibremartinbaro.org/pdfs/libro-montero-introduccion-a-la-psicologia-comunitaria.pdf>>

MOURA JR, J. F. Psicologia comunitária revisitada: potências e lacunas em tempos de crise. *Psicologia Política*, São Paulo, v.18, n.42, p.428-432, 2018.

MOURA JR, J. F. *Pobreza multidimensional e bem-estar pessoal: um estudo acerca da vergonha e da humilhação*. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MOURA JR, J. F.; XIMENES, V.M. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói\_RJ, v. 28, n. 1, p. 76-83, 2016.

MOURA JR, J.F.; ALMEIDA SEGUNDO, D.S.; BARBOSA, V.N.M. The Stigmatization of Poverty as Basis of the Class Prejudice and its psychological consequences. In: XIMENES, V.M.; NEPOMUCENO, B.B.; CIDADE, E.C.; MOURA JR, J.F. (Org.). *Psychosocial Implications of Poverty Diversities and Resistances*. Nova York (EUA): Springer Nature Switzerland, 2019. p. 47-69.

MOURA JR, J.F.; SARRIERA, J. C. Práticas de resistência à estigmatização da pobreza: caminhos possíveis. In: XIMENES, V.M.; NEPOMUCENO, B.B.; CIDADE, E.C.; MOURA JR, J.F. (Org.). *Implicações Psicossociais da pobreza*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p.263-288.

MOURA JR, J.F.; SARRIERA, J.C. Impactos das Diferentes Formas de Mensuração da Pobreza nas Variações do Índice de Bem-estar Pessoal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.35, p.1-11, 2019. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3556>

MOURA JR, J.F.; XIMENES, V.M. SARRIERA, J.C. A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. *Quaderns de Psicologia*, Barcelona, v.16, n.2, p.85-93, 2014.

MOURA JR, J. F. *Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza*. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MOURA JR., J. F., CIDADE, E. C., XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Concepções de Pobreza: um convite à discussão psicossocial. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v.22 n.2, p.341-352, 2014.

MOURA JR., J.F.; BARBOSA, V.N.M.; RAMOS, T.O.; SILVA, A.M.S.; XIMENES, V.M. Adaptação do Índice Abreviado de Sentido de Comunidade para contextos rurais em situação de pobreza. 2019. (No prelo).

NEPOMUCENO, B. B. *Pobreza e Saúde Mental: uma análise psicossocial a partir da perspectiva dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

NEPOMUCENO, B.B.; BARBOSA, M.S.; XIMENES, V.M.; CARDOSO, A.A.V. Bem Estar Pessoal e Sentimento de Comunidade: um estudo psicossocial da pobreza. *Juiz de Fora: Psicologia em Pesquisa* v.11 n.1, p.74-83, 2017. DOI: 10.24879/2017001100100214.



OBST, P. L.; WHITE, K. M. Revisiting the sense of community index: a confirmatory factor analysis. *Journal of Community Psychology*, Nova York (EUA), v.32, n.6, p.691-705, 2004.

OPHI. Global MPI Databank. Country Level Analysis. In: OPHI. Global Multidimensional Poverty Index 2019. Oxford,UK, 2019. Disponível em <<https://ophi.org.uk/multidimensional-poverty-index/databank/country-level/>>. Acesso:

OTTONELLI, J.; MARIANO, J.L. Pobreza Municipal nos municípios da região nordeste. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v.48, n.5, p. 1253-1279, 2014.

PERKINS, D.D., FLORIN, P., RICH, R.C., WANDERSMAN, A.; CHAVIS, D. Participation and the social and physical environment of residential blocks: crime and community context. *American Journal of Community Psychology*, n.18, p. 83–115, 1990.

PETERSON, A. N., SPEER, P. W., HUGHEY, J. Measuring sense of community: a methodological interpretation of the factor structure debate. *Journal of Community Psychology*, Nova York (EUA), v.34, n.4, p.453-469, 2006. DOI: 10.1002/jcop.20109.  
 PICOLOTTO, V. C. *Pobreza e desenvolvimento sob os paradigmas da renda e das capacitações: uma aplicação para a Grande Porto Alegre através dos indicadores fuzzy*. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PILOTTE, W.J.; GABLE, R.K. The impact of positive and negative item stems on the validity of a computer anxiety scale. *Educational and Psychological Measurement*, Nova York (EUA), v.50, p.603-610, 1990.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO HUMANO. Relatório de Desenvolvimento Humano. Brasília: PNUD, 2010.

PRILLELTENSKY, I. The role of power in wellness, oppression and liberation the promise of psychopolitical validity. *Journal of Community Psychology*, Nova York (EUA), v.42, n.1, p.77-93, 2008.

QIZILBASH, M.; CLARK, A. The capability approach and fuzzy poverty measures: na application to the South African context. *Social Indicator Research*, Nova York (EUA), v.74, p.103-139, 2005.

REISHOFFER, J. C.; BICALHO, P. P. G. Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. *Fractal: Revista de Psicologia*, v.21, n.2, p.425-444, 2009.

RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018. p. 120.

RIVERA, M.G. *Comunidad y Sentido de Comunidad: La intervención del Programa Puente en seis familias en situación de extrema pobreza de la Comuna de La Florida*. Monografía (Graduação em Psicologia) - Escuela de Psicología, Universidad del Chile, Santiago, 2009.

ROMIO, J.A.F. *Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor de saúde*. 2017. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2017.

SANTOS, B. S. (Org.) *Epistemologia do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SARASON, S. B. The psychological sense of community: prospects for a community psychology. San Francisco (EUA): *Jossey Bass*, 1974.

SARRIERA, J. C.; MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M.; RODRIGUES, A. L. Sentido de Comunidade como Promotor de Bem-Estar em Crianças Brasileiras. *Interamerican Journal of Psychology*, Porto Rico: San Juan, v.50, n.1, p.106-116, 2016.

SAWAIA, B.B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v.21, n.3, p. 364-372, 2009.

SCHMITZ, M.F.; BAER, J.C. The vicissitudes of measurement: a confirmatory factor analysis of the emotional autonomy scale. *Child Developmente*, Medford (EUA), v.72, p. 207-219, 2001.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, L. B.; FEITOSA, M.Z.; NEPOMUCENO, B.B.; SILVA, A.M.S.; XIMENES, V.M.; BOMFIM, Z.A.C. Apoio Social como modo de enfrentamento à pobreza. In: XIMENES, V.M.; NEPOMUCENO, B.B.; CIDADE, E.C.; MOURA JR. J.F. (Org.). *Implicações Psicossociais da pobreza*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, p.289-310, 2016.

SILVA, M.A.M. Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, p.163-183, 2013.

SIMON, C. P.; SILVA, R. C. Práticas psicológicas em promoção de saúde na comunidade: manutenção do *status quo* ou emancipação? In: DIMENSTEIN, M. (org). *Psicologia social comunitária: aportes teóricos e metodológicos*: GT Psicologia Comunitária/ANPEPP. Natal: Edufrn, p.189- 218, 2008.

SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, J. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, J. Democracia racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.38, 2000. Doi:10.1590/S0101-546X2000000200007.

STOTZ, E.N. Pobreza e capitalismo. In: VALLA, V.V; STOTZ, E.N.; ALGEBAILLE, E.B. *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

- VASCONCELOS, E. M. *Abordagens psicossociais: Volume I história, teoria e trabalho no campo*. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.
- VIGOTSKY, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: *Martins Fontes*, p.496, 2001.
- WALSH, C. Introducción, Lo Pedagógico y Lo Decolonial: Entretejiendo caminos. IN: WALSH, C. *Pedagogías Decoloniales*. Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Equador: Editora Abya-Yala, p.23-68, 2017.
- XIMENES, V. M.; CIDADE, E. C.; SILVA, G. R. G. Research in Psychology in the contexts of poverty: For what and for whom? IN: XIMENES, V. M.; MOURA JR., J. F.; CIDADE, E. C.; NEPOMUCENO, B. B. *Psychosocial Implications of poverty: diversities and resistences*. Puducherry India: Springer, p.12-22, 2019.
- XIMENES, V. M.; MOURA JÚNIOR, J. F. Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. In: DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. F. (Org.). *Psicologia e contextos rurais*. Natal, RN: EDUFRN, 2013.
- XIMENES, V.M. et.al. Determinantes Sociais da Saúde (DSS) na análise da saúde comunitária e suas implicações no estudo da pobreza. In: SARRIERA, J.C.; SAFORCADA, E.T.; INZUNZA, J.A. (Org.). *Perspectiva psicossocial na saúde comunitária: a comunidade como protagonista*. Porto Alegre: Sulina, p.183-200, 2015.
- XIMENES, V.M.; MOURA JR, J. F.; CRUZ, J. M.; SILVA, L. B.; SARRIERA, J. C. Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 21, p. 146-156, 2016.
- XIMENES, V.M.; SILVA, A.M.S.; ESMERALDO FILHO, C.E.; CÂMARA, A.E. CLARINDO, J.M. Sentido de comunidade e pobreza rural no nordeste, norte e sul do Brasil. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v.19, n.1, p.1-13, 2019.
- ZUIN, P.B. Considerações a respeito do significado e sentido em Vygotsky e Bakhtin: encaminhamentos para o ensino da língua. *Trilhas Pedagógicas*, Pirassununga, v.1, n.1, p.23-73, 2011.



## APÊNDICE A

## Instrumento Estudo 01



Entrevistador (a): \_\_\_\_\_ Nº do Questionário: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Nome do/a entrevistada: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

1. DADOS GERAIS Idade: \_\_\_\_\_ Gênero:

Masculino	Feminino
0	1

2.1. Cor: ( 0 ) Branca ( 1 ) Parda  
( 2 ) Preta ( 3 )

2. Qual seu estado civil?

Solteiro(a)	0
Casado(a) / mora com um(a) companheiro(a).	1
Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a).	2
Viúvo(a)	3

3. Qual sua nacionalidade? (perguntar em caso de participante estrangeiro)

\_\_\_\_\_

4. Qual sua Religião?

Católica	0
Protestante ou Evangélica	1
Espírita	2
Umbanda ou Candomblé	3
Sem religião	4
Outra	5

5. Com quem você mora atualmente?

Com minha família.	0
Sozinho(a).	1
Com marido/companheiro ou esposa/companheira.	2
Em habitação coletiva (pensionato, república, etc.)	3

6. Quantas pessoas moram com você, contando com você? \_\_\_\_\_

7. Quanto tempo você mora aqui na comunidade? \_\_\_\_\_

8. Há, na sua família, algum beneficiário (ex: você, pai, mãe, irmãos) de algum Programa de Transferência de Renda (Ex. Bolsa-Família e outros)?

Não	Bolsa Família	BPC	Outro
0			

		1	2	3
--	--	---	---	---

**EDUCAÇÃO**

<b>9. Você estudou?</b>	Não estudou	0
	Até o 5º ano (Ensino Fundamental Incompleto)	1
	Do 6º ao 9º ano (Ensino Fundamental incompleto ou Completo)	2
	Do 1º ao 2º ano (Ensino Médio Incompleto)	3
	3º ano ou Curso Superior (Ensino Médio Completo ou Ensino Superior)	4

<b>10. Algum adulto da sua família concluiu o Ensino Fundamental</b>	Não	Sim
	0	1

**11. Tem alguém na casa que estuda na UNILAB?**

Não	Sim
0	1

**HABITAÇÃO**

<b>12. A sua residência é:</b>	Ocupação	Cedida	Alugada	Própria
	0	1	2	3
<b>13. A sua casa é de:</b>	Papelão, plástico ou compensado (barraco)			0
	Taipa			1
	Madeira			2
	Material			3

**14. Sua casa possui água encanada?**

Não	Sim
0	1

**15. Como é o piso da sua casa?**

Terra batida	Cimento ou Madeira	Cerâmica
0	1	2

**16. Qual combustível mais usado para cozinhar na sua casa?**

Lenha	Carvão	Gás de Cozinha
0	1	2

17. A sua casa possui eletricidade?

Não	Sim
0	1

18. Qual o tipo de banheiro da sua casa?

Sem Banheiro	0
Buraco no chão	1
Vaso sanitário sem descarga	2
Vaso sanitário com descarga	3

19. Assinale quais dos recursos sua família possui:

	Televisão
	Telefone
	Rádio
	Bicicleta
	Moto
	Carro
	Geladeira
	Fogão
	Computador

20. Quantidade de bens duráveis:

1-4	5 ou mais
0	1

## TRABALHO E RENDA

21. Atualmente, você está exercendo algum tipo de trabalho remunerado?

Não	Sim
0	1

22. Qual o valor aproximado da sua renda pessoal mensal? \_\_\_\_\_

23. Qual o valor aproximado da sua renda familiar (somatório da sua renda com a renda das pessoas que moram com você) mensal?

Sem rendimento	0
Menos de 1 Salário Mínimo	1
Entre 1 e 2 Salários Mínimos	2
Entre 3 e 4 Salários Mínimos	3
Entre 4 e 5 Salários Mínimos	4
Mais de 5 Salários Mínimos	5

24. Você já precisou vender alguma coisa de dentro de casa para poder comer?

Não	Sim
0	1

<b>25. Você já precisou pedir dinheiro para poder comer ou suprir uma necessidade?</b>	0	1
--	---	---

**SAÚDE**

<b>26. Você consegue atendimento médico ou de outros profissionais da saúde quando precisa?</b>	Nunca	Poucas Vezes	Frequentemente	Sempre ou Quase Sempre
	0	1	2	3

<b>27. Você deixou de utilizar algum serviço de saúde por não ter dinheiro para pagar o transporte?</b>	Não	Sim
	0	1

<b>28. Algum jovem (menino ou menina) de 10 a 19 anos já morreu</b>	Não	Sim
	0	1

<b>29. Quantas refeições você costuma fazer por dia?</b>	Nenhuma	Uma	Duas	Três ou Mais
	0	1	2	3

<b>30. Tem alguém na sua casa com desnutrição?</b>	Não	Sim
	0	1

<b>31. Como você se considera?</b>	Pobre	Nem rico nem pobre	Rico
	0	1	2

<b>32. O quanto você está satisfeito/a com sua renda</b>	Totalmente insatisfeito/a					Totalmente satisfeito/a					
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

ABAIXO TEM ALGUMAS AFIRMAÇÕES QUE AS PESSOAS PODEM FAZER A RESPEITO DO SEU BAIRRO/COMUNIDADE. POR FAVOR MARQUE NUMA ESCALA DE 0 A 4, SENDO 0 (ZERO) NADA E 4 (QUATRO) MUITO, O QUANTO...

	Nada	Quase nada	Pouco	Mais ou menos	Muito
<b>33. Os seus vizinhos e você querem as mesmas coisas.</b>	0	1	2	3	4
<b>34. Você consegue reconhecer muitas pessoas que vivem na sua comunidade.</b>	0	1	2	3	4
<b>35. Você se sente em casa nesta comunidade.</b>	0	1	2	3	4
<b>36. Se existir um problema nessa comunidade as pessoas que vivem aqui podem resolvê-lo.</b>	0	1	2	3	4

<b>37. É muito importante viver nesta comunidade.</b>	0	1	2	3	4
<b>38. Você espera viver nessa comunidade por um longo período.</b>	0	1	2	3	4
<b>39. Você acha a sua comunidade um bom lugar para viver.</b>	0	1	2	3	4

INDIQUE COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ SE SENTE POR CONDIÇÃO FINANCEIRO...

	Nunca	Poucas Vezes	As vezes	Sempre sempre	Sempre
<b>40. Envergonhado (a)</b>	0	1	2	3	4
<b>41. Inseguro (a)</b>	0	1	2	3	4
<b>42. Humilhado (a)</b>	0	1	2	3	4
<b>43. Rejeitado (a) pelos outros</b>	0	1	2	3	4

**44. POR FAVOR, DIGA CINCO PALAVRAS SOBRE O QUE VOCÊ PENSA SER SENTIDO DE COMUNIDADE?:**

---



---

**45. VOCE GOSTARIA DE PARTICIPAR DE UM SEGUNDO MOMENTO DESSA PESQUISA?**

(0) NÃO (1) SIM

AGRADECEMOS SUA PARTICIPAÇÃO!



## APÊNDICE B

### Roteiro de Entrevista

- Dimensão Significados da comunidade: o que significa comunidade? Por que a comunidade é importante? Como a comunidade é construída?

- Dimensão dinâmica da comunidade: como é a vida na comunidade? Quais são algumas características positivas e negativas? O que as pessoas da comunidade fazem diante dos problemas? Quanto às pessoas que moram aqui se sentem parte da comunidade? Como são as relações entre vizinhos/as? Como são esses relacionamentos e sentimentos entre você e seus/suas vizinhos/as?

- Dimensão atrizes e atores e seus papéis: quem são as pessoas que mais influenciam o que acontece na comunidade? Quanto você influencia a comunidade? Como as pessoas que vivem aqui se organizam para resolver um problema comum? Quem organiza? Quanto as pessoas participam do que é organizado?

- Dimensão Senso de comunidade: o que significa um sentido de comunidade? Qual é o sentido de pertencer à comunidade? O que poderia contribuir para aumentar o senso de comunidade? O que diminui o senso de comunidade?

- Pobreza Multidimensional: O que significa pobreza? Como você percebe as condições de pobreza na comunidade? O que você acredita serem as causas das situações de pobreza na comunidade? Que sentimentos você acredita que a situação de pobreza causa as pessoas? Como os moradores e moradoras da comunidade enfrentam a situação de pobreza? Quais estratégias e/ou ações você acredita serem boas e possíveis de se executar na sua comunidade para enfrentar situações de pobreza?

#### Dimensão Gênero

- Você faz parte de algum grupo de pessoas aqui na comunidade? Se sim, qual a finalidade e quem são as pessoas que participam?
- Quais são as suas principais dificuldades em relação a vida na comunidade?
- Como você acha que são as relações entre as mulheres na comunidade?
- Como você vê o papel da mulher aqui na comunidade do Centro Comunitário?
- Como você acha que são as condições de vida na comunidade para as mulheres?
- Quais são as formas de trabalho das mulheres aqui na comunidade?

- Homens ganhando mais e mulheres cuidando da casa são coisas do passado?
- Quem são as pessoas que você identifica que mais cuidam da comunidade?
- Você acha que há diferenças entre homens e mulheres na comunidade? Seus modos de vida, como são tratados, liberdades
- Existem mulheres que criam seus filhos sozinhas? Se existem, o que você pensa sobre isso?
- Você acha que aqui na comunidade há mulheres que são mal faladas? E se há, por que você acha que estas têm essa fama?
- O que você acha sobre mulheres que geralmente se falam mal delas? Por que você acha que isso ocorre como estas mulheres?
- Como é a pobreza para as mulheres? Como vivenciam? Que dificuldades existem?
- Você acredita que homens e mulheres têm a mesma oportunidade de estudar? E de trabalhar?